



Boas Festas

Aos nossos leitores e assinantes
apresentamos, com o máximo prazer,
sinceros votos de feliz Natal
e próspero Ano Nôvo.

Gen-Div ALTAIR FRANCO FERREIRA
Diretor-Presidente

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano L	Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez de 1964	Número 598
----------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em folha autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

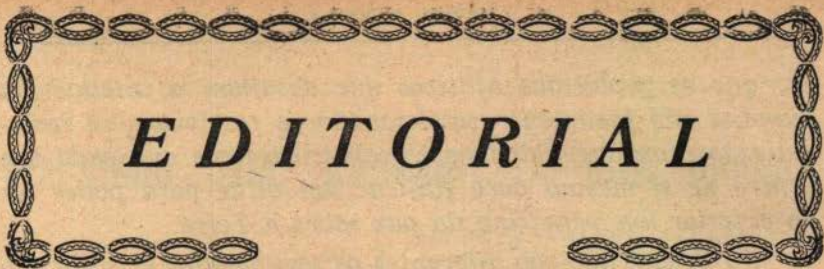
Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)
Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563
Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Bem-vindo seja, Aspirante, a esta Unidade</i> — Gen Div A. Franco Ferreira	5
<i>O complexo problema ferroviário brasileiro</i> — Gen Bda Antonio Negreiros de Andrade Pinto	15
<i>O Sistema Interamericano. Suas debilidades</i> — Ten-Cel Moacyr Teixeira Coimbra	33
<i>As Relações Públicas e as Forças Armadas</i> — Oscar de Andrade	55
<i>Problemas do Exército (Novas Reflexões)</i> — Ten-Cel Walter S. Meyer	59
<i>Para a frente! (ou "A marcha épica da Coluna Barbalho")</i> — Cel Francisco Carlos Bueno Deschamps ..	63
<i>General Euclides Figueiredo</i> — Marechal Floriano Peixoto Keller	75
<i>Histórico da Guerra Nuclear</i> — 1º Ten A. Machado de Paiva	79
<i>Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro (Continuação)</i> — Cel Moacyr Ribeiro Coelho	91
<i>Importância da Instrução de Guerra na Selva</i> — Cap Luís Aníbal Sánchez C. (Trad. do Maj Rubens Mário Jobim)	103
<i>A estratégia nuclear dos Estados Unidos</i>	109
<i>Liddell Hart</i> — 1º Ten John W. Walden	123



EDITORIAL

Ao vislumbrar-se o fim de um ano, o homem cristão é possuído de uma euforia indescritível. Mesmo não ignorando que se trata de uma das múltiplas convenções já incorporadas ao patrimônio das sociedades contemporâneas, vê-se magnetizado e vivendo sob clima emocional, na expectativa de ultrapassar alguma coisa indefinida que se projeta em seu subconsciente como os umbrais de uma cidadela da esperança, onde o bem, o amor e a bondade são as sentinelas que iluminam os novos rumos e seguir.

A natureza ao olhar de todos parece em festa. Fita-se o semelhante com ternura, com afeto e com o coração transparente. A humildade volta à sua normal guarita e os sentimentos marginais da natureza humana são encarcerados impiedosamente. Há uma identidade geral e espontânea, sem distinção de qualquer espécie. Todos banham-se nas águas cristalinas da bondade. A criança, na sua inocência e doçura, espelha a imagem do Menino Jesus e, assim reina no coração dos homens. O inimigo de ontem é esquecido momentaneamente e há silêncio nos campos de batalha. O rancor, o ódio e a vingança são armas varridas das linhas de frente e suas guarnições sepultadas nos cemitérios do esquecimento. Há um desarmamento geral de espírito e, dessa forma, o homem se ergue com toda sua pujança, retratando a autenticidade do ser projetado pelo Criador. Ninguém pensa no privilégio de penetrar no Ano Novo em primeiro lugar, porque todos almejam uma ultrapassagem coletiva.

Tem-se a sensação de que o Onipotente esparge sua bênção indiscriminadamente pela humanidade inteira, como que a indicar que a vida é um traço de união entre dois nada e, portanto, muito curta para ser dedicada à destruição ou à discórdia entre irmãos; que o homem não pode ser marginal à verdade, a qual está sempre a seu alcance quando procura-

da; que os problemas aflitivos que desafiam a inteligência humana são facilmente equacionados e resolvidos, se racionalizados com humildade e fé construtivas; e que cada um dentro de si mesmo deve edificar um altar para poder ser no exterior um peregrino da paz sobre a Terra.

No Brasil, não são diferentes os sentimentos cristãos sob os quais a humanidade iniciará este Ano Novo. Ao contrário, por sermos religiosos e amantes da paz, possuindo os ingredientes para a fabricação do bom e do bem, repudiando com as forças da fé em seu destino os exércitos negativos do "id" coletivo, e sendo artífices da concórdia entre irmãos atravessaremos com humildade os portais do Ano de 1965, pedindo a Deus que nos ilumine, a fim de que nosso País possa encontrar novos caminhos para o seu crescente desenvolvimento.

É preciso, contudo, não desconhecer que a alegria que deveria embriagar a alma coletiva dos brasileiros sem gradações ou jaça, infelizmente não encontrará guarida em todos os lares dos rincões de nosso País. A hora não é propícia à análise das causas dêsse fato, mas pertinente a que cada um de nós, num exame de consciência, pese na balança do patriotismo, qual foi sua contribuição, se positiva ou negativa; e assuma mais um compromisso aos muitos que já assumiu em sua vida — o de contribuir em 1965 com mais esforço e sacrifício em benefício do bem-estar social, a fim de que a alegria do lar do próximo venha a ser o prolongamento da que desfruta no seio de sua família. E assim estará servindo a Deus e à sua Pátria.

A DEFESA NACIONAL, em perfeita sintonia com os sentimentos fraternos e cristãos que iluminam o espírito de todos os brasileiros, ao iniciar o ano de 1965 tem a esperança e fé em Deus que o Brasil democraticamente encontrará os rumos certos para seu crescente desenvolvimento, a fim de que a felicidade tenha lugar comum no lar de todos os brasileiros.



BEM-VINDO SEJA, ASPIRANTE, A ESTA UNIDADE

Gen-Div A. FRANCO FERREIRA
DGRV

"Senhores Oficiais, reunimo-nos neste momento para a rotineira apresentação de oficiais recém-incluídos na Unidade. Apraz salientar que hoje recebemos jovens Aspirantes que arregimentam pela primeira vez, a quem cumprimentamos com muitas simpatia e expressamos a sinceridade das nossas boas-vindas ao nosso regimento, desejando-lhes a plenitude dos sucessos que muito justamente almejam, mercê de seu entusiasmo e de sua juventude. Apresento-lhes os Aspirantes "A", "B" e "C" designados para servir no nosso regimento e convido os mesmos a se apresentarem individualmente aos oficiais da unidade, para encerramos esta solenidade."

Eis um "discurso" que se ouve, quase todos os anos, em quase tôdas as unidades de corpo de tropa, pôsto que todos os anos, nela são recebidos jovens aspirantes egressos da Academia Militar das Agulhas Negras, cheios de entusiasmo, senão mesmo de algumas "idéias novas" encobrando, mais ou menos discretamente — segundo o temperamento de cada um —, a natural preocupação de um primeiro "encargo" a desempenhar.

E lá vão os Aspirantes todo satisfeitos pela recepção. "Legal" que acabaram de presenciar, em busca do seu quarto-alojamento que, para comêço de conversa, já não se iguala, em luxo e conforto, com o "apartamento" na AMAN, a querida Academia de que êles começam a ter saudade..., e "C", o mais "ousado" dos três "destacados" para a longínqua guarnição de ..., onde foram classificados por direito de "escolha" decorrente da "Classificação intelectual" na turma, passa a "doutrinar" para os companheiros: "Ora velho ... eu não me aperto; amanhã "assumo" o comando do meu pelotão "sem dar pelota". "dou duro" nuns dois soldados, "aperto o crânio" do cabo e "sabatino" o Sargento. porque êste é que conhece a "rotina" ..., e êle fazendo tudo certo ..., o pelotão estará "OK", e o "papai aqui" passa a ser "o tal" ...

Não, meu caro aspirante, comandar um Pelotão, não é assim tão simples, como V. pensa. Lembre-se de que o valor da sua companhia, esquadrão, bateria, ou o que fôr, depende muito da qualidade dos Tenentes que comandam os pelotões ou seções que os compõem, e de que o Povo, lendo as manchetes de jornais salientando os feitos gloriosos do Exército, esquece muito freqüentemente que êste se compõe de um conjunto numeroso de pequenos elementos comandados por simples subalternos.

Ninguém nasce "patrono de sua arma", mas Caxias, Osório, Sampaio, Mallet ou Villagran Cabrita, iniciaram suas carreiras comandando Pe-

lotões ou Seções. Os jovens aspirantes devem, antes de mais nada, ser compreendidos na ambição de seus sonhos e orientados na sua linha de conduta para atingirem os sucessos que anseiam, e suas "novidades", raramente originais, não devem ser rebatidas com frases negativas como esta: "Sossega rapaz, V. não passa de simples Tenente, V. não sabe nada ..." que só servem para cercear a iniciativa dos jovens oficiais e levá-los, por vezes, à indiferença e ao derrotismo.

Comandar um pelotão ou seção é dirigir um certo número de homens, é liderá-los por forma a que sejam induzidos a afrontar, por vezes, riscos, perigos e dificuldades que, normalmente, o instinto de conservação repeliria fazê-lo, educando-os, física e moralmente para o cumprimento de suas missões; é manipular, conservar e guardar um material específico e indispensável à eficiência da ação do pequeno grupo de homens comandados, conhecendo-lhe, nos mais recônditos meandros, a técnica da utilização e as condições do emprêgo; é levar ou manter a eficiência do elemento aos mais altos e significativos padrões. Esta definição da missão do comando de um pelotão, em termos de trabalho cotidiano, pode ser resumida em três itens da mais indiscutível relevância: Treinamento, Manutenção e Moral, que, por fim, se interpenetram nos liames da confiança: confiança em si próprio, no material, nos camaradas e nos chefes.

Assim sendo, meu caro aspirante, as suas responsabilidades de comandante de pelotão ou seção, devem ser encaradas sob os aspectos de:

- Treinamento da unidade elementar;
- Aptidão física;
- Apresentação e condições de emprêgo do material a seu cargo;
- Apresentação pessoal e de seus comandados;
- Moral coletiva;
- Padrões pessoais.

TREINAMENTO DA UNIDADE ELEMENTAR

Se a muitos aspirantes fôr lançada de chôfre a pergunta: Por que razão V. veio para o Exército? Haverá, sem dúvida, respostas as mais variadas, sendo que algumas estarão calcadas até em ideais filosóficos, mas muitos poucas dirão objetivamente: **vim para me tornar melhor do que o meu provável oponente no combate ou então, vim para conduzir, com sucesso, frações de tropa na guerra.**

Em realidade, não é possível separar o Exército da idéia de guerra, nem esta da de vitória. Então a unidade elementar de que se compõem os Exércitos que fazem a guerra, devem estar aptas para levar o melhor partido, nos rencontros de que participarem.

A guerra é feita à base de mobilidade e de potência de fogo ou mais modernamente, poder destruidor. O Comandante de pelotão que não souber tirar cabais vantagens de sua experiência, no tocante às possibilidades de movimento e ao uso do poder destruidor do elemento

comandado, estará fugindo ao seu compromisso tácito de se tornar melhor do que o seu provável oponente no combate. É preciso testar ... é preciso treinar ...

O treinamento que V. receber, meu caro aspirante, como comandante de pelotão, e o que V. ministrar aos seus comandados, será vital para V. e para sua unidade, por isso, faça por participar ou montar treinamentos tão duros e tão completos quanto o permitam o tempo e os meios disponíveis e, sempre que puder (o que deve acontecer frequentemente) registre os resultados obtidos, as providências preventivas tomadas, os recursos utilizados, as observações decorrentes, enfim, tudo o que signifique experiência para a sua vida de tenente, que dentre alguns anos, será capitão.

Conduza o treinamento com método, aumentando gradualmente as dificuldades até atingir performances recordes. Movimento é força, é treinamento físico, é resistência. A infantaria marcha a pé e pode fazer longos percursos em longos tempos, desde que o homem esteja bem calçado e fisicamente preparado. As tropas montadas (a cavalo) fazem igualmente longos percursos, em princípio, o dôbro dos da infantaria, no mesmo lapso de tempo, mas, para isso é preciso que estejam bem adaptadas à sela, e esta bem adaptada ao cavalo, para não ferir-lo, senão mesmo inutilizá-lo. As tropas motorizadas e as mecanizadas são as modernamente de maior mobilidade, mas longos percursos predispõem os homens sem treinamento ao enjôo e tornar-nos indisponíveis para o emprêgo imediato, ao fim da marcha, entretanto, todos eles, infantes, cavaleiros, blindados ou motorizados de qualquer ramo, poderão, no combate, ter que avançar em marche-marche e, no fim do lance, usar a baioneta num corpo-a-corpo decisivo. Este é um esforço que também precisa ser testado.

Poder destruidor, explora sobretudo a técnica. A rápida entrada em posição do meio, a escolha dos melhores locais de tiro, o registro dos elementos de tiro, assim como, a instalação dos órgãos de comunicações ou a montagem de elementos de pontes de circunstância ou de equipagem, são dados que só a prática convence, e feliz do aspirante que ao ingressar no oficialato já tiver registrado na sua caderneta, recordes mais apertados do que os consignados nos Manuais técnicos. Vale a pena repetir, tudo é assunto de experiência, de comprovação, de treinamento. Mas, lembre-se sempre, V. está treinando para fazer a guerra ... e, sobretudo, para vencê-la.

No fim da jornada, faça um rápido exame de consciência procurando memorizar bem claramente o que terá feito V. em proveito do movimento e do poder de fogo. Se hoje tiver feito pouco, faça mais amanhã, sem esquecer que indiretamente, também se faz muita coisa, em favor destas características de combate.

Caxias, quando assumiu o comando de tôdas as forças nacionais nos campos do Tuyuti, determinou que a infantaria fizesse as paradas diárias com movimentos em "acelerado", ao mesmo tempo que proscreeu

às armas montadas, deslocamentos ao trote ou ao galope, dentro das áreas dos acampamentos. Com isso o Grande Chefe não estaria treinando a infantaria para seus deslocamentos, e não estaria poupando os cavalos da Arma dos amplos movimentos?

APTIDÃO FÍSICA

Com o advento da motorização, surgiu uma tendência generalizada para negligenciar os índices normais dos treinamentos físicos, sob a errônea alegação de que os modernos meios de obter mobilidade são menos exigentes em homens fisicamente treinados. Nada mais falso do que esta assertiva, e para prová-lo, aí está a tropa pára-quedista, aquela que dispondo do mais moderno e veloz meio de transporte, é a que ac mais rigoroso treinamento físico é submetida.

Todo exército precisa estar sujeito a rigoroso treinamento físico, e V., meu jovem aspirante, deve ser o que apresente as melhores condições físicas no seu pelotão ou seção. Nem só de marchas é feito o combate, há fôssos a transpor, há granadas a lançar, há fardos a transportar, há pinguelas a atravessar, há barrancos a galgar enfim há inúmeras oportunidades para demonstrações de exuberância física e de confirmação de treinamento bem conduzidos. E, meu caro aspirante, não espere que os homens do elemento de seu comando lhe antecedam na prática dessas difíceis exhibições; a V. compete ser o melhor dentre os do seu pelotão ou seção, assim como a V. compete levar seu pelotão ou seção às melhores performances, alimentando um salutar espírito de competição dentre os pelotões ou seções, dentre as companhias e dentre as demais unidades feitas de vários pelotões ou seções.

Na guerra do Paraguai, quando se abria a famosa estrada do Chaco, a Vg. foi vítima de uma emboscada ao atingir determinada clareira, onde o Gen Tibúrcio que comandava a coluna, assistia ao combate, animando com a sua presença a soldadesca, quando foi bruscamente atacado por um oficial inimigo, que atirava improperios e brandia uma durindana recurvada e afiada. — Não toquem neste homem! — foi a recomendação do grande general, que desembainhando a espada caiu em guarda, correto, firme e rigorosamente coberto. como sabia fazer nas pranchas das salas d'armas dos quartéis da Capital Federal. Diante daquela guarda impecável o inimigo sentiu que não podia se aproximar do general, para desfechar a cutilada grosseira, a única que seu pesado sabre permitia empregar e que ele sabia aplicar. porque desconhecia a sublime arte da esgrima e, surpreendido com o círculo de curiosos que se fechava para assistir ao memorável duelo, abaixou a espada, deu meia volta e sumiu-se nas brechas da floresta, sem que a ninguém desse tempo de pegá-lo. Tibúrcio que fôra aluno distinguido do famoso Gama, o filósofo incomparável da esgrima, na Praia Vermelha, sorriu vitorioso.

APRESENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE EMPREGO DO MATERIAL

A guerra moderna vem pondo sob a responsabilidade do comandante de pelotão uma variedade de material de elevado custo, sobre o qual é

preciso dedicar especial desvêlo, para mantê-lo de boa apresentação, assim como é necessário conhecê-lo com desembaraço, para dar-lhe a manutenção conveniente. Qualquer dos dois aspectos dêsse patriótico dever, exige sacrifício e abnegações, e êsse cuidado com o material deve constituir verdadeira obsessão de todo o oficial em qualquer grau hierárquico. Material de muito boa aparência, nem sempre significa estar em condições de uso aceitáveis. mas material com as fichas de manutenção conscienciosamente mantidas em dia estará quase sempre com aparência aceitável situações que, individualmente, constituem extremos indesejáveis, sem dúvida, mas que, se pessoalmente tivéssemos que optar, preferiríamos a decorrente dos tratamentos à base da lata de óleo e estopa, sôbre a dos obtidos à custa de escôva e pincel.

Lembre-se meu caro aspirante que o material do seu pelotão é aquêlo que lhe vai permitir realizar a famigerada mobilidade e o decisivo poder de fogo mais eficientes que os do adversário. Qualquer falha é fazer-se mais fraco do que o do seu provável oponente ...

Há na rotina das casernas um conceito elogioso traduzido geralmente pela frase: "O Tenente Fulano mantém o seu material sempre em condições de atender a qualquer inspeção inopinada". É um elogio altamente desejável, mas é preciso que o favorecido esteja plenamente convicto de que o seu objetivo não é apenas a inspeção inopinada, mas sim, a eficiência do seu elemento.

Outra frase muito comum nas reservas de material é a célebre: "Um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar", mas a frase só, não resolve. É preciso que atrás dela venha o hábito — inclusive para os atos da vida privada de cada qual —. É muito conveniente criar o hábito da arrumação nas prateleiras, do armário, mesmo que seja tôsko. com lugares para cada objeto, das caixas-depósito com tabuleiros fáceis de controlar, das etiquêtas-contrôle — desde que convenientemente mantidas em dia —, enfim, do fichário, ou caderno-registro, que deverá estar conforme com a relação carga fornecida pelo Capitão, por intermédio do Subtenente. Muitos Capitães usam nas relações de serviço com os Tenentes, o Livro Registro de Ordens e, de baixo para cima, o Livro Registro de Partes. Mas tôda parte, reza o RDE, deve ter solução dentro de oito dias ...

Ontão, uma vez conferido o material com a célebre "Relação-Carga", haverá lugar para uma vista de olhos no "QOD", geralmente publicados em Boletins Reservados Especiais, para se ter o prazer de verificar que o elemento está com plena dotação, ou para constatar as faltas eventualmente existentes no material em uso. Isto pôsto, a ordem passa a "Manutenção" do existente, sob a convicção de que "sempre" há o que fazer num fuzil, numa metralhadora, num morteiro. no material de sapa, no material de acampamento. no material de comunicações, nas viaturas, no equipamento pesado de engenharia, nos carros de combate ou nos carros blindados de pessoal. Mas ... se V., meu jovem aspirante, fôr para uma unidade de Cavalaria Hipomóvel ..., não será melhor nem pior, e sim, diferente. Depois de V. examinar a carga da reserva de

armamento, passará às baías — o relicário onde o regimento tem guardado o sagrado “espírito da arma” —, o cavalo, o meio orgânico do movimento da arma. Para êle, os desvêlos, a dedicação, os cuidados hão de ser, necessariamente diferentes.

Os Manuais Técnicos são os grandes auxiliares para fazer conhecido o material e a sua leitura atenta dirime dúvidas sobre o material, mas, antes de tudo eles fazem compreender a profundidade do problema da eficiência, para o que, eles oferecem verdadeiros “Mementos” para a manutenção adequada a ser realizada em cada espécime. Antes de qualificar qualquer meio orgânico de “imprestável”, consulte antes a sua própria consciência, se V. o conhece realmente, se sabe bem quais os defeitos e exigências que êle normalmente apresenta, e, principalmente, se V. sabe tratá-lo pela maneira exata por que deve fazê-lo. Guarde sempre êsse detalhe...

Na Guerra do Paraguai, no famigerado ataque ao Estabelecimento (19 Fev 1868), os soldados do denodado 15º de infantaria, rearmados às pressas com fuzis de agulha “Dreyse”, com os quais não estavam suficientemente habituados, lançaram fora suas armas que, segundo diziam, falhavam muito, para se apoderarem dos velhos “Miniés” dos mortos e feridos dos outros batalhões, com as quais estavam longamente identificados. Três anos depois, na memorável batalha da Peribebuy, foram encontradas muitas daquelas armas, cujo valor o inimigo, de então, soube apreciar.

APRESENTAÇÃO PESSOAL E DE SEUS COMANDADOS

Muitas vezes êste aspecto ensombreia quaisquer outras considerações para o jovem tenente. Justamente enfatuido pela beleza de seus novos uniformes, o jovem oficial dá à correção dos mesmos uma importância muito acima da que deve ser emprestada, apresentando-se, a todo momento, no mais perfeito “aplomb”, ainda que em desacôrdo com a tarefa que lhe fôra confiada. E então, ou porque fracasse na tarefa, ou no “aplomb”, cai no extremo oposto, no desalinho e pouco cuidado exagerados e inoportunos, além do descaso na apresentação de seus comandados.

A virtude está sempre a meio caminho dos extremos. É bonito ver-se um pequeno elemento rigorosamente limpo e bem fardado, mas não menos edificante é ver-se voltar um pelotão do campo de exercícios com algumas manchas de lama ou de óleo, sapatos embarrados, material respingado, desde que os homens estejam “confortáveis” dentro de seus uniformes, ou seja, usando-os suficientemente largos, sem costuras descobidas, devidamente abotoadas para o que devem ter “todos os botões”, e apropriadamente utilizados como verdadeiros abrigos do sol ou da chuva ou do frio, que devem constituir. Via de regra as “lavadeiras”, nas cidades pequenas, cosem carinhosamente as roupas de “seu Tenente”, mas, nunca será demais aprender a dar uns pontos “e a pregar botões”, que geralmente, são muito pouco convenientes para caírem.

Inadmissível seria ver-se o jovem oficial, impecável no seu 5º, doutrinar de longe: "Fulano, segura na cola do cavalo e mete o joelho embaixo da perna dêle, p'ra êle deixar limpar o casco...", ou então aquel' outro que ordena: "Sicrano, olha ali embaixo aquela junta universal e se está OK...", assim como lastimável é tratar o material com vestes inadequadas, estragando peças de alto preço, por causa do enguiço de uma bateria ou pela graxa de um canhão.

Os exatos lugares e momentos para exigir limpeza e brilho deverão ser, a parada diária, as instruções em recintos fechados, ou os finais de jornada e de expediente. Nas garagens, nos parques, no campo, nas baías, pode-se quase afirmar com segurança, que só à custa de sacrifício da manutenção ou da missão atribuída pode-se economizar roupa, convido saber que os almoxarifados possuem sempre algumas peças em desuso, ou melhor, descarregadas, para ceder aos que necessitam executar certos trabalhos de extrema dureza.

Lembre-se de que se, nas horas de manutenção ou de limpeza de cavallhada, ou nos momentos dos exercícios de campanha, houver muitos dos seus subordinados indo e vindo, engomadinhos nos uniformes e lustrosos nos sapatos, o seu elemento deve estar perdendo no campo da eficiência.

MORAL COLETIVA

Freqüentemente o estado moral de uma tropa é confundido com índice disciplinar e, por isso, há por vêzes oportunidades para grandes desilusões quanto a certos elementos. É quando o desejo de ter "ficha limpa", na Casa das Ordens, faz com que sejam encobertas muitas faltas, sem que tal conduta implique no reconhecimento da tropa, mesmo porque a coletividade não tolera privilégios nem injustiças.

Há inúmeras maneiras de definir moral coletiva, mas para uso dos jovens oficiais diremos que o problema repousa na seguinte questão básica: "Os homens que V. comanda apreciam realmente o que estão fazendo, ou pelo contrário, desprezam-no?" É sem dúvida uma questão de ampla generalidade, que pode dar a algumas discussões semânticas, mas a sua resposta repousa em sentimentos que se podem verificar e avaliar em qualquer elemento, as vêzes num simples passeio pelos alojamentos, pelas fileiras, pelo parques, pelas baías ou nos acampamentos. Pode haver dissimulação, mas se o ranço de algum ressentimento existir, êle será notado.

Haverá sempre os crônicos queixosos e insatisfeitos, mas, se o moral coletivo fôr alto, isto é, se a maioria dos homens estiver satisfeita, esta maioria abafará aquêles sentimentos negativos e arrastará êsses poucos derrotistas a ponto de, se seus problemas forem suficientemente sérios, como que centrifugá-los e obrigá-los a se afastar do elemento ou do serviço.

Se V. meu jovem tenente, quiser saber o que é moral alto, ou como se atinge (o que é mais prático), bastaria dizer: "Seja um autêntico líder de sua tropa, conduza convenientemente os seus homens e a sua unidade será dotada de alto moral".

Para isso, considere os seguintes itens:

- a) Faça-se sentir presente à sua tropa;
- b) Espere dos seus comandados apenas aquilo que V. é capaz de fazer;
- c) Tome interêsse pelo bem-estar dos homens, tanto nos quartéis como em campanha;
- d) Precate seus homens da estafa decorrente de ordens contraditórias ou pedidos extravagantes;
- e) Esteja capacitado para conduzir seus homens seja em conjunto, seja individualmente;
- f) Procure inteirar-se dos problemas de seus comandados;
- g) Faça uso moderado de seu poder disciplinador.

Estes não seriam, necessariamente os únicos itens de um "memento" sobre o assunto, mas representam, todavia, uma ajuda valiosa para o desempenho de suas nobres funções de comandante de pelotão. Em associação cerrada com eles, estará o interêsse em saber se os soldados estão devidamente alimentados, suficientemente agasalhados e convenientemente acantonados. Como subsídio para bem firmar a sua responsabilidade no assunto, são apresentadas algumas perguntas que V. deve fazer mentalmente, no caso:

- 1) Gostaria eu da comida distribuída ao pelotão?
- 2) Gostaria eu das peças de fardamento e de abrigo distribuídas ao pessoal do pelotão?
- 3) Gostaria eu de viver nos locais destinados ao acampamento ou acantonamento do pelotão?
- 4) Gostaria eu de utilizar as instalações de higiene (latrinas, lavatórios e banheiros) destinadas à tropa?

Se, para algumas dessas perguntas, a resposta fôr negativa, saia em campo para fazer algo de útil em favor da sua melhoria. Se não o fizer, V. não estará cumprindo com exatidão a sua tarefa, nem terá contribuído para manter o alto nível moral de sua tropa.

PADRÕES PESSOAIS

Os padrões pessoais que alguém pensa poder atingir, são uma facêta da liderança que varia com a personalidade de cada qual, mas um bom

Índice para cada um avaliar os seus próprios padrões, seria responder com isenção de ânimo, às seguintes questões:

- a) Quais são os padrões do Chefe que eu admiro?
- b) São razoáveis os padrões que eu me proponho?
- c) Satisfazem êles as necessidades atuais?
- d) O que estou fazendo para atingi-los.
- e) Tendem os meus padrões para o benefício ou melhora das condições atuais?

Estas cinco perguntas encontram lugar em qualquer fase das tarefas que lhe sejam afetas, tais como treinamento dos nomenes, limpeza do armamento, manutenção do material, instrução geral, verificações periódicas, condições de vida no quartel ou nos acampamentos, relatórios ou o que fôr. Guarde-as de cor e as aplique, antes de decidir.

CONCLUSÃO

Bem-vindo seja, Aspirante, a esta unidade, é uma frase verdadeira, sincera e leal. O comando da unidade elementar é função de alta relevância e representa enorme responsabilidade para quem a exerce, pôsto que a chetia moderna exige oficiais que saibam enfrentar as situações com iniciativa, espirito inventivo, lealdade, compreensão e, acima de tudo, vontade de assumir as responsabilidades inerentes ao comando do elemento que na guerra cumpre enfrentar e derrotar o congener adversario. O seu pelotão pode se encontrar em situação de não contar com ninguém à direita, ninguém à esquerda, não ter nada atrás, mas terá e contará com V., meu jovem tenente, à sua frente, para conduzi-lo à vitória. Pensar diferente será pensar errado, será ignorar ou, pelo menos, não ter compreendido a importância do Comando da pequena unidade do exército. Por isso, por seus exemplos de energia, aptidão física, dedicação e capacidade tecnica, a par da nobreza dos seus sentimentos de justiça e de compreensão V. precisa saber conquistar a confiança de seus comandados, mas sempre lembrando de que se V. tentar galgar algum pedestal de superioridade, V. estará caminhando para se puder e, se perceber que as circunstâncias já o instalaram nêle, trate de descer depressa, para não se perder.

“Expende Annibalem: quot libras in Duce sommo invenies? ... — “Considera Anibal, quantas libras de cinza encontrarás tu nesse grande Capitão” —, é o adágio com que os Romanos chamavam à realidade os presunçosos e enfatuados.



NOSSO APÊLO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

O COMPLEXO PROBLEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO

Gen ANTÔNIO NEGREIROS DE ANDRADE PINTO

A experiência adquirida com o trato dos assuntos ferroviários nos animou à realização do presente trabalho.

Previsto um deficit ferroviário no Brasil, de aproximadamente trezentos bilhões de cruzeiros para o ano em curso — 1964 — situação essa que se vem agravando a cada ano, chegamos a um ponto em que, se não nos orientarmos por uma conduta diferente, assistiremos de braços cruzados ao desmoronamento completo dum sistema de transporte que, particularmente no Brasil, em determinados casos, ainda é o mais indicado pela sua eficiência. Com efeito, se medidas *radicais* e *urgentes* não forem tomadas nesse sentido, nenhuma providência, que venha a ser adotada pelo Governo para conter a inflação, produzirá resultado.

Adquirimos algum conhecimento e experiência do assunto através das atividades que exercemos nos trabalhos de construção de estradas a cargo do Exército por mais de 10 anos, na Administração Federal Temporária da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, de 1957 até 1959, na Interventoria da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1960 e, por fim no cargo de Diretor Superintendente da Estrada de Ferro Central do Brasil, de julho de 1963 até abril de 1964.

Acompanhamos, portanto, sentindo de perto todo êsse drama, o período crítico em que os diversos fenômenos de ordem política, social, econômica, técnica e administrativa desabaram sobre o sistema ferroviário do país, *criando êsse monstro*, que hoje abala profundamente nossa economia e ameaça nossas Instituições.

Pouco adiantava, então, a ação isolada de um ou outro diretor de Estrada que, escapando às injunções políticas, resguardava a sua autoridade; que enfrentava o problema do pessoal pela fiel observância das Leis e Estatutos que regiam as atividades dos servidores ferroviários e que normalizava os transportes, produzindo mais e melhor — se meios lhe faltavam para corrigir as deformações do sistema e conter a política salarial desordenada que se implantava no País.

Julgamo-nos portanto autorizados, a menos que traíssemos a consciência, a reconhecer a necessidade de se reajustar o dispositivo ferroviário brasileiro às contingências da época, para que o mesmo possa sobreviver, como ainda se impõe.

Não pretendemos, evidentemente, numa simples exposição, resolver o complexo ferroviário brasileiro. Nossa contribuição vai se limitar,

tão-sòmente, a um exame geral de situação, causas principais e consequências decorrentes que, contornadas ou removidas, proporcionem dias menos amargos para os transportes ferroviários no Brasil.

Precisamos também esclarecer que êsse drama não é vivido sòmente pelo Brasil. Muitas outras Nações com o mesmo problema também se preocupam.

- Da União Soviética sabemos pouco; entretanto, é certo, os transportes rodoviários limitados a cem quilômetros, protegem a utilização das ferrovias.
- Na França, onde se encontram as melhores linhas, os trens mais velozes e o sistema de tração mais econômica, a rede ferroviária, já em regime de subvenção pelo Estado, anuncia a incerteza dos dias futuros.
- Nos Estados Unidos, onde se formam composições de mais de oito mil toneladas para baratear o custo da operação e onde já se arrancaram mais de setenta mil quilômetros de linhas de ramais antieconômicos para diminuir os gastos, os setenta por cento das empresas nas mãos de síndicos, em regime de concordata, revelam igualmente a gravidade da situação.
- Na Argentina, onde o *deficit* astronômico apurado está sendo considerado pelo Governo como caso de calamidade, as medidas que vem sendo tomadas para atenuá-lo — dispensas de servidores, etc. — têm sido respondidas pela classe com greves de represália que, paralisando todo o sistema, ainda mais agravam a solução do problema.

E, salvo nas estradas de ferro especializadas no transporte de grandes massas a grandes distâncias, exemplo no Brasil da E.F. do Amapá e da E.F. Vitória a Minas em tôdas as outras estradas de ferro do País, mesmo na ex-portentosa Cia Paulista de Estrada de Ferro e, *em todo o mundo*, o fenômeno deficitário é quase o mesmo, fatos êsses que evidenciam que o FANTASMA RODOVIÁRIO veio quebrar o monopólio antes exercido pelas estradas de ferro nos transportes terrestres, obrigando os ferroviários a um esforço hercúleo pela sobrevivência.

E, no caso particular do Brasil, que não tem pátios para trens de 2.000 toneladas, que não tem linhas para velocidade acima de 100 quilômetros, que não tem política protecionista, como os russos, onde é prejudicado o tráfego mútuo pela diversidade de bitolas e onde o coeficiente eleitoral dos ferroviários é usado para fins políticos — a situação é bem mais grave e a solução bem mais difícil.

Quando falamos em *solução* não queremos dizer que as estradas de ferro possam readquirir o prestígio que usufruíam até antes da última Grande Guerra, porque:

- a substituição da diligência pelo ônibus;
- a troca das estradas carroçáveis pelas estradas pavimentadas;

- as condições técnicas menos exigentes das rodovias, proporcionando em relação às ferrovias, um desenvolvimento mais curto, custo mais baixo e tempo de construção consideravelmente menor;
- a exploração dos transportes rodoviários ser feita por particulares enquanto a maior parte de nossas ferrovias são exploradas pelo Governo, o que representa mais um ônus e uma preocupação constante com a aplicação dos Estatutos e Leis que regulam as atividades dos servidores ferroviários;
- a facilidade dos transportes rodoviários de porta a porta, sem baldeações, e que só em casos especiais se consegue com o trem;
- a conservação mais fácil e menos onerosa das rodovias;
- a flexibilidade das tarifas rodoviárias ante a rigidez das tarifas ferroviárias, o que dificulta, sobretudo nas ferrovias, o problema do retorno dos vagões vazios;
- e a fabricação, no país dos veículos rodoviários, enquanto as locomotivas continuam sendo produzidas no estrangeiro.

Vieram como que estabelecer um regime de concorrência perigoso, em que os fatores CAPACIDADE, CUSTO E VELOCIDADE do meio de transporte são considerados, criando-se como que uma nova mentalidade — A DA SELEÇÃO DO MEIO DE TRANSPORTE SER FEITA PELA CARGA.

Isso admitindo, as seguintes regras passaram a ser observadas:

- sempre que há pressa, a carga procura o meio de transporte mais rápido, interessando pouco o valor do frete;
- quando o custo do transporte não excede de sete ou oito por cento do valor da carga, ainda é procurado o meio de transportar mais rápido ou o melhor serviço;
- e até onde se ganha mais em tempo do que se perde em dinheiro, a carga é transportada pelo meio mais rápido,

dê-se modo, sobram para as estradas de ferro as cargas que por elas ainda se interessam:

- as que, valendo pouco, procuram o frete mais baixo;
- as que se encontram em regiões mal servidas por rodovias;
- as que são atraídas pelas tarifas ferroviárias de proteção;
- e aquelas que, representadas por grandes quantidades (cereais, minérios, combustíveis, madeiras etc.), exigem transporte com capacidade para o seu escoamento racional,

evidenciando-se dessa forma a primeira condição, da necessidade de sobrevivência das estradas de ferro — ÚNICO MEIO DE TRANSPORTE TERRESTRE CAPAZ DE REALIZAR, ECONOMICAMENTE E EM TEMPO ÚTIL, O MOVIMENTO DE GRANDES MASSAS A GRANDES DISTÂNCIAS.

Dessa primeira parte de nossa exposição podemos tirar as seguintes conclusões:

- O problema é complexo, faltando-nos autoridade e tempo para abordá-lo com mais propriedade;
- A rodovia veio quebrar o monopólio, antes exercido pela ferrovia, limitando as atividades dos transportes ferroviários;
- A estrada de ferro ainda continua sendo o meio terrestre capaz de, economicamente e em tempo útil, realizar transporte de grandes massas a grandes distâncias;
- os *deficits*, porém, ao ponto em que chegaram, se não forem ao menos atenuados — e com urgência — precipitarão a falência de todo o sistema ferroviário brasileiro.

Isso pôsto, resulta:

- A) AS ESTRADAS DE FERRO AINDA SÃO NECESSÁRIAS;
- B) OS *DEFICITS*, PORÉM, TERÃO QUE SER ATENUADOS.

A) *As Estradas de ferro ainda são necessárias :*

- porque, se não existisse uma E.F. do Amapá, 800.000 t de minério de manganês não seriam exportadas anualmente pelo porto de Macapá — divisas para o Brasil;
- porque, se não existisse uma E.F. Vitória a Minas, mais de 6.000.000 t de minério de ferro não sairiam anualmente pelo porto de Vitória — mais divisas para o Brasil;
- porque, se não tivéssemos uma E. F. Santos a Jundiaí, uma E. F. Sorocabana, uma Rede de Viação Paraná-S. Catarina, e uma Cia Paulista de Estradas de Ferro, esta, uma das melhores estradas de ferro do mundo, não sairia tanto café pelos portos de Santos e Paranaguá — maior fonte de divisas para o Brasil;
- porque, se não fôsse uma E.F. Central do Brasil, não se poderia pensar no surto desenvolvimentista da indústria siderúrgica nacional, nem admitir a exportação de minério em larga escala pelo porto do Rio de Janeiro — metas impostergáveis — da atualidade brasileira;
- porque, se não contássemos com uma Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o trigo, a lã, a carne, o arroz, o feijão, a soja, a madeira, o carvão, o calcário e outros produtos desse grande Estado, cognominado o celeiro do Brasil, não poderiam chegar melhor aos centros de consumo, nem atingir mais fácil os portos de embarque;

- porque, se não fôsem os trens da Central, da Paulista, da Leopoldina, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e da Sorocabana, as populações suburbanas do Rio, S. Paulo, Belo Horizonte e Pôrto Alegre, não se deslocariam melhor, diàriamente, para o centro de suas atividades;
- porque, finalmente, enquanto não contarmos com o TRONCO PRINCIPAL SUL, O TRONCO PRINCIPAL NORTE, A TRANSVERSAL NORDESTINA, as LIGAÇÕES RIO-BRASÍLIA e SÃO PAULO-BRASÍLIA e mais duas ou três TRANSVERSAIS LESTE-OESTE, não poderemos fazer circular economicamente a nossa riqueza nem teremos garantida a integridade, do nosso território, em caso de guerra, tudo por falta do meio de transporte adequado.

A propósito, citamos o exemplo da última Grande Guerra em que tantas vidas preciosas foram sacrificadas pela ineficiência dos nossos meios de transporte terrestres e lembramos da necessidade inadiável do reaparelhamento das nossas ferrovias que demandam as regiões Sul, Nordeste e Oeste, por razões sócio-econômica e de estratégia militar.

B) *Para atenuar os deficits sugerimos o seguinte :*

1 — FUNDIR A RFFSA COM O DNEF OU EXTINGUIR UM DÊSSES ÓRGÃOS

Fundir a Rêde Ferroviária Federal S.A. com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro ou extinguir um dêsses órgãos, é medida que se impõe seja tomada de imediato, porque não se compreende pos-sam existir essas duas organizações para um mesmo fim.

Somos favoráveis ao prevalecimento da organização do Departamento porque tem uma tradição e os fins a que se destina melhor se ajustam aos interesses da política ferroviária brasileira.

Ademais, atribuída à Rêde Ferroviária Federal S.A. a configuração duma SOCIEDADE ANÔNIMA, se passou a negar, a ela e às estradas de ferro incorporadas, as características das ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, resultando daí, graves problemas para o resguardo dêsse imenso patrimônio da União.

Por outro lado, a rigidez das organizações autárquicas (Departamento) não permitindo as composições fáceis promovidas pela flexibilidade das leis que regem as sociedades por ações (Rêde), por certo teria evitado se tivesse agravado tanto o problema ferroviário, desde 1957, quando da criação da Rêde.

Finalmente, enquanto o Departamento continua mantendo o elevado padrão técnico de sua organização, a Rêde, transfigurada por injunções de ordem política, de tôda natureza, veio a se constituir em mais um cabide de empregos, haja vista o grande número de elementos estranhos ao meio ferroviário que tem exercido cargos em sua diretoria colegiada.

CONCLUSÃO :

- EXTINGA-SE A RFFSA, TOMANDO O GOVERNO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA REVOGAR OU SUSPENDER A APLICAÇÃO DA LEI N. 3.115 QUE A INSTITUIU;
- FAÇA-SE VOLTAR AO DNEF AS ATRIBUIÇÕES ANTERIORES À CRIAÇÃO DA RFFSA, RESTABELECENDO-SE OUTROSSIM AS ORGANIZAÇÕES AUTÁRQUICAS NAS ESTRADAS DE FERRO FEDERAIS OU SOB REGIME ESPECIAL.

Extinta a RFFSA, promover-se-á o retorno dos servidores cedidos ou requisitados às repartições de origem e a dispensa daqueles que não sejam necessários à recomposição do Departamento.

A extinção da Rede proporcionará uma diminuição do *deficit* da ordem de 5 bilhões de cruzeiros anuais.

2 — ACABAR O REGIME COLEGIADO NAS ESTRADAS DE FERRO

Acabe-se o regime colegiado nas estradas de ferro, que nenhum resultado prático apresentou, mormente se considerarmos que, na situação de crise, que é a atual, a chefia e a responsabilidade devem ser indivisíveis.

CONCLUSÃO :

AS ESTRADAS DE FERRO DEVEM VOLTAR A SE ORGANIZAR
EM SUPERINTENDÊNCIA
SUBDIRETORIAS OU DIRETORIAS ASSISTENCIAIS
DEPARTAMENTOS
SERVIÇOS

3 — AFASTAR AS INJUNÇÕES POLÍTICAS NA ESCOLHA DOS DIRETORES DE ESTRADA

Sempre que uma empresa do Governo, como uma estrada de ferro, que congrega em seu seio considerável número de servidores ganha um diretor político ou comprometido com a política, êle, ou faz política, ou se prepara politicamente, o que é nefasto para a administração.

E, como têm sido muitas as administrações políticas nas estradas de ferro, logo muitos os membros das Câmaras e Assembléias eleitos pelos votos da família ferroviária, temos tido, como resultado, o empreguismo desordenado e, em consequência, o excesso de servidores que hoje se verifica em tôdas as estradas de ferro da União, o que, de forma alguma, deve ter prosseguimento.

CONCLUSÃO :

- OS DIRETORES DE ESTRADA DEVEM SER APOLÍTICOS E, SE POSSÍVEL, INELEGÍVEIS POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS APÓS O AFASTAMENTO DO CARGO.
- O VOTO TEM CUSTADO MUITO CARO ÀS ESTRADAS DE FERRO.

4 — PROIBIR AS ADMISSÕES

Proibir terminantemente as admissões até ulterior deliberação é medida que também convém seja adotada de imediato, pelo menos até quando se organizem ou ajustem os *quadros do pessoal* às necessidades dos serviços das ferrovias, reestruturadas estas como empresas de transporte.

Obedecida essa política, organizados os quadros que compreenderão as necessidades de servidores nas diferentes funções, aí sim, feito o confronto com o número de servidores existentes, havendo claros, promover-se-ão as admissões, *quando autorizadas*.

É fato que, não havendo quadros, como ocorre em quase tôdas as estradas de ferro, as admissões que se vinham procedendo de longa data, na sua quase totalidade eram feitas desordenadamente, em obediência a injunções políticas e quase nunca no atendimento do interesse do serviço ferroviário.

Por essa razão, as estradas de ferro possuem, hoje, um grande número de excedentes e, pior do que isso, distribuídos desajustadamente.

Procurar-se o nivelamento é teórico, porque as atribuições divergem profundamente entre funções diferentes e as readaptações nem sempre são possíveis.

Demitir simplesmente os excedentes, não é aconselhável. A maioria das vezes fere direitos adquiridos ou expectativas de direito e o problema social não pode deixar de ser considerado, particularmente quando o Governo é o empregador.

Logo, a solução que se impõe é *não admitir*, deixando-se que se reduzam paulatinamente os efetivos às necessidades da empresa pelas demissões a pedido, abandono de emprego, aposentadorias, mortes e demissões a bem do serviço público.

Como se verifica, é um problema complexo que só se resolverá com o tempo e a determinação disso realizar, como aliás tivemos oportunidade de demonstrar nas administrações que exercemos na Viação Férrea Rio Grande do Sul, na E.F. Leopoldina e na E.F. Central do Brasil, quando nenhuma admissão foi efetuada, o número de servidores diminuiu consideravelmente, e, por incrível que pareça, os transportes se desenvolveram muito melhor. Na Viação Férrea, em 1957, quando chega-

mos, existiam 18.500 servidores e em 1959, quando deixamos a estrada, êsse efetivo estava reduzido a 15.500 e, na Central, onde também não admitimos ninguém, a tonelage útil transportada em 1964 (14.000.000 t) foi 50% superior à tonelage útil transportada em 1963 (9.000.000 t).

Compreendendo o efetivo total das estradas de ferro federais, mais ou menos 160.000 servidores, certamente, organizados os quadros em obediência à nova política de transportes a ser fixada pelo Governo, êsse efetivo poderá ficar reduzido a 120.000 homens, o que representa, na base do salário médio mensal de Cr\$ 90.000,00, uma economia nos *deficits* da ordem de 40 bilhões de cruzeiros anuais, fato digno de registro.

Por outro lado, organizados os quadros, as admissões só poderão ser realizadas quando houver claros, o que virá conter as pressões políticas, dando maior autoridade às administrações das estradas.

É preciso também que se diga que a própria Central do Brasil ainda não tem quadro nem sabe exatamente quantos servidores possui.

Iniciávamos a organização do quadro quando deixamos a Estrada. Não o fizemos antes, nesses 10 meses que administramos a ferrovia, porque, só em março de 1964 conseguimos completar o relacionamento definitivo do pessoal existente pelas diferentes funções e grupos ferroviários, elemento base de comparação para a organização do quadro.

CONCLUSÃO :

- PROÍBA-SE AS ADMISSÕES NAS ESTRADAS DE FERRO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.
- PROMOVA-SE DE IMEDIATO A ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL DAS ESTRADAS DE FERRO, LIMITADOS ÀS ATRIBUIÇÕES DUMA EMPRESA DE TRANSPORTE.

A adoção dessas medidas promoverá, com o tempo, uma economia anual nos *deficits* da ordem de 40 bilhões de cruzeiros.

5 — SUPRIMIR RAMAIS DEFICITÁRIOS

A supressão dos ramais altamente deficitários e que não sejam de interesse militar, é também medida que se impõe seja tomada de imediato e sem maiores protelações, particularmente quando da existência de rodovias paralelas a êsses ramais, mesmo quando o serviço rodoferroviário da estrada se encarregue dos transportes que antes eram feitos pelo trem.

Os Norte-americanos já arrancaram mais de 70.000 quilômetros de linhas férreas — quase o dôbro de todo o sistema ferroviário brasileiro — sem repercussão maior, porque essa medida se impunha, enquanto

que, no Brasil, por sentimentalismo, iniunções políticas e sobretudo por falta de coragem, os 7.000 quilômetros de ramais, cujo levantamento fôra determinado pelas conclusões a que chegou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, permanecem dando tráfego e, pior do que isso, novos ramais continuam sendo construídos.

A propósito, achamos que a solução atual do problema ferroviário brasileiro, já não se contenta com a supressão de ramais, vai além, exige também a supressão de determinados trechos de linhas férreas, inexpressivas e inadequados, face à nova política de transporte a ser traçada pelo Governo, consoante um Plano Geral de Viação Nacional que coordenará o uso dos diferentes sistemas.

Assim, interpretamos essa idéia do seguinte modo com relação às três estradas de ferro por onde andamos:

- Na Viação Férrea do Rio Grande do Sul manter-se-ia a grande transversal Pôrto Alegre-S. Maria-Uruguaiana, a linha de exportação e interligação do sistema Centro-Sul, Marcelino Ramos — Cruz Alta — S. Maria — Bagé — Rio Grande e, mais os seguintes trechos de interesse militar: S. Maria — S. Borja — Cruz Alta — Santa Rosa — Casequi — Livramento e o ramal de Gen Câmara;
- Na E. F. Leopoldina, manter-se-ia o trecho Rio — Campos — Vitória e mais uma linha especializada para a exportação de minério do quadrilátero ferrífero;
- E, na E. F. Central do Brasil, a linha tronco Rio — B. Horizonte — Monte Azul; a linha Rio — S. Paulo e os ramais de Pirapora que futuramente se estenderão até Brasília, de Sabará — Nova Era para o atendimento da indústria siderúrgica e de Lorena — Piquê, de interesse militar.

Proceder-se-ia do mesmo modo e seguindo o mesmo critério nas demais estradas de ferro da União, também não se sacrificando os transportes suburbanos no derredor das grandes cidades, de interesse político, social e até econômico; quando assim o quisermos considerar.

Dessa forma, os ramais ou trechos considerados irrecuperáveis economicamente que se queira manter para o atendimento de interesse particulares da região ou do lugar, do Estado, do Município ou de outrem, quando declarado esse interesse particular em suas preservações, mudariam de designação, passariam à condição de DESVIOS, cujas características obrigam o seu custeio pelo elemento interessado, o Exército, o Estado, o Município ou o Particular.

Felizmente, temos notícia que o atual Ministro da Viação e Obras Públicas, encarando o problema com a seriedade necessária, já determinou a supressão de diversos ramais, independente das reações que já se fizeram sentir.

CONCLUSÃO :

- SUPRIMA-SE DE IMEDIATO OS RAMAIS CONSIDERADOS ANTIECONÔMICOS, PELAS CONCLUSÕES A QUE CHEGOU A COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS, DESDE QUE HAJA UMA RODOVIA PARALELA OU QUANDO OS ELEMENTOS INTERESSADOS EM SUAS PRESERVAÇÕES NÃO QUEIRAM ASSUMIR A RESPONSABILIDADE DOS ÔNUS DO CUSTEIO;
- REFORMULE-SE A POLÍTICA FERROVIÁRIA BRASILEIRA NO SENTIDO DO PREVALECIMENTO DAS GRANDES LINHAS: DOIS EIXOS NORTE-SUL. UM PRINCIPAL E OUTRO SECUNDÁRIO E TANTAS TRANSVERSAIS LESTE-OESTE QUANTAS ACONSELHÁVEIS SEJAM AOS INTERESSES DA EXPORTAÇÃO. SÓ DESSE MODO SE PODERÁ LOGRAR, NO FUTURO, A NECESSÁRIA COORDENAÇÃO DOS TRANSPORTES RODOFERROVIÁRIOS.

A redução nos *deficits* após a supressão dos ramais, pode ser estimada em mais de 30 bilhões de cruzeiros anuais com o que se economizaria em pessoal, material e no custeio.

6 — REDUZIR O CUSTO DA OPERAÇÃO

Reduzir o custo da operação, significa reduzir a despesa e consequentemente o *deficit* em proporção que se não pode desprezar, tão considerável, quanto às medidas que no caso venham a ser tomadas.

Com efeito, substituindo-se as obsoletas locomotivas a vapor, queimando óleo, carvão e lenha, ainda em uso em tôdas as estradas de ferro do país, pelas locomotivas diesel elétricas, e remodelando-se a via permanente para velocidades acima de 100 quilômetros e trens de mais de 2.000 toneladas, terá o sistema ferroviário brasileiro se recuperado dum período de estagnação de mais de 30 anos.

Hoje, em estradas de ferro, não se admite mais raios de curva com menos de 1.000 metros, rampas com mais de 1%, nem a tração a vapor que custa sete vezes mais de que a tração diesel, como não se compreende circulem trens com menos de 1.000 toneladas nas linhas principais, como acontece, por exemplo, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em que um trem de 1.000 toneladas que chegue a Bagé com destino ao Rio Grande — linha de exportação da Viação Férrea — tenha que se decompor em 4 trens de 250 toneladas, ou melhor, exija um esforço de tração 4 vezes maior para vencer os 3,2% da rampa de Pedras Altas.

Os trens de carga hoje são como os navios mercantes — quanto maior a capacidade menor relativamente o custo da operação, medida

essa que, no caso particular da ferrovia, deve ser melhor aplicada face a concorrência rodoviária.

Deixamos de nos referir à eletrificação das estradas de ferro por ser assunto ainda muito discutido, parecendo, entretanto, aconselhável o seu uso, quando se tenha energia barata e um tráfego intenso, como o de subúrbios, casos em que talvez haja compensação do grande investimento feito na eletrificação: construção de rêdes aéreas, subestações, cabinas, etc.

Felizmente, êsse assunto, ultimamente, vem recebendo uma atenção tôda especial dos órgãos competentes, já apresentando resultados bastante satisfatórios.

CONCLUSÃO :

— INVESTIR, DENTRO DUM PLANO PRIORITÁRIO, CONSOANTE A POLÍTICA FERROVIÁRIA A SER FIRMADA PELO GOVERNO :

- NA MELHORIA DO TRAÇADO;
- NA REMODELAÇÃO DA LINHA;
- NA SUBSTITUIÇÃO DA TRACÇÃO;
- E NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS LINHAS.

Sendo judiciosamente aplicados os recursos dos investimentos, em curto prazo serão amortizados pela diminuição do custo da operação, daí em diante passando a contribuir para a atenuação dos *deficits*.

7 — ELIMINAR OS SERVIÇOS SUBSIDIÁRIOS E DE FABRICAÇÃO NAS ESTRADAS DE FERRO

Eliminar os serviços subsidiários e de fabricação nas estradas de ferro, que para êsse fim empregam considerável número de servidores, limitando as atividades de oficinas, depósitos e postos de visita ao estritamente necessário à manutenção do equipamento em uso, se nos afigura uma das providências mais urgentes, particularmente, no sentido de reduzir o número de servidores das estradas, cujas vantagens já nos referimos.

Assim, tudo que possa ser adquirido ou confeccionado no comércio e na indústria não deve ser feito na estrada, mesmo que aparentemente mais caro, porque as estradas de ferro devem se limitar exclusivamente às atividades concernentes às empresas de transporte em que se constituem e tôda a atenção de suas administrações estar concentrada nesse *desideratum*.

A propósito, dêsse modo procedemos na Viação Férrea do Rio Grande do Sul e nos orientamos na Central do Brasil, e o aparentemente mais caro acabou sendo considerado o mais vantajosamente econômico.

Firme-se, pois, essa nova política nas estradas de ferro da União.

CONCLUSÃO :

- FICAM AS ESTRADAS DE FERRO COM OS ENCARGOS DA CONSERVAÇÃO E DA REPARAÇÃO DO MATERIAL E DOS EQUIPAMENTOS EM USO, ELIMINANDO-SE A IDÉIA DE FABRICAÇÃO DE TUDO AQUILO QUE A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO POSSAM FORNECER.
- PERMITA-SE, OUTROSSIM, PARA O APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, AINDA EXISTENTE, DESDE QUE SEU APROVEITAMENTO NÃO POSSA SE TRANSFERIR PARA OUTRA ATIVIDADE DA EMPRESA, SEJA A MESMA UTILIZADA NOS SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO. CONDICIONADO PORÉM A UM PLANO PREESTABELECIDO.

Diminuindo-se pessoal, não se comprando mais caro, se economiza no *deficit*.

3 — REAJUSTAR TARIFAS

Reajustar tarifas ao custo do transporte ou às conveniências para enfrentar o concorrente rodoviário é uma iniciativa que deve ser adotada, desde logo, pelas administrações das estradas de ferro e pelos órgãos competentes.

Errada a concepção de que o aumento das tarifas contribui para o encarecimento do custo de vida. Errada, porque o aumento do custo de vida tem-se medido pela inflação e o aumento de tarifas nunca se deu na proporção do aumento do valor das mercadorias transportadas pelas estradas de ferro e, injusto e incongruente, porque isso não tendo ocorrido, os transportes ferroviários passaram a se constituir em mais uma forma de financiamento pelo Governo, corroborando portanto para mais agravar a inflação, conseqüentemente o custo de vida, haja vista o quadro tenebroso de seus *deficits*.

E numa hora em que o Governo, com tanta sabedoria, corta os subsídios do trigo, do petróleo, do papel, etc., não mais se justifica, na mesma base, esse financiamento suicida aos usuários dos transportes ferroviários.

Reconhecemos, não obstante, que o Governo no interesse de intensificar ao máximo a exportação e poder enfrentar a concorrência internacional, transija na troca da moeda forte pelo cruzeiro desvalorizado pela inflação, mas ir além, estender essa liberalidade aos grupos econômicos e políticos com o prejuízo do agente transportador — a estrada de ferro — julgamos política condenável e contraproducente.

Examinando o caso concreto:

Se aumentarmos o preço das passagens nos trens suburbanos, que era de 10 cruzeiros até abril, passou para 30 a partir de maio e deve custar ao menos 50, que vale de sobra porque o ônibus cobra de 80 a 90 pelo mesmo percurso, considerando os 500 milhões de passageiros transportados anualmente pelos trens dos subúrbios, teríamos realizado uma economia nos *deficits* da ordem de 20 bilhões de cruzeiros;

Se reajustarmos o preço médio da tonelage útil de mercadorias transportadas pelas estradas de ferro que hoje custa 1.200 cruzeiros para 2.000, o que não é exagero, porque o caminhão cobra muito mais, considerando os 40 milhões de toneladas úteis que as estradas de ferro podem transportar anualmente, essa economia nos *deficits* pode se elevar a mais 38 bilhões de cruzeiros.

E por fim, se abolirmos completamente as tarifas de proteção e os transportes gratuitos, mais 6 bilhões de cruzeiros serão somados à economia dos *deficits*, perfazendo o total de 64 bilhões de cruzeiros, o que se pode considerar como diminuição da despesa nas estradas de ferro, quando ordens sejam expedidas nesse sentido.

CONCLUSÃO :

- DETERMINE-SE, DE IMEDIATO, A ELEVAÇÃO DO CUSTO DAS PASSAGENS DOS TRENS SUBURBANOS PARA 50 CRUZEIROS.
- REAJUSTE-SE O PREÇO MÉDIO DAS TARIFAS DA TONELADA ÚTIL PARA 2.000 CRUZEIROS.
- PROMOVA-SE A ABOLIÇÃO DOS TRANSPORTES GRATUITOS E DAS TARIFAS DE PROTEÇÃO.
- OBRIGUE-SE OUTROSSIM AOS ÓRGÃOS DO GOVERNO USAREM OS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS.

Não se quer que o preço da tarifa galope ao lado da inflação, devesse porém exigir que esse preço não se afaste tanto da realidade e da conjuntura econômica.

9 — POLÍTICA PROTECIONISTA

Nem o que os russos fazem, limitando até 100 quilômetros os transportes rodoviários, nem a cobrança do pedágio nas rodovias, usada em outros países, protegerão melhor as ferrovias, do que o estabelecimento pelo Governo dum FUNDO GERAL, constituído pela cobrança do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, desde que, judiciosamente

distribuído, contemple as ferrovias naquilo que se considera de capital importância para a economia nacional, consoante as diretrizes da nova política de transportes a ser adotada no Brasil.

Isso pôsto, se mediria melhor os investimentos provenientes dêsse FUNDO para o reaparelhamento dos portos e da marinha mercante, para a terminação do Tronco Principal Sul e do Tronco Principal Norte, para as ligações ferroviárias com Brasília, etc., que podem ser consideradas tão importantes, quanto às pavimentações asfálticas das BR, que tiveram sempre a preferência, por que dispunham dum FUNDO PRÓPRIO e não havia um órgão, como ainda não o há, que coordenasse os diferentes sistemas de transporte no Brasil.

Diga-se, ainda, que a recente deliberação do Governo de cortar os subsídios do petróleo veio restabelecer a verdade tarifária dos transportes rodoviários, desfazendo a enganosa suposição, particularmente acalentada pelos leigos, de que pelas rodovias se transportava mais barato.

CONCLUSÃO :

- ESTABELEÇA-SE UM FUNDO GERAL PROVENIENTE DA COBRANÇA DO IMPÓSTO ÚNICO SÔBRE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES.
- ADOTE-SE, PARA SUA DISTRIBUIÇÃO, AS DIRETRIZES DUMA NOVA POLÍTICA DE TRANSPORTES.

Só dêsse modo se colocam as coisas no lugar.

10 — ELIMINAR AS GREVES

As greves que se deflagravam nas estradas de ferro nestes últimos dez anos, a qualquer pretexto ou sem pretexto algum, custavam à Nação o valor do trabalho dos dias de paralisação pelo abonamento dos dias de greve, a perda da renda industrial que não era apurada pela paralisação dos trens e a quebra de autoridade das administrações das estradas impotentes ou desinteressadas para conter a desordem, criando como que uma onda de indisciplina, que se avolumava e generalizava a cada greve, fazendo brotar os líderes de classe — falsos líderes porque não tinham envergadura para exercer a liderança — alguns comunistas, mas quase todos orientados por agentes do Partido Comunista Brasileiro que, dêsse descabro se valiam para difundir suas idéias e conquistar novos adeptos, obedecendo a propósitos que, se não fôsem contrariados a tempo, acabariam ameaçando, inclusive, a sobrevivência do regime, como aliás ocorreu na última fase do Governo deposto.

Lutavam conseqüentemente os diretores de estrada com as maiores dificuldades para manter a ordem e a disciplina e fazer impor a sua au-

toridade, sendo que, nas situações mais graves, o Governo apelava para as intervenções militares, solução essa, entretanto, apenas temporária ou temporizadora.

Impunha-se então ao interventor uma fórmula mágica para enfrentar o problema, fórmula essa que, calcada num dispositivo militar preventivo e de repressão, consistia em baixar atos recomendando a fiel observância das Leis e Estatutos que regiam as atividades dos servidores ferroviários, concedendo-se-lhes todos os direitos enquanto se exigiam as obrigações.

Isso feito, como ocorreu na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, na Leopoldina e na Central do Brasil durante a nossa administração, contamos de pronto com o restabelecimento da ordem e da disciplina e um clima de relativa tranquilidade para administrar a estrada, pelo menos enquanto durasse a administração militar.

Ora, com a promulgação da Lei de Greve que se arrastava pelo Congresso há mais de dez anos, a situação tende evidentemente à normalidade, embora a recuperação do meio se processe com algum retardo, porque fica faltando para se consolidar essa situação, tão favorável no momento, que, em todas as estradas de ferro, se discipline as atividades dos servidores nos termos das Leis Vigentes. Mesmo a situação das diferentes categorias de servidores ferroviários, funcionários públicos federais, funcionários públicos estaduais, funcionários autárquicos e servidores regidos pela consolidação das Leis do Trabalho, será fácil conciliar, através duma Recomendação Única feita pelo órgão competente para aplicação geral.

Sem essas providências, o meio virá certamente a se deteriorar com o tempo e injunções outras.

CONCLUSÃO :

- PROMOVAM-SE, PELO ÓRGÃO COMPETENTE, RESOLUÇÕES QUE REGULEM AS ATIVIDADES DOS SERVIDORES FERROVIÁRIOS, SEUS DIREITOS E SUAS OBRIGAÇÕES E DISCIPLINEM AS PROMOÇÕES E ACESSOS DENTRO DAS CARREIRAS.
- FAÇA-SE, OUTROSSIM, O ESTATUTO ÚNICO DOS FERROVIÁRIOS AO QUAL DEVEM SE SUBMETER, INCLUSIVE, OS SERVIDORES PÚBLICOS E AUTÁRQUICOS.

Pode-se admitir, como é lógico, que o aumento da produtividade proveniente da eliminação das greves, venha a contribuir consideravelmente para a atenuação dos *deficits*.

11 — O GRAVE PROBLEMA DA DIVERSIDADE DE BITOLAS NO BRASIL

Não tem solução, ao ponto em que chegamos e à situação de descrédito atingida pelas estradas de ferro, não há mais possibilidade de se unificar bitola no Brasil.

Erros políticos e erros técnicos se acumularam sucessivamente, conduzindo à situação deplorável em que nos encontramos. Temos quatro marcas de bitola — 0,76, 1,00, 1,44, e 1,60 — o que, compartimentando o transporte e limitando o emprego do material rodante, estrangula o sistema.

O máximo que se poderia fazer seria de compor o atual falso sistema ferroviário brasileiro em dois sistemas diferentes: o *Centro-Sul-Oeste*, na bitola de 1,60 m, abrangendo os Estados da Guanabara, S. Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, S. Catarina e Rio Grande do Sul e o *Centro-Norte-Nordeste*, na bitola métrica e abrangendo os demais Estados da União.

À proporção que fôsse sendo substituída a bitola métrica no sistema Centro-Sul-Oeste a superestrutura e o material rodante retirados seriam transferidos para o sistema Centro-Norte-Nordeste, onde melhor o reaparelhariam.

Qualquer outra solução *chega tarde demais* e seria economicamente desaconselhável.

CONCLUSÃO :

— DIMINUAM-SE AS BALDEAÇÕES PARA ATENUAR OS "DEFICITS", PORQUE AS BALDEAÇÕES ENCARECENDO O TRANSPORTE E RETARDANDO AS ENTREGAS, AFASTAM A CARGA.

12 — COORDENAÇÃO GERAL DOS TRANSPORTES

Assim, como ficou demonstrado, TRANSPORTE não é assunto que possa ser tratado isoladamente, cada um, como nós nesta exposição, procurando resolver um caso particular — seja ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial, lacustre, aéreo, etc., — sem atinar com as reações que os outros sistemas possam no caso apresentar.

TRANSPORTE obriga justamente o contrário, a coordenação dos diferentes meios para a disciplina do emprego, o que só será alcançado quando, para êsse fim, contarmos com um órgão competente, um Ministério Próprio — O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — que compreendendo os atuais Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Na-

vegação Marítima, Departamento Nacional de Navegação Aérea, Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Departamento de Silos e Armazéns, etc., trace os rumos definitivos da POLÍTICA DE TRANSPORTE NO BRASIL e os faça cumprir inexoravelmente.

Se esse órgão existisse antes, estamos certos de que o TPS e a BR2 não passariam pelo mesmo compartimento do terreno, o que é um absurdo; os portos artificiais de Paranaguá e Porto Alegre não teriam preferência para instalações em relação aos portos naturais de S. Francisco e Rio Grande, o que não se compreende; Silos e Armazéns não seriam localizados indiscriminadamente ao sabor de interesses políticos influentes; nossa marinha mercante não estaria tão por baixo; os portuários não seriam os donos do cais; novos ramais ferroviários não estariam sendo construídos, nem novos *deficits* se acumulando e, talvez, muitos dos conceitos por nós expendidos nesta exposição *sofreriam restrições* por não se ajustarem convenientemente aos interesses da verdadeira política de transportes do Brasil, que, ainda indefinida, pode quebrar um pouco a convicção com que defendemos esse nosso ponto de vista ferroviário, mas não diminui o entusiasmo e a confiança de que estamos possuídos, de que virão melhores dias para os transportes ferroviários no Brasil, se assim o quisermos e para tanto contribuirmos.

CONCLUSÃO :

- CRIE-SE O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES COMPREENDENDO O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE NAVEGAÇÃO AEREA, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS, O DEPARTAMENTO DE SILOS E ARMAZENS, ETC., COM A FINALIDADE DE COORDENAR ESSAS DIFERENTES ÓRGÃOS, CONSOANTE A NOVA POLÍTICA DE TRANSPORTES A SER ADOTADA NO BRASIL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis aí um quadro geral de situação.

Evidentemente as estradas de ferro foram atacadas pelo vírus duma nova peste — os *deficits* — e, particularmente, as estradas de ferro brasileiras, de maior sensibilidade, estarão condenadas à morte, se tratamento adequado não lhes fôr ministrado com urgência.

De fato, imprescindíveis, como ficou demonstrado, há-de se lutar como temos procurado fazer para atenuar os feitos desses males a fim de que elas ainda venham a se recuperar a tempo de integrarem na determinação histórica reservada ao Brasil.

Fizemos um *DIAGNÓSTICO* e indicamos a *TERAPÊUTICA*. Essa a colaboração modesta dum *MÉDICO DA ROÇA* para a solução dum dos mais angustiosos problemas com que se defronta a Administração do País.

Cabe, por fim, tornar público o nosso agradecimento aos FERROVIÁRIOS da VIAÇÃO FÉRREA, da LEOPOLDINA e da CENTRAL DO BRASIL pela alta compreensão com que nos acolheram e pela magnífica colaboração que emprestaram à nossa administração, bem como uma referência tôda especial a êsses denodados ASSISTENTES MILITARES que nos acompanham sempre.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua **tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

O SISTEMA INTERAMERICANO

SUAS DEBILIDADES

Ten-Cel Inf MOACYR TEIXEIRA COIMBRA

Oficial de Estado-Maior e diplomado
pelo Colégio Interamericano de Defesa

1. INTRODUÇÃO



No quadro do desenvolvimento das relações internacionais, o Sistema Interamericano vem, dia a dia, firmando-se como organismo capaz de solucionar os problemas cruciantes de nosso Hemisfério, em busca da unidade continental, sonhada por Simon Bolívar e decantada por muitos, mas que, em verdade, constitui aspiração dos povos americanos.

Tendo como meta "garantir a paz e a segurança do Continente Americano", a Organização dos Estados Americanos (OEA), órgão central desse Sistema, tem procurado, com esforço gigantesco, a preservação da paz da família americana, elemento indispensável para o desenvolvimento dos países em todos os campos de atividades humanas.

A jornada dessa afirmação tem sido longa e os óbices para a consecução dos objetivos pan-americanistas não têm sido poucos.

Apesar do desenvolvimento, nessas últimas décadas, do sentimento de cooperação entre as Repúblicas americanas, todos sentem que há muito que fazer, que a integração continental ainda é débil e, em consequência, uma revisão do Sistema Interamericano se torna cada vez mais imperiosa. A reformulação do que, no momento, se apresenta como entrave à solução dos problemas continentais permitirá o fortalecimento desse Sistema, tornando-o mais apto ao desenvolvimento de suas atividades.

Tem-se criticado muito o funcionamento do Sistema Interamericano, críticas essas quase tôdas incidentes sobre a demora de sua atuação, quando necessário, e quanto aos resultados alcançados. Constituirá isso fruto de deficiências do sistema? Serão as convenções, pactos, tratados, etc. incapazes, por sua natureza ou validade, da promoção eficiente de soluções adequadas aos problemas continentais? Onde se encontrará a inadequação das soluções para a integração americana? No Sistema como um todo? Na OEA? Ou nos Estados-membros?

Em breve balanço das atividades do pan-americanismo, podemos registrar a realização de dez Assembléias denominadas Conferências Pan-Americanas; de 1826 a 1960 houve, pelo menos, 260 Congressos, Conferências ou Reuniões Interamericanas, gerais ou especializadas, segundo estatísticas da OEA. Nêles foram, seguramente, aprovadas mais de um milhar de resoluções, porém, se confrontarmos com as que foram realmente executadas nos países americanos, veremos que o saldo é modesto. Isso parece indicar que, a par das grandes realizações do Sistema Interamericano que têm proporcionado certo grau de tranqüilidade à família americana, apresenta êle vulnerabilidades, cuja eliminação poderá proporcionar dinamização e fortalecimento do Sistema, indo, assim, de encontro aos anseios dos povos que reclamam imperiosamente de seus dirigentes uma melhor atuação para que possam usufruir os atuais benefícios advindos do progresso da humanidade.

O tema em foco é complexo e vasto. Não é nossa pretensão abordá-lo com a profundidade desejável, o que levaria a uma meticulosa e exaustiva análise das debilidades nos campos político, econômico e psico-social do Sistema, assim como das de ordem estrutural da OEA e de sua Carta.

O propósito do presente trabalho é modesto e, portanto, serão focalizados somente aqueles aspectos mais em evidência que a nosso ver comprometem a eficiência da integração americana.

2. ANTECEDENTES DO SISTEMA INTERAMERICANO

A história do pan-americanismo é longa. A idéia de integração americana viajou por décadas, sempre em luta contra barreiras de antecedentes históricos, geográficos, idiomáticos e outros peculiares aos povos americanos. Repousando na possibilidade de convivência entre Nações, apesar das divergências e antagonismos entre estas, e com base no respeito à soberania e independência dos povos, logrou atingir um estágio mais definido quando, na IX Conferência Interamericana, celebrada em Bogotá em 1948, foi estabelecida a Carta da OEA, documento que consubstancia, como Carta Magna Interamericana, propósitos, princípios, objetivos, direitos, deveres e normas gerais de ação, de cooperação e de respeito mútuo entre os países americanos. Consolidara-se, assim, o ideal do libertador Simon Bolivar, estadista e gênio e inspirador do pan-americanismo que, em 1826, no Congresso do Panamá, lançara a semente da união continental. Entretanto, os obstáculos vencidos durante o século XIX para a concretização desse documento foram inúmeros. O processo de cooperação e identificação mútua entre os Estados do Continente Americano sofreu, por evidência, várias etapas, nas quais a catalogação paulatina, resultante do intercâmbio de idéias de sentido pan-americanista, foi pouco a pouco corporificando-se, ganhando forma e conteúdo, plasmando, no

final, uma doutrina cujos princípios e objetivos constituem elos afirmativos de integração das Américas.

As diversas "conferências, que marcaram as etapas dos entendimentos entre os povos americanos, foram em linhas gerais diferentes, tanto em concepção quanto nos objetivos perseguidos.

De um modo geral, pode-se afirmar que, de 1826 a 1889, o pan-americanismo, como ideal de formação de um sistema de defesa coletiva e de solução pacífica de controvérsias, pouco evoluiu e os conclaves realizados nesse período, embora assinalem etapas do processo de desenvolvimento desse ideal, não lograram êxito na consecução dos objetivos colimados. As conferências realizadas em Lima em 1847, em Santiago do Chile em 1856, em Washington em 1856 e em Lima em 1864, registraram apenas marcos históricos desse grande período.

Em contraposição, a partir de 1889 as conferências realizadas polarizam um sentido nitidamente pan-americanista, desde a busca do fomento das relações através do comércio, até o estabelecimento da coluna mestra do interamericanismo, retratada na Carta de Bogotá. Assim, em 1889, por iniciativa do governo dos EUA, reuniu-se em Washington a I Conferência Internacional Americana, surgindo como resultado a "União Internacional das Repúblicas Americanas" com a finalidade de fomentar as boas relações por meio do comércio; em 1910, resultante da Conferência realizada em Buenos Aires, nasce a "União Pan-Americana", em substituição à primitiva União Internacional; em 1936, também em Buenos Aires, como resultado de Convenção firmada, renasce, agora com mais substância, o procedimento de consulta com o objetivo de coordenar os esforços para prevenir a guerra" e "a procura e adoção de fórmulas de cooperação pacifista"; em 1938, em Lima, concretizam-se a "Declaração de princípios americanos" e a "Declaração de princípios de solidariedade da América"; em 1939, no Panamá e em Havana, em 1940, fica estabelecida a neutralidade da América, em relação aos beligeramentos da Segunda Grande Guerra; em 1942, no Rio de Janeiro, a ruptura das relações diplomáticas com os países chamados do "Eixo", face à agressão cometida contra os Estados Unidos da América, retrata, objetivamente, o primeiro ato prático de solidariedade interamericana; em 1945, com a Ata de Chapultepec e a Declaração do México, consolida-se, em bases mais sólidas, o Sistema Interamericano; finalmente, em 1947, no Rio de Janeiro, com o "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (TIAR), firmado nessa oportunidade, concretiza-se, sob o ponto de vista de solidariedade e defesa comum, o ideal pan-americanista.

Admitindo-se que o Sistema Interamericano vinha sendo constituído pela União Pan-Americana, os Estados Americanos, tratados, acordos, pactos e outros documentos de integração desses Estados, com o Pacto de Bogotá, que estabeleceu a Carta da OEA, termina essa segunda fase do desenvolvimento do pan-americanismo.

3. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

3.1. *Considerações sobre a Carta da OEA*

Como vimos, na apreciação dos antecedentes do Sistema Interamericano, mais de um século levou-se para o estabelecimento da Carta da OEA que estruturou e consolidou esse Sistema, criando instrumentos adequados para a afirmação do Ideal Bolivariano. Entretanto, ainda que pareça, não constitui ela um ato final de uma evolução. É, antes de tudo, uma diretriz de largo alcance que marca o começo de uma nova era para a concretização da integração americana, cujo espírito se continuado, abrirá novas perspectivas para a convivência de nossos povos irmãos e servirá de fundamento para o futuro do Continente.

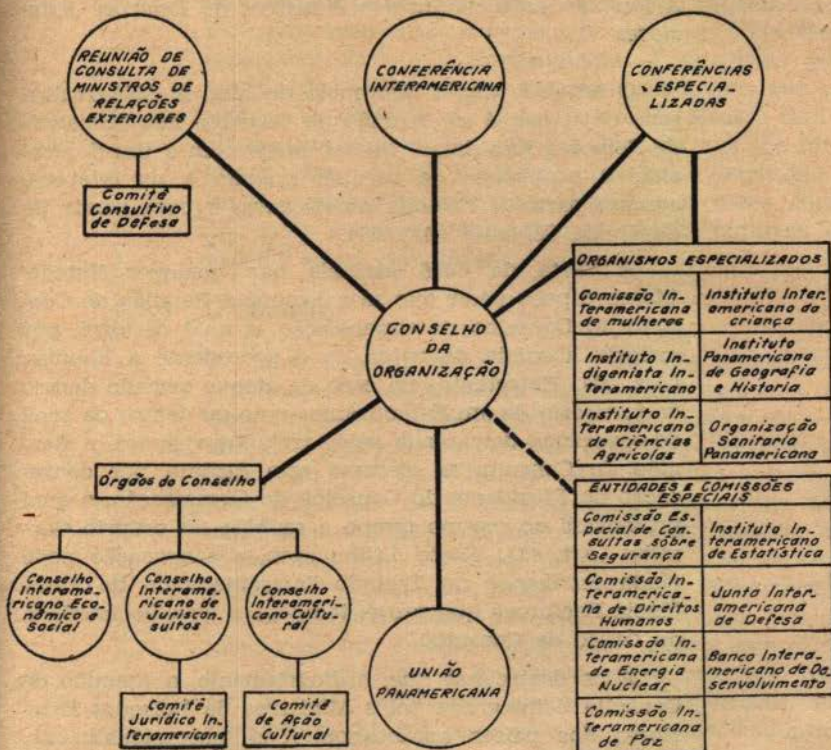
A Carta da OEA estabelece princípios que constituem, a nosso ver, um corpo de doutrina de integração americana — as bases sem as quais seria impossível a construção sólida do edifício dessa integração; fixa propósitos que nada mais são do que os objetivos amplos do Sistema Interamericano; ordena, em alguns capítulos, direitos e deveres fundamentais dos Estados; fixa normas gerais para a solução pacífica de controvérsias, para a segurança coletiva e outras de caráter econômico, social e cultural; e estabelece, finalmente, uma estrutura para a Organização. Todavia, ainda que se constitua como lei fundamental do interamericanismo, outros documentos, firmados em diversas oportunidades, têm também o parâmetro de lei, e como tal representam instrumentos pelos quais se realiza o Sistema Interamericano. Assim, poderemos citar: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Carta Internacional Americana de garantias sociais; a Declaração de Lima; a Ata de Chapultepec; a Declaração de Caracas; a Declaração do Panamá; o Tratado Interamericano de Soluções Pacíficas; o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca; e o Convênio Econômico de Bogotá.

3.2. *Estrutura da Organização*

O Capítulo IX (artigo 32) da Carta fixa que a OEA realiza seus objetivos por meio dos seguintes órgãos:

- a) a Conferência Interamericana;
- b) a Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores;
- c) o Conselho;
- d) a União Pan-Americana;
- e) as Conferências Especializadas; e
- f) os Organismos Especializados.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



3.3. Atribuições gerais dos órgãos

3.3.1. A Conferência Interamericana

A “Conferência Interamericana”, como órgão supremo da OEA, tem como missão, de acordo com o artigo 33 da Carta, “decidir a ação e a política geral da Organização, determinar a estrutura e funções de seus órgãos e considerar qualquer assunto relativo à convivência dos Estados Americanos”.

Há três tipos de Conferência Interamericana: a Conferência Interamericana ordinária, que se reúne de cinco em cinco anos (Art. 35); a Conferência Interamericana extraordinária, que se reúne em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Governos americanos; e a Conferência Interamericana, convocada

especificamente para reformar a Carta (Art. 121); às quais todos os Estados-Membros têm direito a fazer-se representar, com direito a um voto cada (Art. 34).

3.3.2. *A Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores*

O segundo órgão, por meio do qual a OEA realiza seus objetivos, é a "Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores" que se reúne com o fim de considerar problemas de caráter urgente e de interesse comum para os Estados Americanos, e para servir de Órgão de Consulta (Art. 39).

A Carta da OEA assinala que qualquer Estado-Membro pode pedir que se convoque a Reunião de Consulta ao Conselho de Organização, o qual decidirá, por maioria absoluta de votos, se é procedente a Reunião (Art. 40). Entretanto, em caso de ataque armado dentro do território de um Estado Americano ou dentro da zona de segurança demarcada pelos tratados vigentes, a Reunião de Consulta se efetuará sem demora por convocação do Presidente do Conselho de Organização, o qual promoverá ao mesmo tempo a reunião do próprio Conselho (Art. 43). Neste último caso, a convocação pode ainda estribar-se no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca que prevê, também, a reunião imediata do Órgão de Consulta.

É de destacar-se que, ordinariamente, a Reunião de Consulta é integrada pelos Ministros de Relações Exteriores dos países americanos e só, excepcionalmente, qualquer país poderá representar-se por um Delegado (Art. 42).

A diferença fundamental entre a Reunião de Consulta e a Conferência Interamericana é que, enquanto esta atua em assuntos relacionados com a Organização e, em geral, em questões relativas à convivência dos Estados Americanos, aquela não pode considerar senão problemas de caráter urgente e de interesse comum para os Estados Americanos e também para servir como órgão de consulta, quer dizer, em situações particulares que impedem esperar a reunião ordinária da Conferência Interamericana.

Como órgão assessor da Reunião de Consulta, a Carta da OEA estabelece, em seu artigo 44, o Comitê Consultivo de Defesa para o trato de "problemas de colaboração militar que possam advir da aplicação dos tratados especiais existentes sobre matéria de segurança

coletiva". Reúne-se êsse Comitê nos mesmos termos em que é convocada a Reunião de Consulta, quando esta tenha de tratar de assuntos relativos à defesa contra a agressão (Art. 46) ou quando a Conferência, a Reunião de Consulta ou os Governos, por maioria de dois terços, lhe solicitarem estudos técnicos ou informes sôbre temas específicos (Art. 47). Normalmente, é integrada pelas autoridades militares dos Estados Americanos que participem da Reunião de Consulta e cada Estado terá direito a um voto na tomada das decisões que lhe forem afetas (Art. 45). É, portanto, um órgão destituído de funções permanentes, senão acidentais e, dessa forma, não pode encetar atividades de qualquer natureza que não lhe sejam solicitadas.

3.3.3. *O Conselho*

Como órgão permanente da OEA, nêle se encontram representantes de todos os Estados-Membros (Art. 48). Seus Presidente e Vice-Presidente são eleitos por um ano, não podendo ser reeleitos para outro período imediato (Art. 49). Suas funções são múltiplas e variadas. Atua como um órgão central, isto é, desenvolve atividades com os Estados-Membros, com a Conferência Interamericana, com a Reunião de Consulta, com as Conferências Especializadas, com a União Pan-Americana e com os Organismos Especializados; cuida das contribuições dos Estados-Membros e realiza entendimentos com organismos internacionais, como, por exemplo, a ONU; tudo isso através de proposições, recomendações, acôrdos, resoluções, coordenação, colaboração e outros instrumentos hábeis norteadores de suas tarefas específicas (Art. 53). Dentro dos limites que estabelece a Carta da Organização e dos tratados e acôrdos interamericanos, toma conhecimento de qualquer assunto que lhe encaminha a Conferência Interamericana ou a Reunião de Consulta (Art. 50) e age provisoriamente como Órgão de Consulta, em caso de ataque armado, conforme prevê o artigo 43 da Carta ou o artigo 12 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, uma de suas tarefas mais importantes. Assim, constitui elemento de primeira grandeza da OEA, face à dinâmica que tem de empreender no trato e solução dos inúmeros problemas decorrentes de suas atribuições.

O Conselho possui três órgãos assessôres (Art. 57):

— O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES);

- O Conselho Interamericano de Jurisconsultos (CIJ); e
- O Conselho Interamericano Cultural (CIC).

Esses órgãos são integrados por representantes de todos os Estados-Membros (Art. 59). Prestam aos Governos os serviços técnicos que estes solicitem; assessoram, dentro da esfera de sua competência, o Conselho de Organização; e, de acôrdo com este, estabelece as relações de cooperação com os órgãos correspondentes das Nações Unidas e com os organismos nacionais e internacionais que funcionem dentro de suas respectivas esferas de ação (Arts. 60 e 61). Possuindo autonomia técnica, dentro dos limites da Carta, não podem, contudo, invadir a esfera de ação que corresponde ao Conselho de Organização (Art. 58).

O Conselho Interamericano Econômico e Social tem como finalidade principal promover o bem-estar econômico e social dos países americanos, mediante a cooperação efetiva entre eles, para o melhor aproveitamento de seus recursos naturais, seu desenvolvimento agrícola e industrial, e a elevação do nível de vida de seus povos (Art. 63).

O Conselho Interamericano de Jurisconsultos tem como finalidade principal servir de corpo consultivo em assuntos jurídicos, promover a codificação do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado; e estudar a possibilidade de uniformizar as legislações dos diferentes países americanos, quando isso pareça conveniente (Art. 67).

O Conselho Interamericano Cultural tem como finalidade promover as relações amistosas e entendimentos mútuos entre os povos americanos, para fortalecer os sentimentos pacíficos que têm caracterizado a evolução americana, mediante o estímulo do intercâmbio educacional, científico e cultural (Art. 73).

O Conselho Interamericano de Jurisconsultos e o Conselho Interamericano Cultural contam, respectivamente, com os seguintes órgãos permanentes:

— O Comitê Jurídico Interamericano do Rio de Janeiro, integrado, por juristas de nove países, os quais representam a todos os Estados-Membros e o Comitê de Ação Cultural, como sede no México.

Pelas finalidades dêsses três órgãos pode-se aquilatar a multiplicidade e variedade de assuntos e problemas a tratar pelo Conselho e, portanto, sua importância no quadro da O.E.A..

3.3.4. *A União Pan-americana*

É o órgão central e permanente da OEA e Secretaria-Geral de Organização, com sede em Washington. Exerce as funções que lhe são atribuídas na Carta da Organização e as fixadas em outros tratados e acórdos interamericanos (Art. 78).

O Secretário-Geral, que dirige a União Pan-americana, é eleito pelo Conselho para um período de dez anos e não pode ser reeleito por pessoa de mesma nacionalidade (Art. 79). Participa nas deliberações da Conferência Interamericana, da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, das Conferências Especializadas e do Conselho e seus órgãos, porém sem direito a voto. (Art. 81).

A União Panamericana dispõe de escritórios regionais nas capitais da maioria dos países latino-americanos.

Por intermédio de seus órgãos técnicos e de informações, promove, sob a direção do Conselho, as relações econômicas, sociais, jurídicas e culturais entre todos os Estados-Membros da Organização (Art. 82). Além disso, executa entre outras tarefas a de assessorar a Conferência Interamericana, a Reunião de Consulta e o Conselho, cumprindo também outras funções que estes lhe solicitem; funciona como arquivo da Organização; e mantém relações de cooperação com outros organismos nacionais ou internacionais (Art. 83).

A União Pan-americana tem, em linhas gerais, a seguinte organização: Subsecretaria para assuntos econômicos e sociais, Subsecretaria para assuntos culturais, científicos e de informação, Departamento de assuntos jurídicos, Departamento de assuntos administrativos, Escritório de serviços financeiros, Escritório de serviços de publicações e Escritório de Protocolo.

3.3.5. *As Conferências Especializadas*

O artigo 93 da Carta indica que "As Conferências Especializadas realizam-se para tratar de assuntos técnicos especiais ou para desenvolver determinados aspectos da cooperação interamericana quando assim o resolverem a Conferência Interamericana ou a Reunião de Consulta, quando sua realização fôr prevista em acórdos interamericanos; ou quando o Conselho de Organização julgue de sua necessidade, por iniciativa própria ou por solicitação de algum de seus órgãos ou de

algum dos Organismos Especializados". E o artigo 94 que "O programa e o regulamento das Conferências Especializadas são preparadas pelos órgãos do Conselho da Organização ou pelos Organismos Especializados interessados, submetidos à consideração dos Governos Membros e enviadas ao Conselho para seu conhecimento".

A propósito convém esclarecer que existe uma Comissão Permanente de Conferências Interamericanas dependente do Conselho da Organização que é encarregada de informar sobre as Conferências Interamericanas que têm de realizar-se e as que têm de revestir-se de caráter especializado.

Temas dos mais variados, tais como saúde, recursos naturais, economia, assistência à infância, educação, estatística, turismo e muitos outros, foram objeto de trato em número significativo de conferências já realizadas.

3.3.6. *Os Organismos Especializados*

Segundo definição contida no artigo 95 da Carta, são "os organismos intergovernamentais estabelecidos por acôrdos multilaterais que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados Americanos". Como aspectos principais de suas atribuições, podemos destacar que "desfrutam da mais ampla autonomia técnica" (Art. 97) e "devem estabelecer relações de cooperação com organismos mundiais congêneres" (Art. 100).

Atualmente existem seis organismos de natureza especializada :

- Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA);
- Organização Sanitária Panamericana (OSP);
- Instituto Interamericano da Criança (IIN);
- Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH);
- Instituto Indigenista Interamericano (III);
- Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

3.3.7. *Outros Organismos Interamericanos*

Além dos órgãos estabelecidos na Carta da O.E.A., ainda há a citar alguns organismos, intimamente vinculados a essa organização, que realizam atividades es-

pecíficas e de relêvo dentro do sistema Interamericano. São êles :

- Comissão Especial de Consulta sôbre Segurança;
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- Comissão Interamericana de Energia Nuclear;
- Comissão Interamericana de Paz;
- Instituto Interamericano de Estatística;
- Junta Interamericana de Defesa, a qual está subordinado o Colégio Interamericano de Defesa; e
- Banco Interamericano do Desenvolvimento.

Não é de mais mencionar também que, fora da O.E.A. e com o mesmo propósito de desenvolvimento das Américas, há, no presente, uma série bem apreciável de Associações e Organizações oficiais, semi-oficiais ou privadas, que realizam atividades sociais, educacionais, técnicas e outras, num grande esforço de co-operação interamericana.

4. DEBILIDADES DO SISTEMA

4.1. *Considerações preliminares*

Quando se perpassa, mesmo que perfunctôriamente, o panorama americano, a visão que se tem de seus problemas atuais, nos diversos campos de atividades humanas, permite afirmar que há um complexo de causas as quais geram, em consequência, debilidades no quadro interamericano. Esse aspecto, por vêzes não encarado como moldura dentro da qual devem ser analisados e solucionados os problemas americanos, torna-se essencial e imperativo, particularmente, ao estudioso de assuntos internacionais, pois permite abrir vasto horizonte à compreensão do porquê da atuação do organismo de cúpula desse Sistema, bem como dos Estados-Membros, tôdas as vêzes que são convocados para solucionar qualquer questão ou assunto, que demande atuação conjunta.

Parece que a falta de realismo e sinceridade de propósitos de alguns Estados, no trato dos problemas interamericanos, tem constituído, até bem pouco tempo, um dos óbices à solução dos magnos problemas de nosso Hemisfério, por gerar desconfiança no seio interamericano, sempre nociva a qualquer sistema internacional. Isso tem levado a que a OEA, como organismo central do Sistema, veja-se por vêzes em dificuldades para o exercício do empreendimento conjunto a que se propõe por efeito de sua Carta.

Uma breve análise do quadro político-sócio-econômico das Américas nos permite distinguir, nitidamente, desníveis de toda a natureza entre os diversos países. Em realidade, encontramos

de um lado os Estados Unidos com acentuado desenvolvimento e de outro as nações latino-americanas, arrostando dificuldades de toda a monta para a solução de seus problemas fundamentais, porém, com vistas a proporcionar a seus filhos um nível mínimo de bem-estar, compatível com o ser humano: O subdesenvolvimento de muitos com toda a gama de consequências internas ou externas constitui fator ponderável quando se pretende promover a integração americana. Dêsses desníveis, podemos afirmar, sem especificá-los, geram muitas das atuais debilidades do Sistema Interamericano.

4.2. *Complexidade da Organização*

Analisando a estrutura da OEA, nela encontramos organismos, suborganismos, agências permanentes e *ad hoc*, organizações especializadas, o Conselho, comissões, comitês, todos com divisões e subdivisões e secretarias. Acrescente-se a isso as vinculações que essa estrutura mantém com organizações internacionais e outras de caráter oficial, semi-oficial ou privado que atuam dentro do quadro interamericano. Mesmo admitindo-se a multiplicidade de órgãos para atender a finalidades específicas para as quais foram criados, tão complicado é seu mecanismo, segundo abalizadas opiniões, que muitos governos, e alguns com representações em suas direções, desconhecem a dinâmica e o mecanismo de seu funcionamento, suas ramificações, suas interrelações e interdependência das diversas partes. Isso acarreta, em consequência, um processo de burocratização do órgão, cada vez mais crescente, assim como o aumento de empregados e orçamento, o qual alcançou no ano de 1963 a cifra de dez milhões de dólares.

4.3. *A Conferência Interamericana*

De acordo com o que foi visto no tópico da Carta da OEA, a Conferência Interamericana situa-se entre os órgãos de destaque por sua finalidade e atribuições. Ora, a última Conferência realizou-se em 1954, em Caracas, apesar da soma de problemas da maior relevância e transcendência para a organização, constantes de agendas já preparadas pelo Conselho. Embora pareça que o espírito da Carta foi de resguardar esse órgão para decisões importantes, na pressuposição de que a OEA e a dinâmica do funcionamento de seus órgãos manter-se-iam imunes a variações conjunturais, o fato é que estamos em 1964 e o quadro das relações interamericanas requer novo dinamismo para maior integração do Sistema. Parece, portanto, necessário que essa Conferência se realize a prazos mais curtos para cumprir suas finalidades, eliminando-se o atual sistema de reunião.

4.4. *O Conselho. A Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores*

O Conselho é órgão executivo e permanente da OEA. Sua proeminência no quadro da Organização é indiscutível. Pode funcionar provisoriamente como Órgão de Consulta e nenhum organismo está capacitado a promover recomendações aos Governos, à Conferência Interamericana, às Conferências Especializadas e aos Organismos Especializados. Suas faculdades são inúmeras e variadas. Dessa forma, as responsabilidades que lhe cabem são grandes. Entretanto, falta-lhe maior poder legal e independência bem como sua melhor utilização, por forma a poder solucionar divergências entre os países-membros. Como órgão político, carecem-lhe, por exemplo, faculdades e atribuições legais para promover sanções contra os Estados-Membros que fujam ao cumprimento dos instrumentos jurídicos de ação coletiva, por eles ratificados, tais como acórdos, tratados, convenções etc., e até mesmo dos princípios estipulados na Carta.

Além disso, em situações graves da conjuntura continental, como, por exemplo, por ocasião em que os Estados Unidos constataram a existência de bases russas de lançamentos de foguetes em Cuba, o Conselho, atuando provisoriamente como Órgão de Consulta, isto é, nos termos previstos para a "Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores", exigiu o desmantelamento e a retirada imediata de todo o material bélico de poder ofensivo de Cuba. Isso mostra que há flexibilidade na estrutura da OEA, permitindo que o Conselho funcione como se fôra a Reunião de Consulta. Entretanto, essa atribuição lhe deveria ser outorgada em caráter permanente, o que promoveria, em decorrência, um maior fortalecimento do órgão, de vez que na prática tem ele resolvido disputas mais rapidamente do que se as mesmas dependessem de uma Reunião de Consulta.

4.5. *Comitê Consultivo da Defesa*

Subordinado à Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, segundo órgão da OEA, existe um "Comitê Consultivo de Defesa", o qual, desde sua criação com a Carta, jamais se reuniu, apesar da atribuição que lhe é imposta de assessorá-lo "nos problemas de colaboração militar que possam surgir da aplicação dos tratados especiais existentes sobre matéria de segurança coletiva". Dessa forma, ou esse órgão é desnecessário ou está mal colocado dentro da estrutura da OEA.

4.6. *Propaganda*

Fala-se em paz amiúde. Jornais, revistas, livros, panfletos, radiofusão e televisão, são, normalmente, utilizados como veículos de propaganda dessa miraculosa palavra. Seu conteúdo

representa, sem dúvida, meta para os homens de bem. O esforço de muitos para atingi-la constitui uma história dentro da História da Humanidade. Paralelamente, fala-se em guerra, com tôdas suas denominações e nuances e seu instrumental bélico, por meio do qual os homens também têm procurado atingir a meta da paz.

A criação da ONU e da OEA abriram novas perspectivas à promoção de soluções pacíficas entre os povos. São elas as grandes armas estratégicas da conquista da paz mundial de nossa geração. Constituem, como as grandes invenções do século, um galardão da cultura, um primado do racional sobre os instintos negativistas da humanidade. Pois bem, quantos conhecem a finalidade, objetivos, estrutura, dinâmica, etc. desses organismos? Quantos acompanham no momento, por exemplo, as atividades do Conselho Interamericano e Social (CIES), organismo do Conselho da OEA, que está promovendo medidas substanciais para melhor incremento da economia dos países latino-americanos, com vistas a solucionar problemas aflictivos do campo psico-social?

O homem de hoje é preparado para a Guerra e pouco se faz no sentido de despertar nêle o sentimento de que nã instrumentos por meio dos quais se pode tentar a conquista de soluções pacíficas para as disputas entre seus povos.

Apesar de a OEA, através de seus serviços de informações e imprensa latino-americana, em geral, vir promovendo o conhecimento de suas atividades, julgamos que, em regra, mesmo parte substancial das elites dos países americanos não tem conhecimento objetivo desse organismo. E que dizer das massas? Temos impressão que uma campanha que tivesse como característica a continuidade informativa, por forma a despertar no povo o interesse por essa organização, só poderia ser benéfica para a paz continental.

4.7. *A Junta Interamericana de Defesa (JID)*

A JID é um órgão constituído por oficiais das forças armadas das Repúblicas Americanas que estuda e sugere aos governos as medidas necessárias para a defesa do continente; atua como órgão de preparação para a defesa coletiva; prepara e mantém em dia os planos militares de defesa; tudo isso em estreita ligação com os governos através das respectivas delegações. Criada pela III Reunião de Consulta, realizada no Rio de Janeiro em 1942, tem por missão "atuar como órgão de consulta de preparação para a legítima defesa coletiva do Continente Americano contra a agressão, e desempenhar, além das funções consultivas que lhe competem, as da mesma natureza que lhe forem atribuídas pelo Comitê Consultivo de Defesa". É,

portanto, órgão da mais alta responsabilidade no sistema de defesa coletiva. Entretanto, vinculado e mantido pela OEA, não faz parte integrante dessa Organização.

Temos a impressão que isso constitui uma debilidade da OEA para o trato, de modo realista, dos problemas da defesa coletiva das Américas. Em que pesem os elevados propósitos e objetivos da Organização com vistas a resolver os conflitos e contendas entre os Estados-Membros, de modo pacifista, usando para isso procedimentos jurídicos adequados, a realidade é que a ausência na estrutura da Organização de um elemento militar como a JID que, em última instância, possa promover o emprêgo do poder da força quando falecer o poder do direito, em benefício da defesa coletiva, constitui a nosso ver uma falha que deve ser sanada a prazo curto.

A presença da JID na estrutura da OEA viria, evidentemente, dar-lhe maior autoridade, reforçando também a autoridade da organização.

O planejamento da OEA, particularmente sob o aspecto de defesa coletiva contra o mundo comunista, não pode, em hipótese alguma, prescindir do concurso do elemento militar da forma mais estreita possível.

Não estamos preconizando com isso a constituição de uma força subordinada à OEA, à semelhança da criada pela ONU. Não. Parece-nos que o desejável é uma maior integração da JID com a OEA, a fim de que aquele organismo possa promover seus planejamentos e melhor assistir a Organização em sua estratégia global de manutenção da paz e segurança das Américas, em completa sintonia com os demais órgãos do Sistema.

4.8. *Tratados, Pactos, Acórdos, Convenções e Resoluções*

- 4.8.1. A Carta da OEA estipula em seus Princípios (art. 5º) que “A ordem internacional está essencialmente constituída pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo fiel cumprimento das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional”; e no capítulo referente aos Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados que “O respeito e a fiel observância dos tratados constituem normas para o incremento das Relações pacíficas entre os Estados” (Art. 14).

A leitura desses artigos nos evidencia os altos propósitos contidos nesse documento, elaborado dentro dos ditames da ética e da moral. Constituem eles itens, evidentemente, de integração americana e, portanto, o cumprimento do que foi estabelecido na Carta deve constituir compromisso permanente dos Estados-Membros, compro-

misso esse a ser zelado não somente por estes como também pela OEA, que corporifica o espírito de unidade interamericana.

Ora, que acontece com o Estado-Membro que não cumpre com o estipulado na Carta ou em outro documento de compromisso interamericano? Nada, essa é a verdade.

Em realidade, nesses documentos com exceção do TIAR não há nenhum artigo que obrigue às Partes Contratantes o cumprimento do estabelecido e muito menos sanção alguma por tal motivo.

Parece-nos, assim, uma debilidade do Sistema interamericano a ausência de medidas concretas, em seu sistema jurídico que permitam impor aos Estados-Membros o cumprimento dos deveres e princípios consubstanciados na carta da OEA e de obrigações por eles ratificadas em documentos de caráter coletivo.

- 4.8.2. A unidade continental, propósito do Sistema Interamericano, não exclui a manutenção da soberania dos povos americanos. Pelo contrário, a Carta da OEA evidencia, em seu conteúdo, que o respeito à soberania dos Estados-Membros deve constituir rigorosa norma de cada um e também da Organização.

Quem fala, portanto, em interamericanismo não pode admitir, sob hipótese alguma, a violação da soberania dos Estados. Assiste, portanto, a um Estado o direito inalienável de assumir compromissos de qualquer natureza com outro que sejam de seu interesse. Entretanto, a prática de criar-se fora do Sistema Interamericano um sistema, de compromissos bilaterais, particularmente, no campo militar, causa tremendo efeito psicológico nos Estados-Membros não participantes dos mesmos.

A problemática Continental deve ser encarada como um todo e com o concurso de todos. Dessa forma, os compromissos entre países, para que não se quebre a unidade do Sistema Interamericano, deveriam, a nosso ver, sofrer um processo de apreciação e de apoio coletivo, pois assim teriam maior força no panorama continental.

O aspecto focalizado parece também refletir uma debilidade do Sistema.

- 4.8.3. A análise do texto de alguns documentos de ação coletiva do Sistema indica a existência de imprecisões, faltando mesmo em alguns a definição de normas objetivas que, em realidade, possam resolver problemas ou situações de

licadas entre os Estados-Membros ou permitam ação integrada da OEA. Por exemplo, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) resultante de "Conferência Interamericana para a manutenção de paz e segurança do Continente", realizada no Rio de Janeiro em 1947, documento considerado básico pelos Estados-Membros, de vez que consubstancia normas de ação coletiva para fazer frente a ataque armado contra qualquer Estado Americano, não exige dos Estados-Membros o emprego de força armada.

Façamos um breve retrospecto sobre o que está estipulado nesse tratado.

O art. 3º estabelece:

"As Altas Partes Contratantes concordam que um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se comprometem a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imane de legítima defesa individual ou coletiva que reconhece o art. 51 da carta das Nações Unidas."

O art. 8º estipula as medidas que poderão ser tomadas pelo Órgão de consulta:

"Para efeito deste Tratado as medidas que o Órgão de Consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura das relações diplomáticas; a natureza das relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelegráficas ou radiotelefônicas e o emprego de forças armadas."

Finalmente o art. 20 estabelece:

"As decisões que exijam a aplicação das medidas mencionadas no art. 8º serão obrigatórias para todos os Estados Americanos signatários do presente tratado que o tenham ratificado, com a única exceção de que nenhum Estado será obrigado a empregar a força armada sem seu consentimento."

Dessa forma, a providência de emprego da força armada, provavelmente a mais necessária ou a mais urgente para fazer frente ao ataque armado, previsto no art. 3º, não é exigida aos Estados-Membros como uma obrigação. Quer dizer, no momento dramático em que se encontra um Estado-Membro face a um ataque armado, o qual poderá comprometer a segurança coletiva, deixa-se,

então, ao arbítrio dos Estados a obrigação de empregar ou não sua força armada? Em que pèse opiniões abalizadas quanto a que esse arbítrio do Estado deve ser mantido, resguardando o princípio da soberania, achamos que aquela exceção contida no art. 2º constitui uma debilidade. Além disso, foge de modo flagrante à realidade dos conflitos armados.

O único tratado, portanto, que regula de um modo geral a defesa coletiva do Continente Americano contra uma agressão armada apresenta a falha apontada, isto é, a falta de obrigatoriedade do emprêgo da força armada.

4.9. *A OEA e outras Organizações Interamericanas*

Quando foi estudada a OEA, dissemos de passagem que há uma quantidade apreciável de Organizações interamericanas, não governamentais que trabalham com o mesmo propósito de bem-estar da Humanidade. Elas, em regra, não canalizam suas atividades através da OEA e, dessa forma, a falta de coordenação de seus esforços propicia certo desperdício do muito que realizam. Por outro lado, um aumento de cooperação entre a OEA e esses organismos seria desejável a fim de obtenção de uma maior e mais eficiente integração de esforços nos diversos setores específicos de suas finalidades.

4.10. *A Comissão Interamericana de Direitos Humanos*

Essa Comissão Especial, criada pela OEA com o objetivo do estudo e salvaguarda dos direitos humanos, não tem autoridade para garantir que esses direitos não sejam violados. Isso é uma falha inadmissível. Há necessidade, portanto, que seja estabelecido um programa objetivo de defesa dos direitos do homem e que esse órgão tenha maiores possibilidades de salvaguardar efetivamente esses direitos.

4.11. *Democracia representativa*

No capítulo referente aos Princípios, a Carta da OEA preconiza: "A solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins que com ela se perseguem, requerem a organização política dos mesmos sobre a base do exercício efetivo da democracia representativa".

Entretanto, tem constituído prática habitual por parte dos Estados-Membros o reconhecimento isolado de governos de fato, produtos muitas vezes de golpes militares ou revoluções de caráter nitidamente anti-democrático, sem a anuência prévia dos demais países filiados à OEA. Essa prática, em regra exercida sob o princípio da soberania dos Estados, tornar-se nociva ao princípio da solidariedade continental.

A institucionalização da prática pelos Estados-Membros de realizar consultas entre si antes de efetivar o reconhecimento aos governos de fato, produziria como resultante o fortalecimento da democracia representativa, com tôdas as conseqüências advindas para a unidade continental.

4.12. *Campo sócio-econômico*

Quando pesquisamos na Carta da OEA os objetivos sociais e econômicos do Sistema Interamericano e logo após balanceamos, objetivamente, o que existe de concreto em benefício do bem-estar coletivo, somos obrigados a reconhecer, e por isso destacar, que as maiores debilidades do Sistema residem nesse dois campos.

Não é difícil admitir-se a complexidade do problema quando encarado dentro do quadro restrito de um Estado, quanto mais no seio de uma comunidade de Estados, como a OEA.

Se é verdade que muitos dos Estados-Membros são débeis no campo sócio-econômico, constituindo isso fator ponderável para o equacionamento e solução de problemas coletivos, por outro lado a OEA até bem pouco tempo não havia encetado uma programação de caráter global com vistas ao desenvolvimento harmônico dos povos americanos.

Sem entrar no enunciado das inúmeras debilidades sócio-econômicas do Sistema, suas causas mediatas ou imediatas, o que alongaria de muito nosso trabalho, podemos afirmar que a solidariedade continental era encarada, até a reunião de Punta de Leste, mais no sentido político do que no sócio-econômico. Em verdade data de pouco a preocupação de promover, por meio de ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural dos Estados do Hemisfério Ocidental.

A Aliança para o Progresso focaliza o reconhecimento dos povos da América da imperiosa necessidade de atuar unidos e que somente o esforço cooperativo poderá promover o progresso. Pode ser encarada, assim, como uma "moderna doutrina de revolução social democrática". Apesar das críticas que lhe são feitas, aqui ou acolá, a dinamização dêsse grande empreendimento e o apoio que lhe deve ser emprestado por todos os governos americanos constituirão setores determinantes do seu êxito, propiciando a eliminação progressiva das múltiplas debilidades sócio-econômico do Sistema.

A incapacidade para a estruturação de um programa de co-operação integral sócio-econômica, desde que a carta da OEA foi estabelecida em 1848, pode ser considerada como responsável pelo fracasso do Sistema.

Da mesma forma, a incapacidade de alguns governos americanos para conduzir seus países sob planejamento global, desen-

volvendo atividades ao sabor do arbítrio pessoal ou de grupos políticos, não representativos da vontade nacional, tem refletido de modo negativo sobre a unidade americana e concorrido também para o fracasso do Sistema.

5. CONCLUSÕES

Vimos em nosso trabalho algumas debilidades do Sistema Interamericano. Elas, contudo, não invalidam o ideal panamericanista que deve continuar a ser perseguido com mais obstinação e fé nos destinos de nosso Hemisfério.

A Organização dos Estados Americanos é jovem e assim, seus erros e debilidades devem e podem ser corrigidos para o fortalecimento da unidade continental.

Segundo opinião autorizada do estadista Lleras Camargo, a "OEA com suas debilidades não é nem pode ser senão aquilo que desejam os governos dos Estados-Membros, e sua colaboração estará assegurada enquanto cada um deles desejar dar a este instrumento de trabalho coletivo todo o valor que potencialmente tem". Concordamos em tese com essa assertiva, entretanto julgamos que os governos dos Estados-Membros têm que se capacitar que a solidariedade continental não se forja à base de lirismo, e, portanto, cada um deles tem de empreender, em caráter permanente, o máximo de seus esforços no sentido do desmantelamento dos fatores negativos que atuam contra o desenvolvimento de seus países e contra a unidade continental. É preciso ter-se presente que a "paz e a segurança continentais" — meta da OEA, não podem ser alcançadas, enquanto houver, no seio da família americana, desconfiança ou sentimento hipertrofiado de soberania a governar as ações dos Estados-Membros nas mesas redondas das decisões continentais. Por outro lado, a frustração de alguns países, a omissão de outros ou a superioridade de uns poucos devem constituir aspectos a serem banidos, no trato dos problemas das Américas, para que se possa, em verdade, pensar em unidade continental.

Vimos que o Sistema Interamericano teve acentuado progresso sócio-econômico nestes últimos tempos, após o reforço que foi empreendido a seus organismos nesse campo. Parece, pois, chegada a hora da promoção do fortalecimento político do Sistema com o propósito de torná-la mais adequado e eficaz para fazer face às questões políticas de caráter urgente, impondo-se para isso sua modificação e dinamização em bases mais consentâneas com a realidade presente.

Num esforço de síntese, poderíamos recomendar, a fim de eliminar as debilidades apontadas:

- Reestruturação de um modo geral dos organismos internos da OEA;
- Instalação de uma Assembléia anual de Chanceleres;

- Melhor aproveitamento do Conselho, dando-lhe maior poder legal e independência;
- Ampliação de poderes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- Criação de uma Corte Interamericana de Justiça;
- Fortalecimento da Democracia Representativa;
- Fortalecimento do sistema de segurança coletiva;
- Maior cooperação e coordenação entre a OEA e os organismos não governamentais interamericanos;
- Integração da JID na estrutura da OEA;
- Revisão geral dos instrumentos de ação coletiva, particularmente o Tratado Intramericano de Assistência Recíproca (TIAR), tornando-os mais objetivos, precisos, incisivos e impositivos no que se refere a sanções aos Estados-Membros;
- Adoção de métodos mais eficientes para a solução pacífica das controvérsias internacionais;
- Extinção do Comitê Consultivo da Defesa;
- Promoção de campanha permanente de esclarecimento sobre a finalidade, objetivos e atuação da OEA;
- Eliminação progressiva da prática do sistema de acôrdos bilaterais, sem a anuência coletiva;
- Apoio integral à Aliança para o Progresso;
- Apoio à Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).



INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

À VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : CR\$ 150,00

AS RELAÇÕES PÚBLICAS E AS FORÇAS ARMADAS

OSCAR DE ANDRADE

Da Sala de Imprensa do Ministério da Guerra

A necessidade do planejamento de um serviço de informações nos órgãos do governo, como nas empresas particulares, decorre da amplitude da vida atual. O público quer e tem o direito de ser bem informado, como merece ser trabalhado por um sistema mais lúcido de propaganda e pelos seus contatos mais exatos com os poderes públicos. Essa é a tônica da vida trepidante do mundo moderno.

O Serviço de Relações Públicas como um simples "bureau" de informações torna-se estéril, improdutivo e antipático. Ele deve, antes de mais nada, merecer a simpatia e os aplausos do público como elemento de contato com as autoridades, seja qual for o seu escalão hierárquico.

O exemplo do antigo DIP está bem vivo para que não se ouse mais repetir a façanha de se procurar embair a opinião pública com a simples divulgação de boletins informativos, tão do gosto das autoridades arbitrárias. A democracia, para sua sobrevivência e exercício em toda a plenitude, impõe, nos seus mil e um aspectos, o debate franco com o público.

Dentro desse espírito, a crítica é o melhor adubo para o florescimento de uma democracia autêntica e efetiva, pois da liberdade de opinião promana o seu verdadeiro prestígio e é justamente em função dessa liberdade de se entender as coisas e opinar sobre elas, que avulta a importância das Relações Públicas, cuja função precípua, antes de informar é esclarecer a opinião pública e ao contrário de se limitar a desmentidos, promover a administração dos órgãos a que servem, através de um trabalho persistente, honesto e permanente, para resguardá-los das críticas mal formuladas a serviço de interesses estranhos.

Dêsse modo, o Serviço de Relações Públicas nos climas democráticos é, de fato, um escudo da sua legítima autoridade, tendo como pedestal a imprensa livre e honesta, que sempre lhe dá acolhida e apoio, apesar de pequenos e naturais desvirtuamentos e distorções, que não chegam a comprometer.

Na área da administração federal as Salas de Imprensa existentes junto aos gabinetes ministeriais e órgãos de cúpula, são, na verdade os melhores aparelhamentos de Relações Públicas, no seu trabalho permanente de informar, esclarecer e promover as atividades administrativas de cada setor a que servem.

É preciso dizer que o Brasil, desde as campanhas da Independência com Hipólito da Costa no "Correio Braziliense", deve à Imprensa o mérito do patriotismo e do sadio espírito de brasilidade, que vem alicerçando os grandes embates políticos da Nação em sua marcha pela História. O trabalho da imprensa, precedendo a Revolução de 31 de março, arejando e esclarecendo pela informação honesta e eficiente as populações desconhecidas e mal informadas pelo sofisma negativista, é a melhor prova do trabalho interligado da imprensa e as relações públicas, sobretudo através do jornalismo credenciado junto a esferas governamentais.

A situação atual das Forças Armadas — levadas, num momento crítico por que passava o país, a assumir a liderança da defesa dos interesses nacionais — está a exigir um programa mais objetivo e positivo de Relações Públicas nas áreas militares do governo, cuja meta de grande alcance deve ser o de informar cabalmente o povo brasileiro sobre suas atividades e realizações, a fim de instilar no público a confiança e disseminar o conhecimento de que as Forças Armadas estão agindo com fidelidade e inteligência na tarefa de apoiar os alvos nacionais e o interesse público.

Se, em ocasiões normais, as Forças Armadas devem ter sempre em mira informar ao povo suas realizações, dentro de seus limites de genuína segurança militar, agora, essa necessidade tornou-se mais intensa e mais ampla, pois assumiram novas obrigações, inclusive a de governo. E cabe-lhes projetar sobre o povo brasileiro essa imagem.

Exército, Marinha e Aeronáutica constituem, em outras palavras, a maior organização deste país. Pode ser comparada a uma grande empresa nacional de 70 a 80 milhões de acionistas que invertem cruzeiros no equipamento e operações da mesma. E, assim como uma organização deve prestar conta a seus acionistas pelo dinheiro gasto e a forma como está sendo dirigida, cabe às Forças Armadas relatar, inteira e prontamente, seus negócios ao público. O público que não apenas inverteu dinheiro nessa empresa, mas, também, a vida de seus filhos, filhas, maridos e pais. Além destas razões, que já justificam o interesse do público nas Forças Armadas, avulta a de que um movimento revolucionário guindou-as no poder e, conseqüentemente, colocou-as à frente do destino nacional.

Ninguém poderá negar que a existência e a autoridade, não só das Forças Armadas, como, principalmente, do governo revolucionário, derivam do público. O poder de que necessitam para se desincumbirem de suas responsabilidades e das tarefas a que se propuseram, depende do apoio público, e não da força bélica. Esta é transitória e aquela se perpetua nas urnas. A capacidade de nossas Forças Armadas para defender nossas liberdades depende de pessoal, dinheiro e materiais, os quais não se podem obter quando faltam fundos, a confiança e o apoio do povo.

Há, no seio da coletividade um sentimento natural de simpatia pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, que inscreveram com brilho o nome do Brasil em terras distantes e agressivas, durante o último conflito mundial, quando supriram com brilho e coragem a carência de equipamento bélico e, até mesmo de roupas apropriadas para o clima gélido dos montes italianos. Entretanto há uma resistência e uma certa antipatia pela existência permanente de um grande e ostensivo contingente militar. A necessidade de uma grande força militar sempre encontra objeção por parte do público, no qual existe um natural anseio pela redução das despesas militares, tidas, muitas vezes como supérfluas e prejudiciais ao seu próprio interesse e bem-estar social. É evidente que o problema não é só nosso; ocorre em todos os países. Mas as resistências existem e muitas pessoas põem em dúvida a necessidade do serviço militar obrigatório e, em consequência, a sedução da carreira militar vai se tornando nula para muitos jovens. Tudo isso exige um serviço organizado e eficiente de esclarecimento do povo e só poderá ser feito com proveito pelos órgãos de Relações Públicas, intimamente ligados ao jornalismo credenciado que moureja nas Salas de Imprensa. A tentativa de aliciar jornalistas e submetê-los a condições de trabalho disciplinado e oficializado é contraproducente, pois dá ao Serviço de Relações Públicas uma rigidez prejudicial, quando sua sobrevivência depende, sobretudo, da versatilidade. Além do mais, há o perigo de transformar o órgão, desvirtuado de suas verdadeiras finalidades, em agência de propaganda de homens ou de grupos, em detrimento dos verdadeiros interesses da instituição que deve promover junto à coletividade. Fornecendo aos jornalistas todas as facilidades para o desempenho de sua missão, dando-lhes elementos e informações precisas e exatas, estará, o Serviço de Relações Públicas, desempenhando com acerto uma de suas mais importantes tarefas, sem ferir o princípio da liberdade de imprensa e alcançando assim, seus superiores objetivos.

Um dos objetivos básicos é moldar e influenciar a opinião pública, sem deixar de levar em conta que esta moldagem comporta implicações éticas e tem limites morais irrecusáveis. Boas relações com o povo brasileiro, bem assim com os cidadãos de outros países, são essenciais às nossas Forças Armadas. Igualmente importantes são as relações internas com o pessoal do próprio Exército, Marinha e Aeronáutica. Se todos acreditam no serviço militar, compreendem sua missão e a importância das Forças Armadas para a segurança nacional, o moral do serviço será alto, os deveres serão cumpridos como convém e a confiança do público se estabelecerá em toda a sua plenitude.

Outro aspecto que deve ser considerado é o de que as Forças Armadas, a exemplo de uma empresa comercial ou uma organização não lucrativa de serviço social, têm muitos públicos diferentes, cada um dos quais deve receber a mesma informação básica, todavia com ênfase

distinta para cada um. Estes diversos tipos de público são, com efeito, distintos, porém similares, pois todos se compõem de cidadãos — contribuintes de impostos, todos com o mesmo desejo de autoconservação e de segurança nacional.

De um modo geral o público das Forças Armadas está dividido em quatro tipos: o público em geral, de brasileiros não pertencentes aos seus quadros, que diariamente deve ser informado e esclarecido através do trabalho das Salas de Imprensa, sem prejuízo de outras modalidades de informações e promoções a ele destinadas; o público que tem contato direto com as Forças Armadas, tais como empregados e fornecedores; o pessoal das próprias Forças Armadas, incluindo oficiais homens e mulheres, civis e militares, que integram os seus quadros; e pessoas do exterior, com as quais homens e mulheres das Forças Armadas entram em contato mediante o cumprimento de suas obrigações.

Agindo com inteligência e penetração nesses setores da opinião, o Serviço de Relações Públicas das Forças Armadas, que estão intimamente ligadas a todos os ramos da atividade nacional, com compromissos com os Estados, Municípios, classes produtoras, entidades de classes e com o povo em geral, deverá ter na sua complexidade uma só diretriz e um só objetivo; fazer amigos.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

PROBLEMAS DO EXÉRCITO

(NOVAS REFLEXÕES)

Ten-Cel Art WALTER S. MEYER
Oficial de Estado-Maior.

1. Localização das Unidades

Ninguém mais contestará hoje a predominância irreversível do motor sobre o cavalo. A rápida evolução e melhoria técnica daquele impõe-se facilmente à lentidão e quase nenhuma evolução deste, a par de várias outras características e vantagens indiscutíveis, dentre elas saltando gritantemente a velocidade.

Um rápido perpassar de olhos pela 2ª Grande Guerra, em qualquer teatro de operações mostra isso à sociedade, especialmente se nos fixarmos em dois de seus grandes Cabos-de-Guerra: Rommel e Patton.

Mas não vamos, aqui, retornar à discussão de alguns anos atrás e que tanto empolgou boa parcela de oficiais de nossa Cavalaria. Não, não é essa a tese que desejamos discutir, mas sim a da localização das unidades.

Vivemos, no Brasil, uma época em que se constróem grandes tratos de estradas, boa parcela delas asfaltadas e, pois, adequadas ao tráfego motorizado. A alta velocidade de deslocamento das unidades motorizadas e mecanizadas permitirá um uso eficiente e de alto rendimento dessas estradas — e também das de piso de terra — ao passo que para as unidades hipomóveis, com seus parcos 6 a 8 km por hora de velocidade, nenhum reflexo traz essa melhoria de pavimentação.

Conseqüentemente, não vemos mais a necessidade da concentração maciça, nas cidades, em especial as grandes cidades, como Rio, São Paulo, P. Alegre e Recife de grande número de unidades do Exército, e muito menos das de Cavalaria hipo, que nem pasto ou verdejo fresco já encontram. Faz-se mister, cremos, estudar uma nova distribuição das unidades do Exército, não só pelo que acima expomos como também porque a nova rede de estradas que vem sendo cotidianamente ampliada está a exigir isso.

Uma unidade motorizada que se situe a 100 km de uma grande cidade está distante dela somente duas horas e meia. Mas nesse local de sua sede poderá dispor de terreno para exercícios, estando de tiro, maior área de acuartelamento, etc.

Não é necessário nem imperioso que os parques das viaturas e outras instalações sejam obras para séculos. Até ao contrário, a evolução constante, o progresso inegável e futuras condicionantes poderão, em prazo curto, exigir ou impor nova distribuição das unidades.

Ao se estudar um problema dêsses deve-se levar em conta alguns fatores, entre eles a característica atual da guerra, que impõe a divisão e dispersão para sobreviver e a união para combater; a importância político-social das áreas demográficas do país; a rede de estradas; a situação das fronteiras; as relações internacionais, em particular com os vizinhos limítrofes; a realização da instrução; a combinação de armas, etc.

Sem dúvida, parece-nos, cidades como o Rio e São Paulo e já mesmo Pôrto Alegre não mais devem possuir unidades hipo nelas estacionadas.

2. Documentação

Um dos problemas mais agudos de nosso Exército. Na realidade, possuímos somente **A Defesa Nacional**, esta revista que Você está lendo agora, pois a Revista de Engenharia Militar muito pouco traz de direto interesse a tôdas as Armas e todos os círculos.

O conjunto de interessados é muito pequeno, ainda, no nosso Exército, mercê de nossos pequenos efetivos militares, já que na realidade está reduzido aos quadros de oficiais e sargentos com ampla predominância daqueles.

Parece-nos que uma solução seria conseguir um grupo de importantes firmas que fabricam material de grande consumo pelo Exército — viaturas, munição, gasolina e lubrificantes, víveres, fazendas, ferragens, pneus, etc. — para, à guisa de sócios mantenedores, cobrirem parte ou a totalidade da despesa da Revista, em particular desta nossa **A Defesa Nacional**, que já conta mais de meio século de ininterrupta circulação. O que sugerimos não é novidade. Nos Estados Unidos, tão ricos, assim ou semelhantemente era mantida a revista do Corpo Químico quando lá estivemos cursando a sua **Chemical Corps School**. Outra solução — e esta nos parece a mais viável e a mais objetiva — seria a encampação, pelo próprio Exército, de tôdas as revistas que se arrastam — é o termo — numa situação econômica difícilima, mormente agora que o papel anda por preços galáxicos, depois da célebre instrução 270.

Se o Exército adotasse essa solução poderia reunir o Mensário de Cultura Militar da sua 2ª Seção com o Boletim da Escola de Comando e Estado-Maior, dando a esta o encargo de seu preparo. Não se poderá alegar falta de matéria, pois além de incluir artigos traduzidos, poder-se-á adotar o critério de que todo nôvo instrutor da Escola seja obrigado a apresentar um artigo no primeiro ano que

servir à Escola e cada Curso e Direção do Ensino, também um ou mais por ano. Igualmente deverão contribuir para essa revista o Instituto Militar de Engenharia e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, bem assim cada Seção do próprio Estado-Maior, estas com dois artigos anuais, no mínimo.

Seria a revista para os comandos superiores e oficiais de Estado-Maior e técnicos (êstes em parte).

A encampação d'A Defesa Nacional implicaria em se dar o encargo de sua publicação à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Além de artigos traduzidos de revistas das Armas de outros países, cada curso da própria escola deverá fornecer dois artigos anuais; a ECEME, um ou mais e tôdas as demais escolas de especialização ou formação, um ou dois.

Adotado o critério acima exposto, haveria até excesso de colaboração, o que permitiria seleção dos artigos mais interessantes e mais adequados ao fim da revista.

Sem dúvida a Revista Militar Brasileira deverá subsistir, na Secretaria do Ministério da Guerra nos moldes atuais, isto é, uma revista de teses livres de assuntos militares, paramilitares ou que tenham reflexos no âmbito militar.

Um outro documento que faz falta são os Anais do Exército. Publicados outrora, são ainda notável fonte de informações sobre as atividades gerais do Exército. Cumpre seu restabelecimento e o órgão encarregado deve ser, ainda, a Secretaria do Ministério da Guerra. Deverá incluir informações sobre os grandes comandos e grandes unidades, suas atividades, manobras, incorporações, licenciamento, funcionamento dos grandes órgãos, escolas, cursos, etc. Um estado objetivo indicará com precisão o que deve conter.

Embora quase todos os Arquivos os publiquem, parece-nos que não seria o caso de o nosso também publicar Anais. Poderá ser êle uma seção na Revista Militar Brasileira onde dê a lume, na íntegra, a fé de ofício dos grandes Chefes e o resumo da de todos os generais do nosso Exército; transcreva os documentos antigos e importantes, etc.

Sem dúvida muitos órgãos poderão concorrer para as publicações acima citadas. Nomearemos, por exemplo, a Diretoria do Patrimônio, que possui verdadeiras preciosidades e a do Serviço Geográfico.

Naturalmente que as revistas deverão ser assinadas e não gratuitas, mas a preço tal que cubra tão-somente a despesa ou mesmo parte dela. Nada mais.

Porque ainda é vantagem para o Exército. Além da doutrinação escolar dos métodos e processos correntes no seu meio, passa o Exército a ministrar uma instrução extracurricular, ou de extensão escolar, hoje tão comum em qualquer centro de estudos ou grandes instituições ou mesmo associações com finalidades especiais.

3. Assistência Social

Há, indubitavelmente, um esforço, hercúleo de alguns órgãos para minimizarem as agruras da vida daqueles que vivem viajando continuamente, como os militares. Mas ainda é pouco. Sabemos que muito pode ser feito nesse setor e sem dúvida o assunto já foi estudado a fundo e proposto às autoridades superiores as medidas cabíveis. Queremos lembrar — talvez seja só isso — um ou dois aspectos que muito podem ajudar nessa parte.

Por que o Exército não adota já o uso do transporte rodoviário para o envio das bagagens de seus oficiais, sargentos e funcionários, quando transferidos? Quem, como todos os militares, já enfrentou as vicissitudes do transporte ferroviário sabe como ele “trata” seus trastes. Normalmente recebe-se-os no destino com todos os vidros e espelhos quebrados quando não com alguns móveis e objetos também quebrados, senão esfacelados. As baldeações e o manuseio inadequados são os principais responsáveis e não há como ressarcir-se dos prejuízos. Já o uso do transporte rodoviário permitiria a mudança “de porta a porta” com um acondicionamento apropriado feito muitas vezes pela transportadora e, geralmente para não dizer sempre, com fabulosa economia de tempo. Essa economia de tempo é algo impressionante, pois muitas vezes a demora do transporte ferroviário faz com que o transferido permaneça semanas e até mais de mês em hotéis que na maioria das ocasiões são mesmo pensões, devido aos preços, e que consomem toda a ajuda de custo e mais alguma coisa, além do inconveniente de um sistema de vida anormal com o qual sofrem particularmente as crianças.

O caminhão já vai a quase todos os pontos do Brasil, de Uruguaiana, a Belém, ficando de fora algumas guarnições que seriam atendidas ainda pela ferrovia ou pelo transporte marítimo.

Julgo que da assistência social é esta a medida que mais alegraria a todos os militares, particularmente nossas espósas. Vamos adotá-la?



PARA A FRENTE!

(OU "A MARCHA ÉPICA DA COLUNA BARBALHO")

Cel Inf FRANCISCO CARLOS BUENO
DESCHAMPS — Oficial de Estado-Maior

"Do que podem homens assim determinados, viu o mundo um exemplo".

SOUTHEY — História do Brasil

Tudo começou assim: — Apesar de derrotados na Bahia em 1638, dominavam os holandeses do São Francisco ao Rio Grande do Norte, e a Companhia das Índias insistia em levar a conquista para o sul e dominar a capital do Brasil-Colônia.

Preocupou-se com isso o governo ibérico e, em começos de 1639, chegava à Bahia um nôvo Governador-Geral — o Conde da Tôrre, acompanhado da grande esquadra luso-espanhola.

Iniciaram-se os preparativos para a restauração de Pernambuco e, já em janeiro de 1640, uma frota de perto de 90 naus, com muita artilharia e tropas de desembarque, rumava para o norte em busca do inimigo.

As jornadas de 12 a 14 e 17 decidiram da sorte da soberba frota que, batida sucessivamente em quatro ações navais em águas pernambucanas, dispersou-se: algumas naus foram para o norte, enquanto que outras fundeavam na enseada dos Touros, 14 léguas ao norte do rio Potengi. Estas naus traziam tropas de desembarque e conseguiram lançá-las em terra.

A operação — diz Varnhagen — parece ter provindo mais das privações que ditas tropas sofriam a bordo, do que de um propósito de hostilizar o inimigo.

*

* *

Essa a tropa que constitui a famosa Coluna Barbalho, cuja marcha espanta o flamengo e é para Elísio de Carvalho — não um recuo, mas um admirável avanço, uma atrevida entrada em busca de uma saída feliz; e, para Souza Júnior — "um poema de resignação, tenacidade e heroísmo".

A sua testa está o destemido Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra. Compõem-na valorosos oficiais, como o renomado Henrique Dias (1), Francisco Barreto, Jerônimo Veloso, Domingos Moreira e

(1) Segundo alguns, incorporou-se à Coluna durante a marcha.

outros, entre os quais os capitães paulistas que Salvador de Sá enviara do Rio em refôrço ao Conde da Tôrre, conforme registra Pedro Taques; integram-na os homens desembarcados da desmantelada esquadra, entre os quais se contam veteranos de dez anos daquela luta desigual, além dos rudes bandeirantes do já mencionado refôrço.

São cêrca de 1.300 homens que, mais para diante, serão acrescentados das guerrilhas de Camarão, de André Vidal e de João Barbalho, as quais, desde 39, talam os campos e engenhos da Paraíba, de Pernambuco e de Itamaracá.

As tropas de desembarque não têm missão definida: segundo alguns, era intenção do Conde fazê-las marchar em refôrço à guarnição da Bahia, mas, "por tão difícil era tido o empreendimento, que mais acertado lhe pareceu desembarcá-las", simplesmente; para outros, prevaleceu a impossibilidade de suprir tais efetivos em água e mais provisões que já escasseavam a bordo.

Dêse modo terá o seu comandante tôda a iniciativa para atuar segundo as circunstâncias.

Barbalho, lutador desde os tempos do Arraial, conhece muito bem Nassau, o renomado guerreiro descendente de capitães ilustres; sabe que o chefe holandês vem brilhando na administração do território conquistado, mas, por ironia do destino, é justamente em seus empreendimentos militares que não tem sido feliz. Sabe que muitos dos oficiais flamengos são veteranos das lutas locais, interessam-se por fortificações, mas apresentam certa tendência para a dispersão de esforços. Conhece a tropa adversa, instruída segundo os padrões europeus da época, treinada e bem suprida; sabe dos seus processos de combate à base de batalhões formados em linhas de arcabuzeiros e piqueiros. Sabe também que a tropa flamenga se desconcerta com a tática de malícia e improvisações dos nossos que, ademais, lhe são muito superiores quanto à capacidade de suportar privações de tôda sorte, em particular a falta de víveres. Ora, o flamengo prefere carregar com seus alforjes bem fornidos e se faz acompanhar de perto por seus comboios de suprimento.

Sabe, finalmente, que o inimigo tem o ânimo levantado com a recente vitória naval sôbre a esquadra luso-espanhola. E não deixa de ter em conta a ajuda que pode dar ao inimigo o tapuia contrário, "com tôdas as suas crueldades" — conforme Frei Rafael irá registrar.

Quanto ao terreno, os seus homens conhecem muito bem suas caatingas, matas e campinas, seus alagadiços e boqueirões formados entre lagoas; suas regiões de banhados e canaviais que se estendem até o sopé dos montes; seus caminhos que conduzem aos engenhos e estâncias e que, por vêzes, cruzam os montes, subindo e descendo por suas encostas. Não será fácil a uma fôrça considerável ir de um ponto a outro sem passar por lugares muito favoráveis a uma emboscada.

Meditando na situação da sua tropa, Barbalho logo se dá conta de que não poderá viver nem lutar ali isolado naquela praia deserta, à míngua de quaisquer recursos, em território dominado ou infestado pelo inimigo.

Sem deixar-se abater, o imperturbável Mestre de Campo prossegue no exame da situação e conclui que, quanto a meios materiais, quase nada existe: — ... "mantimentos não tinham os soldados além dos que couberam em suas mochilas; poucas armas, escassa munição... muitos levavam açúcar nos alforjes, por falta de outro alimento" (2)".

Socorro médico não há, nem outro apoio qualquer.

Barbalho pensa que talvez possa arrebanhar algum gado pelas campinas — "bois e cavalos, para o sustento e para o serviço", mas, bem imagina que, nesse sentido, uma contramedida há de ser prevista pelo comando adverso. (3).

Consta ao experiente Mestre de Campo que a uns 80 km para o sul, na região de Natal — Forte Reis Magos, há uma guarnição inimiga em apoio ao governo regional que ali se instalou. Talvez consiga surpreender essa guarnição e prover-se de algum armamento e provisões.

Mas, e depois?

— permanecer ali, vivendo dos recursos locais, a nada conduz de proveitoso; — deslocar-se para o sul, por léguas e léguas, a fim de ligar-se às guerrilhas de Camarão, de André Vidal ou de João Barbalho, será perder um tempo precioso, quando se sabe da situação em que ficou a Bahia desguarnecida e, por certo, ameaçada pelo inimigo vitorioso.

Barbalho pensa na repercussão que possa ter a queda da capital colonial: ... se isso chega a acontecer, sabe Deus até onde irão os flamengos conduzidos por um homem como Nassau e com os recursos que certamente afluirão da Europa, com as novas perspectivas abertas. Mas ... levar a tropa até a Bahia, distante umas 300 léguas, sem mais recursos do que aqueles que se possa tomar em luta ao inimigo ... Marchar léguas e léguas, dia e noite, acossado pelo inimigo o percurso todo, marchando e lutando ... Transpor os rios sem pontes e sob fogos, forçar passagem com as poucas armas disponíveis, a Coluna exposta às emboscadas, espreitada pela morte em todos os caminhos ... Por certo, haverá fome e sede, haverá doentes, feridos e estropiados, sem nenhum socorro médico ... talvez até se veja na dura contingência de ter de deixá-los pelo caminho, à mercê do inimigo.

(2) Historiadores e cronistas são unânimes quanto à situação de penúria em que se viu a tropa desembarcada.

(3) Efetivamente, ordens inimigas determinam o confisco da farinha aos moradores e a descida de todo gado para as vizinhanças dos fortes, a fim de que Barbalho não tenha como abastecer suas tropas.

Ao que se sabe, o Potengi será disputado, e haverá outras guarções e destacamentos inimigos espalhados pelas capitânias, particularmente no Engenho Goiana, em Pôrto Calvo e outros pontos. Provavelmente ser-lhe-á disputada a passagem do Paraíba e outros cortes, até o São Francisco. Terá que evitar certas passagens, metendo-se mato adentro, e tomar cuidado em não se aproximar muito do litoral fortificado.

Haverá muito que pedir aos homens, certamente mal nutridos, mas Barbalho conhece sua gente: não é uma tropa qualquer. Falta-lhe tudo, mas sobra-lhe valor, sobretudo espírito de sacrifício. No fim de contas, vencem aqueles cujo moral resiste melhor e por mais tempo. É verdade que os problemas não se resolvem apenas com a coragem e abnegação da tropa, mas Barbalho também confia em seus oficiais, em sua experiência e espírito de iniciativa, sem falar na penetração da missão de que se acham imbuídos. São homens que desconhecem a inação e o temor da responsabilidade. Assim, pesados os pró e contra, julga Barbalho que mais vale empreender a marcha arrostando a tudo, do que perecer ali, à míngua de qualquer recurso, ou perder tempo em escaramuças estéreis, e ver a Bahia em mãos do inimigo.

Tendo assim raciocinado e concluído — conforme imaginamos — Barbalho reúne os seus oficiais para dar-lhes a conhecer sua decisão e ordens.

Ter-lhes-á dito simplesmente algo assim como segue: — senhores, a Coluna tem liberdade de ação e vai abrir caminho a ferro e fogo rumo à Bahia, a fim de socorrê-la, pois, como sabem, a ocasião é propícia para nova tentativa de Nassau.

Bem sei ser esta marcha uma empresa temerária, senão louca, mas, quando mais não se faça, teremos distraído o inimigo, afastando-o de suas bases, transtornando seus planos e desgastando-o o mais que se possa.

Dir-se-á que fazemos uma retirada, mas onde está o inimigo?

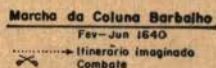
Havemos de ir buscá-lo ou evitá-lo, segundo as nossas conveniências. O essencial é evitar a queda da Bahia, ou pelo menos contribuir para que isso não se dê.

Procuraremos manter-nos informados dos movimentos do inimigo e, quanto possível, disfarçar os nossos, pois o êxito repousa na surpresa que possamos causar-lhe. Nesse sentido, com frequência atuaremos à noite e, mesmo, com mau tempo.

Mais do que nunca viveremos dos recursos locais, isto é, do que possar sobrar por aí afora. Todo material capturado será utilizado ao máximo.

Como disse, bem sei dos perigos e dificuldades que nos esperam, mas, confio na habilidade dos senhores em tirar partido das situações.

Deus salve a Bahia.



... "e ostentando sempre
aquêlê valor que despreza a
vida para acudir a Pátria
aflita, lançou-se nos braços
da Providência".

Frei RAFAEL DE JESUS — "Castrioto Lusitano".

O movimento tem início em 15 de fevereiro; a Coluna escalonada com vanguarda de escla-
recedores (descobridores de em-
boscada), guias e balizadores
de trilhas. Não obstante a si-
tuação de penúria, os homens
vão bem dispostos e, muitos
dêles, nem de longe se dão
conta de que fazem parte da

"coluna destinada a incríveis sofrimentos e incontáveis lances de heroísmo" (4).

A certa altura são assinalados os primeiros espias tapuias, que fogem espavoridos, mas Nassau não tarda em saber da temerária marcha. Os primeiros informes de Gartsmann (5) são tranquilizadores: trata-se de fracos elementos.

A Coluna prossegue e, vadeando os rios Maxaranguape e Ceará-Mirim, aproxima-se do Potengi. A dissimulação do movimento é de tal ordem, que mantém o inimigo na crença de que não se trata de efetivos importantes.

Tropas flamengas do valor de uma Cia., reforçadas com o tapuia aliado, guarnecem o Rio Grande. Gartsmann, que acumula o comando das tropas, levado talvez por informes não apurados, ao invés de pôr-se em condições de defender os passos do rio, ou pelo menos dificultar a transposição, precipita-se ao ataque e logo se vê envolvido, desbaratado, aprisionado e conduzido pela Coluna que prossegue rumo ao sul.

Impressiona-se Nassau com o desastre do Potengi e, sem perda de tempo, determina medidas no sentido de barrar o avanço de Barbalho: ordens urgentes são expedidas para que Dahey, destacado com

(4) Souza Júnior — "Do Recôncavo aos Guararapes".

(5) Maj George Gartsmann, governador do RN.

sua Cia. no Engenho Goiana, vá para o norte reforçar Tournalon, o Capitão Guarda que garante a Paraíba; Picard, com suas tropas de Igarapé, o substitui em Goiana; Hauss e Mansfeldt levantarão gente na Muribeca.

A Coluna avança e, à medida que se aproxima da Paraíba, vai se afastando do litoral fortificado e embrenhando-se na mata. Da Várzea do Cunhaú, ainda no Rio Grande do Norte, Barbalho havia escrito a Nassau em termos corteses, reclamando para os seus doentes e feridos, incapazes de marchar, as convenções de guerra. A jornada até aqui tem sido bem dura e a Bahia está muito longe. As mensagens que chegam da retaguarda não são de molde a repousar o espírito do comandante: são casos de ferimentos que se agravam por falta de tratamento adequado; doenças que surgem quando a alimentação é deficiente e não há socorro médico; e os estropiados, cujo número vai aumentando.

No Cunhaú, onde esperava encontrar algo com que reconfortasse a tropa, nada mais havia: nenhuma provisão, nenhum gado pelo caminho. E a coluna prossegue através campos, colinas, trilhas da mata e do banhado. Da várzea do Cunhaú rumo para sudoeste e penetra na Paraíba. Evitando sempre o litoral, transpõe a capitania de norte a sul e entra em Pernambuco.

Certa noite, o bivaque de uma das companhias é inquietado por infiltrações de tapuias que logo são repelidos, mas levam o pouco charque que ainda existia na subunidade. E ainda essa madrugada, um oficial da vanguarda é gravemente ferido durante um reconhecimento. O patrulhador que traz a infausta mensagem tem os olhos pesados de sono e os pés em lamentável estado. Que falta faz um médico! Não haverá por aí alguém que faça algo por esses feridos?

Essas realidades caem sobre o comandante, ao passo que aumenta o número de estropiados.

Lamenta Varnhagen que esta Coluna — comparável à dos Dez Mil — não tivesse tido o seu xenofonte que, como o ateniense, deixasse “a narração dos serviços que a pátria lhe deveu”. O fato é que não há tempo nem sossego para um “Diário de Marcha”. Circunstâncias como essas aqui transcritas ou imaginadas, haviam de ser a realidade diária na indômita Coluna, quando não a emboscada, o cansaço, a fome e pertinaz perseguição do inimigo implacável. Mas, nem só vicissitudes haveria que registrar: Durante a travessia da Paraíba, certa vez, ainda ao crepúsculo matinal, o graduado paulista que procedia a ronda dos postos de vigilância escuta o pio esquisito de um pássaro desconhecido. Desconfiado, dispõe-se a tomar medidas acauteladoras, mas o nordestino veterano que o acompanha tranquiliza-o dizendo: é nada não; isso é gente do Camarão que vem aí. Fato semelhante se repete pelo território pernambucano, com a chegada das guerrilhas de André Vidal e de João Barbalho.

A Coluna aproxima-se de Goiana.

Os informes que chegam dão conta de que o inimigo está forte no Engenho que, na época, é o principal centro da capitania de Itamaracá.

Nassau aí concentra o valor de dois batalhões (cêrca de 800 homens), reforçados com algumas centenas de índios aliados.

— Que cumpre fazer?

— Desbordar, deixando intactas aquelas fôrças, para logo se ver acossado por tôda parte, com o inimigo de posse da iniciativa?

— E o acréscimo de dificuldades que advirão do internamento pelo sertão, levando a tropa a conhecer os extremos da fome e da miséria?

Nada disso. A decisão é atacar. E manobrar rápido. Há sempre uma oportunidade de surpreender o inimigo, desorganizá-lo e arrefecer-lhe o ânimo, pelo menos por algum tempo.

A solução do problema está na surpresa e na rapidez do movimentos. Reconhecimentos são feitos e, já na noite da véspera do ataque, certa movimentação de tropa tem início em completo sigilo. Ainda nessa noite reúne Barbalho os seus oficiais para as ordens definitivas.

A atitude serena do Comandante não deixa perceber as preocupações que lhe assaltam o espírito. Não as esconde, porém, aos seus camaradas mais chegados. Nem por um momento põe em dúvida o valor da sua tropa, mas não pode deixar de pensar no estado de penúria em que ela se encontra, em seu cansaço e na flagrante inferioridade de meios materiais. Não basta que a tropa seja boa; há de haver, num escalão qualquer, quem lhe coordene os esforços e lhe assegure o êxito compensador dos sacrifícios feitos.

Todos sabem das vantagens da manobra; mas a decisão de manobrar quando a situação é de cansaço e privações, é, sem dúvida, um grande ato de coragem que o comando realiza, tendo sôbre os ombros dezenas de problemas imediatos, grandes e pequenos.

Não é fácil a um comandante afastar do espírito tais problemas e planejar e realizar manobras táticas.

Há muitas causas de hesitação, a começar pela tendência em conservar seus meios reunidos. O instinto gregário também se manifesta nos agrupamentos, como nos indivíduos. Depois, há, ainda, outros problemas a encarar, na prática: — o reconhecimento mostrou a possibilidade de lançar uma parte da fôrça em largo movimento para determinada região matosa, onde, após horas de marcha, deverá chegar em condições de atacar seu objetivo; mas a ligação a manter com êsse destacamento é problemática, em vista do terreno cortado que deverá transpor. A observação inimiga é evidente que funciona, pelo menos através seus espias. O movimento pode ser descoberto, e o inimigo voltar-se para a ameaça flanqueante.

Há que estar preparado para essa eventualidade, e tirar partido da situação. Além do mais, êsses índios, e o próprio flamengo, co-

nhecem os arredores e suas trilhas tão bem quanto os nossos. Caminhos, desfiladeiros e trilhas estarão relacionados para interdição por emboscada. E nem se cogitou de limpá-los. A demora aproveitaria ao inimigo na consolidação de suas medidas, e a manobra seria percebida.

Mas, há de haver como chegar até lá.

Agora, quanto aos nossos, são todos êles homens afeitos a êsse gênero de lutas e ardorosos como sempre; mas as companhias se apresentam com seus efetivos reduzidos de pelo menos uma quarta parte, com seus doentes, feridos e estropiados.

Contudo, vai-se manobrar rápido e com a possível segurança. Assim — imaginamos — teria se externado o destemido Barbalho, Mestre de Campo Comandante de Têrço de Infantaria.

Bem sabiam seus velhos camaradas que a manobra em tais circunstâncias constitui um desafio; e que é na decisão de conduta de combate que o chefe se revela. Uma decisão deve ser tomada, e a manobra vigorosamente impulsionada. Muitas vêzes a linha de ação certa é lançar-se rápido, com a segurança possível; muitas vêzes a direção escolhida é aquela que, por desvantajosa, o inimigo não julgou necessário defender melhor.

O risco calculado de uma manobra audaciosa, avaliado por um chefe capaz, poucas vêzes falha, desde que executado com rapidez e decisão.

Em 28 de fevereiro de 1640, no Engenho Goiana, a ação foi particularmente áspera: 500 baixas inimigas, registram as crônicas, entre as quais relevam as do Maj Picard e Cap Lochmann. Os remanescentes refugiam-se numa "casa forte". Com êles os nossos se entretem, durante algum tempo, e em seguida, rompem contato. A idéia é não deixar-se aferrar.

A Coluna retoma o movimento através território pernambucano, e Nassau dá nôvo impulso à perseguição, fazendo desembarcar da esquadra fôrças terrestres e navais, sob o comando de Jacob Alard. Mansfeldt e Hoogstraten vão para São Lourenço; Haus para o Serinhaem, onde o Cap Sins se lhe junta com sua Companhia.

Não obstante, a Coluna prossegue em sua "marcha cruenta e desconcertante" — diz o cronista. Transpõe o Tracunhaém, desborda São Lourenço por oeste e, nas matas de Santo Antônio, repele a fôrça que se lhe opõe, infligindo-lhe pesadas perdas.

Parece que já não há como deter a intrépida Coluna.

Da sua indomável determinação, dá testemunho insuspeito o Chefe holandês em carta de 7 de maio, aos Estados Gerais: — "Faz-se tôda a possível diligência por cortar-lhe o passo, como mostram as difíceis marchas dos Coronéis Koin e Doncker e do Cap Tournalon" (6).

(6) Refere Varnhagen que Charles Tourles Tournalon — Cap da Guarda Flamengo, chegou a fazer 17 léguas em 12 horas!

Entrementes, Barbalho avança através campos, banhados, sobe e desce morros, repele o inimigo, rompe contato, interna-se na mata e, não raro, surge nas proximidades do litoral.

"Traça uma linha rubra de fogo através da região holandesa" — escreve Hermann Watgen. (7)

Vadeando os rios Ipojuca, Serinhaém, Una e Jacuípe, entra em território alagoano. A seguir, desbordando Pôrto Calvo, que sabe fortificado, transpõe o Mondaú e, no Engenho Salgado, repele vigorosamente consideráveis fôrças que intentam cortar-lhe o passo. Prossegue contornando a região de lagoas que rodeia Maceió, rumo para sudoeste e sai nos campos do Unhaú, na região de São Miguel, onde, em encarniçado combate que dura tôda a jornada, uma vez mais repele os ataques da pertinaz perseguição.

De onde lhes vem, aos nossos, tamanha energia, qual a mágica fonte dessa fôrça misteriosa que, instantaneamente, os transforma em verdadeiras fúrias arrasadoras?

Não faz muito marchavam pelas trilhas figuras hirsutas, de olhos mortiços, marcadas pelas privações e pelo cansaço de meses de infatigáveis marchas e encarniçados combates. E eis que de repente, ao sinal de assalto, os músculos se lhes enrijam e os olhos brilham decididos, "como se a flama do sacrifício emergisse pura dêsse pedestal de miséria e sofrimento". (8)

Lá, na colina, está o inimigo, e eles vão procurá-lo. Impávidos, resistem a pé firme a descarga dos mosquetes adversos e, meio cegos da fumaça, suor e poeira, por vez disparam suas armas e, dentes cerrados, em doida arremetida, se lançam ao furioso corpo a corpo, rompem os quadrados e levam a confusão aos batalhões inimigos.

Dêles dirá mais tarde o atordoado artilheiro flamengo (9): ... que adianta apontar as peças sobre êsses endiabrados que pulam para todos os lados, confundem-se com os nossos e se dispersam com tamanha agilidade?

Assim foi em Goiana, assim foi em Santo Antônio, no Salgado, no Unhaú e outros recontros; assim será nas Tabocas e nos Guararapes.

A fonte dessa inesgotável energia está no entranhado apêgo ao solo pátrio.

"Esta retirada — escreve Rocha Pombo — por si só, dá uma perfeita idéia do quanto custa ao intruso conservar semelhante conquista, violentando figuras de tal grandeza".

(7) Citado por Bernardino José de Souza em "Narrativas Militares" — Coletânea da Biblioteca do Exército.

(8) Cel Alexandre, do Ex. Francês, referindo-se ao infante (Revue de Cavalerie Blindée — 3º Trim. 62).

(9) Van Goch, referindo-se aos Guararapes.

A extraordinária capacidade combativa lhes nasce espontaneamente da reação instintiva contra a invasão do solo pátrio, e leva o homem a lutar, mesmo em condições materiais as mais desvantajosas. Nada mais pede que a oportunidade de lutar. Está consciente de que, da sua força d'alma em suportar o sofrimento e tensão nervosa, da sua vigilância e compenetração da missão, depende o êxito da luta e, portanto, a libertação do solo pátrio.

Em 8 de maio, participava Nassau que Barbalho e sua Coluna conseguira passar o São Francisco, a montante de Penedo.

De nada adianta que o Almirante Jol vá para aquelas águas fluviais com suas naus, suas tropas e seus índios aliados. A Coluna invicta prossegue, já agora "com mais alívio e descanso", através território sergipano e, em junho de 640, penetra na Bahia.

Objetivo atingido.

Refere Varnhagen que, logo após a expedição de Jol ao São Francisco, Lichthardt parte para a Bahia com 20 naus e 2.500 homens de desembarque. A esta força junta-se a de Jol, que chegara atrasado ao São Francisco.

"Salvador estêve ameaçada e seria investida e tomada se, muito a tempo, Barbalho e seus cansados 1.200 homens lá não chegassem, vindo prodigiosamente desde o Rio Grande do Norte".

Durante quatro meses a Coluna marchou e combateu através quase 2.000 quilômetros de território inimigo, enfrentando privações de toda sorte: fome, sede, doentes e feridos à míngua de quaisquer recursos, escassez de armamento e a pertinaz perseguição do inimigo, batido, aliás, em todos os recontros.

Missão cumprida.

Com toda razão discorda o brilhante escritor Elísio de Carvalho da denominação "retirada", que os historiadores dão à marcha da Coluna Barbalho. Certamente, não foi uma retirada no sentido de um movimento retrógrado, afastando-se do inimigo. O que se viu foi um comando enérgico e audaz atribuindo-se a si mesmo uma missão de sacrifício e, a despeito de todos os obstáculos, cumpri-la com inexcusável dignidade e bravura. Realizou, com sua coluna, um feito como poucos iguais registra a História Militar de todos os tempos.

... "empresa que, ainda quando realizada, se faz duvidosa" — escreve Frei Rafael. (10)

(10) Obra citada.

Talvez nem o próprio Barbalho haja percebido todo alcance do seu glorioso feito, pois — não apenas salvou os destroços de uma expedição malograda, como também contribuiu decisivamente para o fracasso da expedição inimiga contra a Bahia; — não apenas preservou a tradição de bravura das forças terrestres, como também concorreu poderosamente para que a futura infantaria brasileira tivesse um nascedouro digno do que lhe seria exigido nos pantanais do Chaco ou nas montanhas da Itália.



GUERRA DO PARAGUAI

A Subseção Comercial da Biblioteca do Exército possui à disposição dos interessados a monumental obra do Gen Augusto Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", revista e anotada pelo Ten-Cel Francisco Ruas Santos.

5 volumes — 3.228 páginas — 96 mapas.

Preço: Volumes e mapas — Cr\$ 3.000,00.

Capa colecionadora de mapas Cr\$ 250,00.

Pedidos pelo reembolso postal à Subseção Comercial, Biblioteca do Exército, Palácio da Guerra, 3º andar da Ala Marcílio Dias.

Rio de Janeiro — GB, ZC-55

Enderêço telegráfico: BIBLIEX

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO**PROGRAMAÇÃO PARA 1965**

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONARIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIO: *DRIVE TO VICTORY* (Título provável, *ARREMETIDA PARA A VITÓRIA*), de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO SÓBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSA SÓBRE A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBA, ALBUQUERQUE E LADÁRIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acôrdo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

GENERAL EUCLIDES FIGUEIREDO

A memória do Gen EUCLIDES FIGUEIREDO, um de seus ilustres fundadores, A DEFESA NACIONAL rende, nesta oportunidade, sua singela homenagem.

Marechal FLOBIANO PEIXOTO KELLER



Conforme foi noticiado amplamente, faleceu em Campinas, no dia 20 de dezembro de 1963, e foi sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier, no Rio, o General Euclides de Oliveira Figueiredo.

2º Tenente de Cavalaria, o finado integrou, no governo Hermes, a turma de jovens oficiais estagiários no Exército alemão, antes da 1ª Grande Guerra Mundial, assim constituída:

Infantaria — Cap Luiz Furtado do Nascimento, Cap José Carlos Vital, 1º Tenente José Antônio Coelho Ramalho, 1º Tenente Luiz Gonzaga dos Santos Sa-rahíba, 1º Ten Arminio Borba Moura, 1º Ten José Bento Tomaz Gonçalves,

1º Ten Amaro de Azambuja Vila Nova, 1º Ten Julião Freire Esteves, 2º Ten Joaquim de Souza Reis e 2º Ten Estevão Leitão de Carvalho.

Cavalaria — Cap Arnaldo Brandão, 1º Ten Estelita Augusto Werner, 1º Ten Jerônimo Furtado do Nascimento, 1º Ten José Maria Franco Ferreira, 1º Ten Leopoldo Itacoatara de Senna, 1º Ten Augusto de Lima Mendes e 2º Ten Evaristo Marques da Silva.

Artilharia — Cap Emilio Rosamo de Almeida, Cap Francisco Jorge Pinheiro, 1º Ten Cezar Augusto Parga Rodrigues, 1º Ten Olinto de Mesquita Vasconcelos, 1º Ten Epaminondas de Lima e Silva, 1º Ten Eduardo Cavalcanti de Albuquerque e Sá, 1º Ten Bertoldo Klinger, 1º Ten Manoel Bougard de Castro e Silva e 1º Ten Alexandre Galvão Bueno.

Engenharia — 1º Ten Ulhoa Cintra.

Essa turma de oficiais transformou, ao regressar da Alemanha, a mentalidade filosófica reinante no Exército desde 1889. A mística do devotamento profissional aflorou nos "jovens turcos" da época, com reflexos nos regulamentos militares, surgindo conceitos como os se-

guintes: "O exemplo dos chefes é o maior incentivo para a tropa" e "Dentro da Lei, obedecer é tão nobre como comandar". Naquela oportunidade o Exército foi reorganizado e apetrechado com armamento alemão. Mauser Eherardt e Krupp, todos de boa têmpera e ainda em uso no Brasil.

Capitão de Cavalaria, Euclides Figueiredo comandou o Esquadrão da Escola Militar do Realengo, auxiliado pelos Tenentes Renato Paquet, Antonio da Silva Rocha e Orozimbo Martins Pereira. Estávamos então sob o signo da "Missão Indígena" no governo Epitácio Pessoa.

A primeira Guerra Mundial havia terminado e os seus ensinamentos começaram a vigorar no Exército sob a orientação da Missão Militar Francesa. Nova renovação espiritual e material sacudiu toda a organização. Sangue novo renovou o quadro dos oficiais combatentes.

Oficial superior, Euclides de Figueiredo integrou os gabinetes dos Ministros Setembrino de Carvalho e Pandiá Calógeras, onde prestou uma brilhante colaboração na ligação com o Estado-Maior do Exército e a Missão Militar Francesa.

As atividades das escolas eqüestres alemã, francesa e indígena, tiveram convergência na Liga de Esportes do Exército entrosada com o Clube Esportivo de Equitação e a Sociedade Hípica Paulista e bem patrocinada pela Prefeitura do Distrito Federal. Do choque resultante das competições nacionais e internacionais a partir do centenário em 1922, resultou um progresso acentuado no hipismo e a sua caracterização atual das competições do belo ramo desportivo — fazer cavalaria com cavalheirismo. Ainda como Oficial Superior, Euclides Figueiredo comandou o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, entregando em várias oportunidades o histórico e vistoso uniforme de "Dragão da Independência". Por ocasião das articulações políticas da chamada Aliança Liberal em 1929, foi designado pelo governo Washington Luís para o comando de uma Brigada de Cavalaria no Rio Grande do Sul. Fiel à sua vocação de soldado constitucionalista, acabou sendo prêso por ocasião da Revolução de 1930 e recolhido com cerca de 200 oficiais que ficaram fiéis ao governo constituído.

Em face das injustiças clamorosas então praticadas pelo Governo Provisório e a indisciplina reinante nas Forças Armadas, insuflada pelo famigerado "Clube 3 de Outubro", de triste memória, surgiu a eclosão do Movimento Militar Constitucionalista de 1932 com base em São Paulo e ramificações pelo Brasil. Nesse movimento, Euclides Figueiredo mostrou a sua fibra de cidadão e soldado. Surgiu um líder. O documento que se transcreve, por um capricho do destino, 31 anos depois, refulge a luz que ainda irradia do 9 de julho de 1932. Ei-lo na íntegra: "Conselho de Generais — Delegação — Os militares exilados, coerentes com os princípios de defesa da hierarquia, por que se bateram, desejosos de possuírem uma organização por intermédio da qual possam prosseguir no movimento e nos objetivos constitucionais de 9 de julho, resolvem delegar aos generais, por essa

causa, residentes em Lisboa, reunidos em Conselho, podêres para deliberar, representar e dar ordens sôbre tudo que se relacionar com ação e participação militar do movimento em aprêço. O Cel Figueiredo continuará com a incumbência que lhe foi conferida. Lisboa, 20 de dezembro de 1932, (ass) Coronel Luiz Lobo, Cel José Joaquim de Andrade, Cel Pedro Dias de Campos, Cel Christovam Colombo de Mello Mattos, Ten-Cel Joaquim Theopompo de Godoy Vasconcellos, Ten-Cel A. Cunha Leal, Ten-Cel Aquino Correia, Ten-Cel Abilio Pereira de Rezende, Ten-Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Maj Henrique Quintiliano de Castro e Silva, Major José Novaes, Maj Luiz Silvestre Gomes Coelho, Maj Antonio Pistcher, Maj A. Paes Brasil, Maj Reynaldo Saldanha (Discordando), Maj Reys Junior, Cap Arnaldo Mancebo, Cap Irapoan Potyguara, Cap Oswaldo Pereira de Carvalho, Cap Rogerio de A. Lima, Cap André de Souza Braga, Cap Archimino Pereira, Cap Iberê Leal Ferreira, Cap Julio Paes Leme, Cap Mariano Gomes da Silva Chaves, Cap Severino da Costa Junior, Ten Carlos Tamoyo da Silva, Ten José Carlos Campos Christo, Ten Emanuel Adaucto Pereira de Mello, Ten S. Mendes de Holanda, Ten Joaquim de Mello Camarinha, Ten Severino Sombra, Ten Agildo da Gama Barata Ribeiro, Ten Rubens dos Santos Paiva. Acompanha o original uma carta do Cap Othelo Franco, expondo o seu modo de pensar".

Tendo partido a 18 de dezembro de 1932 de Lisboa para Londres, a bordo do "Almeda Star", da "Blue Star Line", em missão dada pelo Cel Figueiredo, deixaram de apor as suas assinaturas no documento o Major Cyro Vidal, o Cap Floriano Peixoto Keller e o 1º Ten Argemiro de Assis Brasil.

Depois de um longo e cruel exílio na República Argentina durante todo o ano de 1933 e anistiado em 2 de janeiro de 1934, Euclides Figueiredo retornou ao Brasil com os seus companheiros. A política o envolveu mais tarde fazendo-o deputado federal na legenda da UDN.

Nas comissões técnicas da Câmara a sua atuação foi das mais brilhantes e os seus conselhos e pareceres acatados pelos seus colegas. Foi útil à sua classe. Candidato a senador pelo Distrito Federal não logrou ser eleito, talvez devido às artimanhas das "injunções partidárias". Ultimamente à proporção que os anos marchavam e o seu rijo corpo se desgastava, mais brilhante se tornava a chama do seu espírito, para afinal desprender-se da matéria em fins de 1963 na decantada cidade das Andorinhas, berço de Carlos Gomes.

Do que aconteceu desde 9 de julho de 1932 até o dia do seu passamento e daqui por diante, em face das circunstâncias que são do conhecimento de tôdas as criaturas dotadas de sensibilidade, experiência, inteligência e raciocínio, pode-se, sem favor nenhum, dizer que o Brasil perdeu um reto cidadão e o Exército um valoroso Soldado.

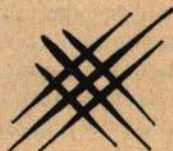
Na selva selvagem da política brasileira, Euclides de Oliveira Figueiredo foi um autêntico jequitibá com capacete de "Dragão". Paz à sua alma e conforto à sua família.

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

Aquêle que voluntariamente se absorve em seu trabalho, esquece o tempo, as comodidades, os sacrifícios, é o que realmente se aperfeiçoa e alcança sucesso em todos os campos.

W. M. Brucker.

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



HISTÓRICO DA GUERRA NUCLEAR

"Historia vitae magistra"

1º Ten Art A. MACHADO DE PAIVA

INTRODUÇÃO

Jacob Burekhardt, notável historiador suíço do século XIX, afirma no seu livro *Refleões sôbre a História*: "A cultura poderá um dia sucumbir sob o peso acumulado de seus próprios tesouros culturais." Um tal conceito chega aos dias de hoje. Não há como negar-se, tão ou mais válido do que quando da sua formulação. O surto de progresso que se tem observado nos mais diversos setores da ciência e naquela época ainda não concebido, empresta a essa assertiva um quê de profético. A história universal tem sido, através dos tempos, dominada e inspirada por três grandes poderes, dois dêles nitidamente consevadores e às vêzes despóticos, o estado e a igreja, e um terceiro que se traduz na força libertadora da cultura. Poderíamos compará-los ao que se convencionou chamar triângulo do fogo, dizendo que, da mesma forma que são necessários um combusível, um comburente e uma temperatura de ignição para que nasça a chama, para que haja história, os três poderes terão obrigatoriamente que existir, interligados, dependentes e de influências mútuas permanentes e crescentes. Incorreríamos em grave erro, se quiséssemos, quase de maneira matemática, predeterminarmos constantes de prioridade para cada um dêles, pois que através da análise dos fatos históricos, encontramos épocas predominantemente políticas ou religiosas, enquanto que, em outras etapas do desenvolvimento humano, a cultura parece subrepujar a tudo e instalar-se em ponto mais alto. Além disso, em períodos de floração de alta cultura, torna-se impossível caracterizar predominâncias.

Sirvam tais considerações de lembretes e fiquem à guisa de explicação, a fim de que não pareça enveredarmos, às vêzes, por caminhos outros, senão aquêle a que nos propusemos, qual seja estudar o histórico de um acontecimento que, culminando nos dias presentes, tem suas raízes num passado longínquo e conseqüentemente uma vida que sofrerá influências de um, de dois ou dos três poderes através dos tempos.

A presente situação de equilíbrio entre os dois blocos, em que se divide o mundo, parece mais ainda confirmar a visão do historiador da Basileia. Os conhecimentos técnicos e científicos, transformados em armas cada vez mais poderosas e de maior alcance, colocam a humanidade de hoje ante aquela mesma encruzilhada já lembrada pelo físico Soddy em dezembro de 1934, quando comentava a possibilidade da liberação de energia pelo bombardeamento de um núcleo por um nêutron: ou a sua destruição ou a sua libertação.

A conferência do Desarmamento que se arrasta em Genebra, procurando acabar ou pelo menos tornar fiscalizadas as provas com armas nucleares vem ainda mais corroborar que os líderes da atualidade já parecem assustados face ao pêso dêsses acontecimentos, que poderão, até mesmo por um engano, desencadear um processo de destruição sem precedentes, com possibilidades, inclusive, de banir do planêta a vida, nas formas em que nós a conhecemos.

Dividimos o histórico em dois grandes períodos, por crermos ser esta a maneira mais simples de atingirmos nosso objetivo:

- I) Da Idade Antiga ao conhecimento geral da estrutura atômica;
- II) Do conhecimento geral da estrutura atômica às bombas atômicas.

Diga-se, entretanto, a bem da verdade, que acontecimentos marcantes nos campos políticos, religiosos ou científicos, permitiriam um escalonamento bem mais amplo, pois não duvidamos que uma série dêles delimitam nesse estudo fases bem distintas ou inícios de novas etapas.

DESENVOLVIMENTO

I) Da Idade Antiga ao conhecimento geral da estrutura atômica.

O desejo de saber que em nós se manifesta desde a mais tenra idade e que é universal no tempo e no espaço, constitui, ensina-nos a filosofia, o princípio das ciências, "cujo fim primeiro não está em fornecer ao homem os meios de agir sobre a natureza, mas inicialmente em satisfazer sua natural curiosidade".

Dá origem ao chamado conhecimento empírico, fruto de um ato espontâneo do espírito, formando-se ao acaso, sem objetividade, "por generalização extemporânea, sem ordem nem método". Dêsse conhecimento se forma o primeiro degrau da ciência, mais tarde aperfeiçoado com a aquisição de novos conhecimentos. De natureza empírica seriam, não podemos duvidar, as primeiras interrogações feitas por filósofos da antiga Índia, quando perguntavam o que poderia acontecer se se partisse alguma coisa e a seguir de novo se partisse um dos pedaços, continuando assim sucessivamente. Chegar-se-iam a pedaços do mesmo material indefinidamente ou obter-se-ia afinal um tão pequeno que não mais pudesse ser partido?

Creemos estar aí a gênese de um problema que só será definitivamente solucionado; nos dias de hoje, após uma série de especulações e descobertas que se irão processando através dos séculos, desde então.

Situamos na Ásia as primeiras interrogações sobre o problema pois é das antigas regiões dos povos asiáticos que vão surgir os germes do pensamento filosófico e não há como retirar-se daquele continente o berço da civilização, visto sabermos que Grécia e Roma não haviam ainda nascido para a história quando já lá floresciam adiantadas culturas. Será, entretanto, o "pequeno território de Hélade, o berço de

quase tôdas as idéias que, na filosofia, nas ciências, nas artes e em grande parte das instituições, vieram incorporar-se à civilização moderna". O encontrar-se teoria atual, por mais atual que nos pareça, que ali não tenha sua origem remota, é fato difícilimo. Não fugiria a esta regra geral a teoria atômica.

No século VI A.C. começa a desenvolver-se na Grécia uma filosofia especulativa e puramente racional, livre agora das influências religiosas, ao contrário daquelas de origem oriental, e quase todo independente das primeiras tentativas asiáticas. Entenda-se por filosofia, nesse estágio inicial, a ciência universal que englobava todos os conhecimentos, hoje sob nomes distintos de arte, ciência e mesmo filosofia. Tal concepção irá varar séculos e séculos até a idade média, quando então, a pouco e pouco ganharão autonomia, chegando afinal a separação distinta de hoje.

Com a iniciativa individual facilitada face às suas instituições políticas e sociais e sofrendo as influências da situação geográfica a meio caminho entre o Oriente asiático e a Europa ocidental, o povo grego assimilou os conhecimentos das grandes civilizações da Ásia, amalgamou-os, "trabalhou-os com seu espírito sintético e artístico e, com eles, elevou este grandioso e soberbo monumento de cultura, objeto de imitação e admiração dos séculos posteriores".

Divide-se a história da filosofia grega em três períodos, pré-socrático, socrático e pós-socrático não só consoante a ordem cronológica, convido aqui ressaltar que a maior parte das datas dos pré-socráticos são apenas aproximativas, como também face à marcha evolutiva das idéias. É justamente no período pré-socrático onde encontraremos os primórdios da teoria atômica, pois nêle se enquadram os filósofos que irão ter como tema principal de suas especulações os problemas cosmológicos, o mundo exterior nos elementos que o constituem, na sua origem e nas contínuas mudanças a que está sujeito.

Tales de Mileto (624-548 A.C.), de origem fenícia e primeiro filósofo grego, coloca a água como princípio gerador de tôdas as coisas, talvez levado a esta conclusão por fatos não bem observados e por lendas tradicionais Cultivador da matemática, dêle nos chegaram intatas famosas leis da geometria plana.

No campo da astronomia é o primeiro a prever, entre os gregos, os eclipses do sol e da lua. Seu discípulo e sucessor Anaximandro (611-547 A.C.), também natural de Mileto, encontra numa substância indefinida, quantitativamente infinita e qualitativamente indeterminada, dotada de vida e imortalidade, o princípio universal, de onde por um processo de separação ou segregação derivariam os diferentes corpos. Anaxímenes (588-524 A.C.), colega e conterrâneo de Anaximandro, influenciado pela importância do ar para a existência da vida, afirmava ser este o elemento primitivo do qual por rarefação originar-se-ia o fogo e por condensação a água, a terra e todos os demais seres.

Distinguindo-se desses primeiros filósofos por encararem o Universo no seu aspecto dinâmico e procurarem dar solução ao problema do movimento e da transformação dos corpos, vão surgir os chamados

jônios posteriores, servindo Heráclito (535-475 A.C.) de elo de união entre êstes e os jônios anteriores, aos quais já nos referimos acima. Afirmando que tudo se acha em perpétuo fluxo, faz do fogo, elemento móvel por excelência, o princípio fundamental de tôdas as coisas. Por um processo de extinção transformar-se-ia em água e depois em terra e por um nôvo processo de ascensão, a terra voltaria a ser água e esta a ser fogo.

Empédocles (495-435 A.C.) procurando "conciliar a unidade e imutabilidade do ser, com a pluralidade e o movimento, propõe a teoria dos quatro elementos que, abraçada por Aristóteles, reinou na ciência por quase 2.000 anos". Todos os corpos seriam compostos de ar, água, terra e fogo, raízes primitivas, ingênitais, imutáveis e irredutíveis, que entrariam em diferentes proporções na composição dos corpos e na própria alma humana. Anaxágoras (500-428 A.C.) "um sóbrio falando entre êbrios que devaneiam" segundo Aristóteles, face ao notável progresso que traz ao pensamento grego ao apelar para uma inteligência simples, imaterial, independente, tôda poderosa, única e infinita como causa eficiente do movimento e da ordem cósmica, coloca como substância primitiva, um agregado de partículas mínimas de tôdas as substâncias existentes. Pitágoras e sua escola itálica, impressionado pela regularidade e constância dos fenômenos naturais, faz do "número" o fundamento de tudo, o princípio essencial das coisas, não trazendo para o nosso tema em questão idéias importantes, assim como a chamada escola eleática de Xenófanes que volta a explicar a origem do mundo partindo de substâncias primitivas.

Será somente com Leucipo, fundador da escola atomística mas de quem pouco se sabe e principalmente Demócrito (520-440 A.C.), seu discípulo natural da Trácia, "homem muito versado na física e nas matemáticas e de maravilhosa erudição não inferior à do próprio Aristóteles", que vai surgir nas suas linhas fundamentais, abraçada pela ciência moderna, a teoria atômica. Concebe Demócrito o sistema mecanicista onde as grandes massas seriam compostas de corpúsculos "insecáveis, ingênitais, eternos", chamados átomos, os quais substancialmente homogêneos, difeririam-se uns dos outros pela figura (com a figura A difere da figura N), pela ordem (como AN de NA) e pela posição (como N de Z, onde o N nada mais é que um Z deitado). Para explicar a possibilidade de movimento dêsses átomos e os resultantes entrechoques atômicos e imensos turbilhões dos quais resultariam os mundos, admite a existência do vácuo, afirmando que os corpos são formados de pleno e de vácuo. Tôda geração, corrupção ou transformação, explica-as por agregações e desagregações atômicas. A inexistência formal de qualidades secundárias da matéria, tais como a cor e o som, afirmada pela sua concepção, é hoje admitida pela quase unanimidade dos naturalistas. Faz repercutir sua física em outros campos, do saber quando afirma, por exemplo, que a alma é composta de átomos semelhantes aos do fogo, porém mais sutis, que entrelaçados em rede descontínua se difundem por todo corpo, indo mais além ao dizer que os deuses

"são entes superiores ao homem, mas compostos também de átomos e vácuos e sujeitos à lei da morte".

Pensadores posteriores, notadamente Epicuro (341-270 A.C.) apóiam as idéias de Demócrito, encontrando-se no *De Rerum Natura* de Tito Lucrécio (96-55 A.C.) referência aos átomos.

Todavia Aristóteles (384-322 A.C.), discípulo de Platão, tendo assimilado conhecimentos anteriores aos quais acrescentara o trabalho próprio, fruto da observação e profundas meditações, tendo escrito sobre todas as ciências e sobre elas espalhado as luzes de sua admirável inteligência, pesou profundamente para que a teoria de Demócrito ficasse esquecida por séculos. A razão de tamanha influência Will Durant nos dá através do seu livro "Os Grandes Pensadores": Porque com Aristóteles "cada problema da ciência e da filosofia entra em consideração, é esclarecido e tem solução defensável; o conhecimento apresenta-se sob todos os aspectos e coordena-se numa sólida visão do mundo. E a fraseologia nasce e de tal modo nasce que é impossível hoje pensarmos, sem recorrer aos moldes que o cérebro de Aristóteles cunhou. Há em sua obra muita sabedoria; sabedoria calma, temperada e completa no possível, oriunda de uma ilimitada e majestosa inteligência. E brotam ali novas ciências fundadas com a maior facilidade, como se essas supremas criações do espírito humano não passassem de simples recreações dum filósofo; aparecem a biologia, a embriologia e a lógica. Não que antes dêle nenhum homem houvesse pensado nessas matérias; mas nenhum, como Aristóteles, controlou o pensamento por meio da paciente observação, da cuidadosa experiência e da sistemática formulação dos resultados. Tirante a astronomia e a medicina, a história da ciência começa com o enciclopédico trabalho do estagirita". Na física aristotélica, entretanto, vão ser encontradas várias doutrinas errôneas, entre as quais a teoria dos quatro elementos de Empédocles. Tais erros seriam necessariamente provenientes da falta de observação e de instrumentos adequados e é o próprio Aristóteles que adverte: "Muitos fatos que cito não são certos; quando se puderem verificar, dever-se-á prestar mais fé à experiência do que à teoria. Esta não merece a nossa confiança senão quando se acha em harmonia com os fatos".

Do mestre de Alexandre até o renascimento, fatos notáveis irão se processar no caminho da humanidade, principalmente o advento do cristianismo que irá dividi-lo em dois períodos distintos, exercendo sobre a filosofia íntima e universal influência. Não é entretanto menos certo que, no campo das ciências matemáticas, os problemas são quase de todo descurados. I'ode-se, destarte, de um salto, ultrapassar todo esse período, inclusive a fase da idade média, até atingir-se a renascença. Não entraremos aqui no mérito desse problema já tão amplamente discutido pelos estudiosos do assunto, se foi ou não a idade média aquela período de trevas, se houver realmente ou não aquela "longo eclipse da filosofia dilatando suas travas entre os últimos crepúsculos da sabedoria antiga e os primeiros alvares do pensamento moderno". Entre posições extremadas, preferimos aquela central, filha da moderação e do bom senso, para não termos que afirmar ter ela sido a fase negra da

história da humanidade, nem chegarmos ao exagero malsão de dizer, como alguns autores, que o século XIII, por exemplo, teria sido o período mais brilhante dessa idade e "talvez o mais glorioso na história do gênero humano".

Fato é que, em física, continua a predominar a teoria dos quatro elementos, o que prova que essa idade nesse setor, nada de novo acrescentou.

Com "Revoluções dos corpos celestes" de Copérnico, cairá por terra toda uma arraigada concepção de séculos, transformando um universo cujo centro era a terra e o homem, num simples caleidoscópio no qual nosso planeta não passa de um ponto. A influência dessa obra, há que se reconhecer, será imensa no campo religioso e nas concepções da época. O Deus que morava nas nuvens desloca-se para o infinito, o céu místico torna-se o céu físico da meteorologia. O homem acorda de um mundo de sonhos e se vê ante a realidade dos fatos. E a esta quase intimação do seu destino, reage e reagindo fará com que o século que se segue ao monge polonês seja o tempo da audácia e da coragem em todos os campos.

Resultante de vários fatores ocorrerá na Europa aquilo que se chamou renascimento e com ele, ressurgindo os clássicos padrões da cultura antiga, ressurgirá, também, a idéia da concepção da matéria e com ela a teoria de Demócrito.

Galileu, Descartes, ainda que sem admitir os átomos propriamente ditos, Bacon, Roberto Boyle e Isaac Newton, principalmente, saberão remover a poeira acumulada durante vinte séculos sobre o sistema mecanicista da escola atomística.

John Dalton, com o seu livro "A New System Of Chemical Philosophy", publicado em 1808, provará não só que Demócrito estava certo, como também que cada elemento da natureza possuía um tipo de átomo que o caracterizava. Vem depois o russo Mendeleieff em 1869 com sua Lei Periódica, onde os 65 elementos então conhecidos são dispostos em uma tabela que servirá de base a todas as posteriores.

O final do século XIX assistirá a uma triplíce descoberta que propiciará o aparecimento da Física Nuclear, graças à concepção científica de átomo que então se torna realidade. Assim, em 1895, Roentgen, pesquisando os efeitos de descargas elétricas no vácuo, descobre um tipo de raio até então desconhecido, que por isso mesmo será denominado Raio X. Henry Becquerel constata o fenômeno que seria batizado como Radioatividade, ao notar que chapas fotográficas virgens colocadas no interior de uma gaveta junto a amostras de sais de urânio, revelam-se o que só se poderia atribuir àquelas amostras.

Em 1898, Sir J. J. Thomson, na Universidade de Cambridge, dedicando-se ao estudo de raios catódicos, identifica, após várias experiências, o elétron e já em 1910 sua massa e sua carga são conhecidas com bastante exatidão. Com essa descoberta, Thomson propõe um modelo atômico que consistia de uma esfera relativamente grande (cerca de 2 ou 3×10^{-8} cm de diâmetro), de carga positiva, no interior da qual engastavam-se os elétrons. Na França, Pierre e Marie Curie ao pes-

quisarem a pechblenda, minério do qual é extraído o urânio, descobrem um mineral 1900 vezes mais radioativo que o urânio ao qual denominam Radium. Lançados estes alicerces, já em 1904, o físico japonês Nishida propõe a idéia de o átomo obedecer ao plano geral do planeta Saturno, onde este representaria a parte positiva e os anéis seriam os elétrons de carga negativa. Tal concepção será modificada pelo físico dinamarquês Niels Bohr em 1913 quando propõe um átomo semelhante a um sistema solar em miniatura onde o núcleo seria o sol; ao redor do qual e a distâncias relativamente grandes gravitariam, como planetas, os elétrons, em órbitas circulares ou elípticas. Não representando totalmente a realidade, continua ela sendo de grande utilidade para a visualização da estrutura atômica. Sir Ernest Rutherford e dois dos seus discípulos, Hans Geiger e Ernest Marsden, desejando estabelecer como se distribuíam as eletricidades negativa e positiva no interior do átomo proposto por Thomson, através da projeção de outras partículas sobre o átomo em estudo e pela observação da maneira pela qual as partículas fossem defletidas ou difundidas, chegam a conclusão que não confirmavam os cálculos baseados naquele átomo, principalmente face ao número de partículas que sofriam grandes desvios e concluem que a carga positiva, ao invés de se distribuir por uma esfera de dimensões atômicas, estava em verdade concentrada em volume muito menor, cujo diâmetro era apenas cerca de um décimo milésimo do até então considerado, ou seja 10^{-12} cm, ao qual denominou núcleo. Estes estudos realizados em 1910 e 1911 irão prosseguir, até que em 1914, ainda Rutherford identificará uma partícula subatômica de carga elétrica positiva e massa aproximadamente igual ao núcleo do átomo de hidrogênio, ao que chamou Próton. Identificados o próton e o elétron, aventaram os cientistas, de imediato, a existência de uma terceira partícula, pelo fato de determinados elementos de mesmas características químicas, possuírem pesos atômicos diferentes. James Chadwick, após exaustivas experiências, descobrirá uma partícula de massa aproximadamente idêntica ao próton, mas sem carga elétrica, que por isso mesmo será chamada nêutron.

Não encerraríamos essa primeira etapa do nosso histórico sem destacarmos entre os expoentes da ciência, Albert Einstein, matemático e alemão, radicado nos Estados Unidos e um dos maiores sábios da humanidade.

Afirmando na sua Teoria da Relatividade que a massa de um corpo em movimento não permanece constante, mas aumenta com a velocidade, Einstein chegou à conclusão de incalculável importância para o mundo, através de um raciocínio que, simplificado, poderá assim ser expresso: "se a massa de um corpo em movimento aumenta quando aumenta a velocidade e se o movimento é uma forma de energia (energia cinética), então o aumento de massa do corpo em movimento deverá provir de um aumento de energia", o que será o mesmo que dizer que a energia tem massa, chegando a mais famosa equação da história: $E=mc^2$, isto é, a energia contida em toda partícula de matéria é igual a massa do corpo em gramas, multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz em centímetros por segundo.

Tal equação dará resposta a muitos dos velhos mistérios da física, permitindo-se hoje afirmar que matéria e energia são apenas duas manifestações da mesma coisa e que, sob certas condições, a matéria pode ser convertida em energia e esta, em matéria.

II — Do conhecimento geral da estrutura atômica às bombas atômicas.

A década de 1930-40 registrou na Europa um avanço notável no campo da física nuclear, principalmente após o Congresso Internacional de Física realizado em Londres e Cambridge em 1934 e do qual participaram especialistas como Rutherford, Fermi, Joliot-Curie, Szilard e numerosos refugiados do regime nazista.

Seguindo a trilha aberta por Szilard que antevia a possibilidade de uma reação em cadeia através de reações nucleares com nêutrons rápidos, especulações estas de grande repercussão na imprensa e no mundo científico, Fermi com alguns colaboradores, (Pontecorvo, Segre, Amaldi, D'Agostino e Rasetti), estendeu as experiências com os nêutrons ao elemento urânio.

Impressionados com a imensa energia de ligação, baseada em suas 92 cargas positivas, duvidaram muitos físicos que se pudesse submeter um tal elemento a uma decomposição profunda. As primeiras experiências não originaram reações em cadeia como desejavam seus idealizadores, mas tão-somente isótopos ou elementos muito próximos aos bombardeados. Sobre essas experiências, Ida Noddack, química alemã, sugeriu a hipótese de que núcleos de urânio poderiam cindir-se para formar núcleos de massa igual à metade da massa do núcleo primitivo, hipótese que por contradizer os fundamentos da física nuclear até então conhecidos e não se apoiar em ensaios práticos, não merecem exames maiores.

De 1935 a 1938, em vários países da Europa, se intensificarão os estudos sobre os problemas de fissão de núcleos pelo bombardeamento de nêutrons, principalmente na Itália com Fermi, na França com Irene Joliot-Curie, Savitch, Halman e Kowarski e na Alemanha com Hahn, Meitner e Strassmann.

Tomando por base o pressuposto de Fermi, Hahn e Meitner começaram suas experiências com Th 232 que, bombardeado por um nêutron e o capturando se transformava em Th 233. Tal resultado fez com que voltassem suas vistas para o urânio. Observaram que os rádios-elementos formados pela ação dos nêutrons, apresentavam-se com propriedades químicas que os aproximavam dos elementos que lhe eram precedentes, difíceis de serem atribuídos aos transuranianos. A repetição dessa experiência foi feita por Hahn e Strassmann, após estudo de Irene Joliot-Curie e Savitch, em 1937, e comunicada por Hahn, através de uma carta à sua antiga assistente, Lise Meitner, que com Frisch, no laboratório de Niels Bohr, em Copenhague, a renovaram finalmente compreendendo-a. Ida Noddack estava certa: "o núcleo do urânio cindia-se realmente em dois fragmentos e, segundo o modelo da estrutura nuclear de Bohr, o núcleo sofria uma fissão — a fissão nuclear".

O mundo científico recebeu a comunicação da descoberta no dia 6 de janeiro de 1939. A partir desse dia, praticamente todos os cientistas

a repetiram e tal foi o interesse, que dois meses mais tarde, cerca de 40 memórias já tinham sido publicadas sobre o assunto em todas as partes do mundo.

Coube a Joliot-Curie e seus assistentes Halban e Kowarski irem mais longe no problema, ao afirmarem que não só os núcleos se cindiam, como também que ao ocorrer a fissão havia o desprendimento de nêutrons que iam fissionar outros núcleos dando origem a uma reação progressiva e com grande desprendimento de energia, que recebeu o nome de reação em cadeia. A menor massa de óxido de urânio necessária para a formação de uma reação em cadeia foi avaliada por Francis Perrin. Também a transformação de nêutrons rápidos em lentos e a conseqüente absorção mais fácil por outros núcleos, foi concebida por outros cientistas permitindo que já em meados de 1939 estivessem estabelecidas as bases para a construção de bombas e pilhas atômicas.

Várias descobertas serão realizadas nos anos de 1940 e 1941, principalmente nos Estados Unidos onde se encontravam vários e iminentes cientistas como Szilard e Einstein que escreveria a Roosevelt a famosa e histórica carta solicitando das autoridades o máximo empenho no setor nuclear, sob pena de os Estados Unidos serem suplantados por um inimigo eventual que assumiria assim uma superioridade esmagadora.

É, então, instituído o Comitê Consultivo do Urânio que a 1 de novembro de 1939 declarava em relatório ser possível o emprêgo da energia nuclear em bombas e como fonte de energia para fins industriais. Surge o primeiro fundo de pesquisas, seis mil dólares e já um ano mais tarde, dezesseis programas funcionam subvencionados pelo governo, num orçamento total de 300.000 dólares.

Em 1942, Vannevar Bush, presidente de pesquisas científicas, leva a Roosevelt a notícia de que existia a possibilidade de fabricação de uma bomba de urânio 235 ou plutônio 239, mas que para isso tornava-se necessário um crédito de 500 milhões de dólares, logo aprovado, criando-se assim, sob a direção do General Leslie R. Groves a organização denominada "Manhattan Engineer District."

Finalmente, após esforços notáveis, a primeira pilha atômica, construída sob o porão do estádio de futebol da Universidade de Chicago, começa a funcionar, desenvolvendo 0,5 Watt no primeiro dia, 2 de dezembro de 1942, atingindo 200 Watts a 12 desse mês.

Conseguida de maneira vitoriosa esta primeira etapa, os trabalhos prosseguirão num ritmo crescente, no maior esforço de guerra que se tem notícia na história, até 1945, quando então, numa experiência secreta, será acionada a primeira bomba atômica.

Do relatório oficial dessa experiência histórica são extraídos os trechos seguintes:

"A bem sucedida transição da humanidade para uma nova era — era atômica — se processou no dia 16 de julho de 1945, ante os olhos de um atento grupo de cientistas e militares de renome, reunidos nos desertos do Novo México, para testemunhar os primeiros resultados finais do seu esforço de 2 bilhões de dólares. Aqui, num remoto setor da base aérea de Alamogordo, 190 km a sudeste de Albuquerque, a pri-

meira explosão de átomos produzida pelo homem, a mais importante realização da ciência nuclear, foi conseguida às 5,30 da manhã desse dia. O céu escuro, derramando chuva e relâmpagos até a hora zero levaram ao auge o drama. Montada numa torre de aço, uma arma revolucionária, destinada a transformar a guerra, tal como a conhecemos, ou que pode ser mesmo o instrumento para terminar com tôdas as guerras importantes, foi posta em funcionamento, com um impacto que assinalou a entrada do homem num nôvo mundo físico. O êxito foi maior do que os cálculos mais otimistas. Uma pequena quantidade de matéria, o produto de uma cadeia de grandes estabelecimentos industriais especialmente construídos, liberou a energia do Universo prêsa dentro do átomo desde os começos do tempo".

E mais adiante: "Na hora marcada houve um clarão cegante que iluminou tôda a área, mais do que a mais clara luz do dia. Uma linha de montanhas a 5 km do ponto de observação se desenhcou em relêvo. Em seguida houve um enorme e demorado rebôo e uma onda de alta pressão que derrubou dois homens fora do centro de contrôlo. Imediatamente depois uma enorme nuvem multicolor se elevou a uma altitude de mais de 12.000 metros. As nuvens no seu caminho desapareciam. Em breve os ventos subestratosfêricos dispersaram a massa agora cinzenta.

A experiência terminara. O projeto era um êxito".

20 dias depois Hiroshima sofria o formidável impacto do primeiro ataque atômico. Um outro relatório oficial assim começa a relatar o fato: "Hiroshima, sétima cidade do Japão, principal centro administrativo e comercial do sudoeste do país, quartel-gêneral do 2º Exército nipônico e importante centro de suprimentos, com uma população superior a 340.000 almas, teve sua vida instantaneamente paralisada, e profundamente desorganizada. De todos os edificios da zona central onde se encontravam localizados os órgãos da direção civil e militar e do distrito residencial, apenas 50 prédios estruturados em cimento armado conservaram-se de pé e dêles, unicamente 5 puderam ser usados posteriormente. Os sistemas de transportes, os serviços de energia elétrica, telefônico e a pavimentação das ruas ficaram imprestáveis. Da população morreram no mesmo instante 30% e ficaram gravemente feridos 30%; os demais habitantes, presos de sintomas peculiares às radiações entraram em pânico, fugindo sem saber para onde, em atividades históricas".

A 9 de agosto, Nagasaki sofre o segundo e último ataque atômico e dois dias depois os japoneses se rendem incondicionalmente.

CONCLUSÃO

O término da 2ª Guerra Mundial não fêz parar as experiências com armas atômicas. Prosseguiram as americanas e já a 7 de outubro de 1947, Molotov anunciava que também a Rússia encontrava-se fabricando bombas atômicas. De fato, o registro sismográfico do Observatório de Saint-Maur revelava que se dera a 14 de julho de 1949, na Rússia, uma explosão nuclear, fato confirmado pelo govêrno soviético em 25. Também,

desde então, se tem verificado uma série de experiências naquele país.

Atualmente, além dos Estados Unidos e Rússia, também a Inglaterra e a França possuem engenhos nucleares e ultimamente os dirigentes da China Comunista proclamam que também lá se estará dentro em breve construindo bombas atômicas.

Quaisquer que sejam os acôrdos que se venham a firmar entre as nações possuidoras de armas nucleares não estará com eles encerrado o histórico da Guerra Nuclear. Pelo contrário, há que deixar-se páginas em branco, pois não duvidamos que muitos e muitos empreendimentos nesse setor, tornarão possíveis acontecimentos nunca dantes imaginados pelo homem.

BIBLIOGRAFIA

Histórico da Guerra Nuclear — Notas de Aula da EsIE — 1963

Átomos para a Guerra — R. Argentiére — Edições Pincar — 1957

O Universo e o Dr. Einstein — Lincoln Barnett — Edições Melhoramentos

Física (Magnetismo-Eletricidade) Francis Weston Sears — Ao Livro Técnico — 1956

Noções da História da Filosofia — Pe Leonel Franca S O J — Livraria Agir Editôra — 1952

Curso de Filosofia — Régis Jolivet — Livraria Agir Editôra — 1953

Os Grandes Pensadores — Will Durant — Cia Editôra Nacional

Reflexões sobre a História — Jacob Burckhardt — Zahar Editôres — 1961



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua** **tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



Você não acha que a biblioteca da sua unidade lucraria com uma assinatura de A DEFESA NACIONAL? Dê essa idéia ao responsável por aquela dependência.



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

(Continuação)

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO
Oficial de Estado-Maior

2ª PARTE — CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

III — O CICLO DE CAÇA AO ÍNDIO

A — ESCRAVIZAÇÃO DO ÍNDIGENA COMO IMPERATIVO ECONÔMICO

O ciclo da caça ao índio, que dá origem à eclosão do bandeirismo, surge com as exigências econômicas que logo se deparam aos povoadores de São Vicente, burgo agrícola pequeno e pobre.

Precisavam de braços para suas incipientes lavouras, de escravos para organizar os seus contingentes de homens d'arco afeitos à guerra e às condições climáticas da terra.

O vicentista, o piratiningano, cujas bandeiras assolam as populações pacíficas de índios selvagens ou os aglomerados humanos que os jesuítas reduziam nos povos ou missões, em terras do sul, nada mais fazem do que continuar com melhor aparelhamento, a usança primitiva das hordas selvageiras em suas guerras de escravização das tribos indígenas.

Em meados do século XVI era já veterano, no sul, o comércio de silvícolas capturados ou resgatados pelos vicentistas nas aldeias em que passavam. Mas as bandeiras propriamente ditas, organizações regulares dirigidas por chefes de grande notoriedade e auxiliados por índios aliados e, mais tarde, por mamelucos, têm suas origens na segunda metade do século XVI.

Quase todas são orientadas para o Sul. Abriu o ciclo, em 1561, a célebre bandeira de Anhembí que levou a guerra aos carijós, aliás, os mais visados.

No ano seguinte, sob a direção de João Ramalho, outra se apresta contra os índios do Paraíba.

As guerras contra os carijós prosseguem, em 1585, com a bandeira de Jerônimo Leitão capitão-mor de São Vicente. Em 1594 marchou Jorge Corrêa a guerrear esses índios. De 1600 em diante já as bandeiras se organizam com o propósito ostensivo de carrearem índios do sertão. São os "descimentos". No rumo do sul, seguem à prêa dos carijós Nicolau Barreto em 1602, Belchior Dias em 1607 e Fernão Pais de Barros em 1611.

A escassez do estoque índios mais próximos, foram obrigando as bandeiras a alargar progressivamente o seu raio de ação vindo a chocar-se

com a iniciativa jesuítica que, num movimento antagônico, internava pela selva dezenas de reduções catequizadoras.

Os ataques às missões, que partiam de Piratininga e São Vicente, não tinham o caráter de uma guerra de conquista e muito menos de religião. Eram simples aventuras comerciais pelas quais, os senhores de engenhos, necessitados de mão-de-obra e que não podiam adquirir escravos negros, contentavam-se com a mão-de-obra índia, mais barata.

Para o bandeirante, embora mais arriscado, era mais lucrativo atacar uma redução do que apresar, em plena selva, índios aguerridos e que viviam largamente dispersos.

O primeiro embate entre as duas vigorosas forças expansivas, rivais pela raça e antagônicas nos propósitos de que vinham animadas, ocorreu em Guaíra em 1619 onde os jesuítas contavam, desde 1610, com florescentes aldeamentos (ver "Bandeiras em Guaíra").

O segundo choque ocorreu no território do atual Rio Grande do Sul, sendo os jesuítas expulsos para a margem ocidental do Rio Uruguai (ver "Bandeiras no Rio Grande do Sul").

Um terceiro e violento episódio ocorreu ao sul de Mato Grosso, onde as reduções Itatins foram sendo espaçadamente atingidas pelas bandeiras desde o ano de 1622, para terminarem às mãos do fabuloso Raposo Tavares que desfechou em 1649 o assalto definitivo (ver "Bandeiras nas Reduções Itatins").

E até hoje difícil chegar-se a uma apreciação serena e desapassionada sobre a ação da Companhia de Jesus na América, mormente no que respeita às suas atividades no Prata e no Brasil meridional.

De qualquer forma, -porém, embora do ponto de vista humano a obra destruidora do bandeirante tenha sido um vandalismo, um verdadeiro crime contra a civilização e a espécie, não podemos esquecer que, do ponto de vista histórico e brasileiro, ela constitui uma verdadeira epopéia de força e de heroísmo, autêntica façanha de gigantes que engrandeceu territorialmente o Brasil e constitui para os brasileiros motivo do mais justo orgulho.

B — AS ROTAS DAS BANDEIRAS

Desde os meados do século XVI que os habitantes da costa e, seguramente, João Ramalho e seus companheiros de Santo André da Borda do Campo conheciam e trilhavam as picadas indígenas que, galgando a Serra do Mar, levavam de São Vicente e de Cananéia aos povoados espanhóis do Paraguai e daí ao Peru, através do alto Chaco.

O Peabiru, como o chamavam os aborígenes, alcançava Guaíra atravessando os Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, por onde os povos indígenas do interior comunicavam-se com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. A oeste do Paraná o caminho prosseguia, atingindo o Peru e a costa do Pacífico.

Os bandeirantes utilizavam-se do Peabiru em tôdas as direções, servindo-se tanto da linha tronco como dos seus ramais. Se marchavam

pela linha tronco, o itinerário era São Vicente, Piratininga (São Paulo). Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí e Piquiri; se seguiam pelo Tietê, atravessavam o Paranapanema próximo à foz do Pirapó, subiam pela margem dêste em direção ao Ivaí, que atravessavam pouco acima do seu afluente então denominado Rio Guia, margeando à esquerda do rio principal, até ao atual Campo do Mourão.

O Peabiru punha, assim, em contato os paulistas com duas grandes regiões que desde logo atraem a atenção dos colonizadores: com Guaira, situada a leste do Rio Paraná; e com a faixa costeira que se prolonga de Cananéia ao Mampituba, "habitat" de numerosas tribos carijós e tupinaens.

A iniciativa de dominação das tribos guairenhas, localizadas em território de direito castelhano, coube aos governantes do Paraguai, logo coadjuvados pelos jesuítas. A solicitação ao concurso dos inacinos partiu de Hernando Arias de Saavedra após os revezes que sofreu ao tentar submeter os índios guairenhos chefiados por Guairacá.

Sugerida a Felipe III, foi a submissão dessas tribos confiada aos padres de Loyola, por Carta Régia de 1608.

No que respeita aos Carijós, a iniciativa esteve sempre com os luso-brasileiros e manifestou-se, invariavelmente, sob a forma de agressões levadas a efeito pelos bandeirantes para fazer escravos.

A primeira bandeira assinalada no sertão dos Carijós é de 1585 e, sob o comando de Jerônimo Leitão — Capitão-mor de São Vicente — "durante seis anos assolou as aldeias de Anhembí"; em 1594 Jorge Correia, também Capitão-mor de São Vicente, dirige nova investida contra os Carijós e Tupinaens do sul de São Paulo e, no ano seguinte, Manoel Loeiro ataca os Carijós do litoral paranaguense.

1. Bandeiras em Guaira

O sertão de Guaira, a partir de 1607, passa a figurar na rota das Bandeiras. Nesse ano, Manoel Preto chega às proximidades de Vila Rica do Espírito Santo (via Ivaí), de onde traz numeroso gentio para a sua fazenda de Nossa Senhora da Expectação.

Em 1609 é Nicolau Barreto que, através do Piquiri, alcança o Paraná e atinge o Pilcomayo, em busca do ouro peruano.

Em 1611 Pero Vaz de Barros investe sobre Guira e é batido por Dom Antônio Añasco, governador do Paraguai.

Seguem-se nesses sertões: Sebastião Preto, em 1612; Lázaro da Costa, em 1615; novamente Manoel Preto, em 1618; Henrique da Cunha Gago, em 1623.

A 1 de outubro de 1628 Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto partem de São Paulo à frente de uma formidável bandeira que se estima constituída por 2.000 índios auxiliares e 900 mamelucos dirigidos por 69 paulistas de nomeada.

A expedição desceu para a costa, tornou ao planalto subindo a Ribeira do Iguape e, ao iniciar-se o ano de 1629, alcança Guaira, vinda de sudeste.

Aos brados de que iam expulsar os espanhóis daquela região que pertencia a Portugal, os bandeirantes assenhorearam-se das reduções de São Miguel, Santo Antônio, Jesus Maria, Encarnação, São Xavier e São José, enquanto que os jesuítas, que tinham reunido em Santo Inácio e Loreto os índios que haviam conseguido escapar à tremenda avalanche, resolveram abandonar Guairá e refugiar-se em Região mais abrigada, indo acocimar-se na mesopotâmia compreendida entre o Paraná e o Uruguai onde, desde 1626, já possuíam outras reduções.

Não se sabe se a mesma expedição ou se outra, em 1632, destruiu as aglomerações do Ivaí e do Piquiri com os burgos castelhanos de Vila Rica e de Ciudad Real, cujos habitantes escaparam, graças à interferência do bispo de Assunção. O que se tem como certo é que nessa ocasião Guairá foi totalmente varrida pelos paulistas e seu território inteiramente conquistado, não para um Brasil então inexistente mas para a capitania vicentista.

Em 1632 os paulistas transpuseram o alto Paraná e tomaram Santiago de Xerez, povoação espanhola localizada próximo às nascentes do Aquidauana; em prosseguimento, destruíram as reduções que os jesuítas vinham de formar com índios itatins: São José, Angeles, São Pedro e São Paulo, todas situadas a oeste do Rio Pardo em território do atual Mato Grosso.

Sucessivamente foram ainda destruídos pelos indomáveis bandeirantes as reduções de Conceição dos Gualaxos, Santo Inácio e Loreto em consequência do que os inicianos evacuaram em 1633 as aldeias de Santa Maria Maior e Natividade de Acaraig.

A grande maioria dos povos indígenas reduzidos à direção dos jesuítas eram guaranis, nos seus diversos matizes, porém índios de outras nações foram também aldeados.

A redução de São José era constituída de índios camperos; a de Los Angeles, de cainguangues e cabeludos; a de São Pedro, depois de mudada para São Tomé, de guaianazes (por alguns considerados tapuias); a de Concepción, de gualachos e guanazes, ambos guaianazes. Em outras, eram mais ou menos numerosos os carijós, pés largos, terminós e tupis.

Os índios aldeados pelos jesuítas subiam a mais de 100.000 por ocasião do ataque de 1629.

Foram mortos na peleja 15.000 e 60.000 foram escravizados e vendidos em São Paulo e em capitanias do Norte.

Foi tal a oferta de escravos índios que o preço que era de 100\$000 nesses mercados, baixou a 20\$000 por "peça", que era então como se qualificava o selvagem submetido à escravidão.

2. Bandeiras nas reduções itatins

Estes povos vinham sendo alcançados pelas bandeiras paulistas desde 1622, ano em que ali morreu Antônio Castanho da Silva.

Novos assaltos ocorreram em 1632 e 1644 sendo que neste ano Jerônimo Bueno, irmão de Francisco Bueno, foi batido e pereceu com toda a sua bandeira.

Mas a verdadeira derrocada destes povos teve início a 8 de setembro de 1647 quando nova bandeira atacou a redução de Nossa Senhora da Fé de Taré, forçando-a a retirar-se para o Apa, e foi reorganizar-se em Mboyboy onde, no ano seguinte, foi novamente atacada, ainda em fase de organização, pela bandeira de Antônio Pereira de Azevedo. (1 de novembro de 1648).

A bandeira de Antônio Pereira era parte da expedição que Raposo Tavares conduzia ao Peru. A tropa comandada por Antônio Pereira totalizava 200 brancos e mamelucos e mais de 1.000 índios.

Consumada a destruição do Itatim, Raposo Tavares, logo seguido de Antônio Pereira, atravessou o Paraguai rumo ao Peru seguindo a rota de Aleixo Garcia.

André Fernandes atacou Maracaju e Terecãni e, depois, Bolanges, Xerez e outras reduções. Esses assaltos produziram êxodo igual aos de Guaíra e Tapé, retirando-se os indígenas para os núcleos mais fortes das povoações espanholas limítrofes.

Com a expulsão dos itatins desse território teve fim a expansão castelhana sobre o médio Paraguai e ficou assegurado para Portugal o domínio do sul de Mato Grosso e, quiçá, do Amazonas.

3. Bandeiras no Rio Grande do Sul

Talvez tenha sido a de Belchior Dias Carneiro, em 1607, a primeira bandeira paulista que penetrou em território rio-grandense.

A esta expedição seguiram-se outras entre as quais a de Martins Rodrigues Tenório de Aguiar, em 1608.

A partir de 1635, já esgotados os mananciais de Guaíra, começam os paulistas a alargar o raio de suas excursões e, em princípio desse ano, parte o bandeirante Fernão de Camargo, o Tigre, com o intuito de escravizar os índios Patos.

Esta bandeira que, segundo parece, veio embarcada até Laguna ou talvez até a Lagoa dos Patos, pode ser considerada como a primeira invasão bandeirante no Rio Grande do Sul.

A esse tempo eram duas as linhas de acesso dos bandeirantes às terras dos Tapes: a primeira passava pela Laguna, transpunha o Pelotas em suas nascentes, despontava o Rio das Antas cujo vale descia pela margem ocidental até o baixo Taquari de onde alcançava as reduções dos Tapes no vale oriental do Jacuí; a outra linha de acesso era pela via marítima através a barra do Rio Grande, Lagoa dos Patos, Guaíba até o povoado de Guaíba-renda (atual Porto Alegre) ou, em prosseguimento, pelo Jacuí acima.

Decorreu o ano de 1635 sem que entrasse em território rio-grandense nenhuma bandeira paulista, não obstante as contínuas notícias de que os mamelucos se preparavam para assaltar as reduções jesuíticas.

Mas a 2 de dezembro de 1636 uma tropa de 140 bandeirantes e 1.500 tupis sob o comando de Antônio Raposo Tavares, assalta a redução de Jesus-Maria, a mais próxima do mar. Essa bandeira, que havia

partido de São Paulo em janeiro de 1636 parece ter vindo pelo caminho de Guaíra, atravessando o Taquari perto de sua foz e alcançara a redução de Jesus-Maria, situada à margem do Jacuí.

No ano de 1637 nova "razzia", desta vez chefiada por Francisco Bueno (ou por André Fernandes, para certos autores), cai sobre a redução de Santa Tereza de los Piñales que reunia, então, mais de 4.000 almas. Compunha-se a bandeira de 260 mamelucos além de numeroso contingente de aborígenes. Em grande número os índios foram aprisionados, tendo os demais fugido para outras reduções e, mesmo, para o Rio Paraná.

Em 1638 é a bandeira de Fernão Dias que vareja o sertão do Rio Grande.

Caindo sobre as aldeias de Caamo e Caágua, no mês de janeiro, reparte-se a bandeira a partir daí em duas colunas para atacar simultaneamente as reduções do Tape e do Uruguai. Uma dessas colunas assaltou São Carlos do Caapá e Apóstolos de Caaçapaguaçu destruindo-as, bem como as de Candelária e Caró. A outra coluna conquista as reduções do ibicuí e as restantes da Província do Tape: São Cosme e São Damião, São José, Santo Tomé, São Miguel e Natividade.

Em 1639 conseguiram os índios e jesuítas, dirigidos pelo guerreiro Nhienguiru e pelo padre Alfaro, esmagar uma bandeira paulista, em um combate, no qual foi morto o padre Alfaro, perdendo também a vida grande quantidade de paulistas, caindo outros prisioneiros. Estes foram entregues pelos padres, ao já célebre Dom Pedro de Lugo e Navarro, governador do Paraguai, então em visita às missões da margem direita do Uruguai.

Deu-se êsse combate nas proximidades da Caaçapaguaçu, em comêço de 1639, sendo que a bandeira avançava pela margem direita do Uruguai, segundo diz Teschauer.

Até o ano de 1641, haviam já os paulistas conseguido expulsar os jesuítas de todo "Tape", bem como se assenhorear da totalidade das reduções do Uruguai.

A grande região que hoje constitui o Estado do Rio Grande do Sul estava já por completo conquistada, quando os paulistas em 1641, cada vez mais estimulados pelas constantes vitórias tentaram capturar os índios fugidos para o território mesopotâmio e que se haviam localizado à margem direita do Uruguai, hoje província argentina de Corrientes.

Nesse ano, vinda pela margem direita do Uruguai, surgiu diante das recém-edificadas aglomerações jesuíticas a última bandeira que percorreu o Rio Grande e foi, provavelmente, chefiada por Jerônimo Pedros de Barros, sendo os paulistas surpreendidos por uma força de 4.000 índios escolhidos, à testa dos quais estava o morubixaba Abiaru e que dispunham de cerca de 300 arcabuzes e mesmo artilharia de bambu.

O combate que se travou próximo ao riacho Nbororé, durou três dias, terminando com a retirada dos bandeirantes.

Esse fato assinala, sem dúvida, uma encruzilhada histórica porque a descoberta, logo a seguir, das minas de Sabarabussu trouxe novos rumos às nossas bandeiras, desviando-as dos caminhos do Sul.

IV — O POVOAMENTO DO EXTREMO SUL

Diz o historiador João Ribeiro que em 1675, Laguna era o último estabelecimento português no rumo do sul e Buenos Aires o mais austral dos empreendimentos espanhóis. Entre ambos estendia-se um vasto trecho litorâneo, espécie de terra de ninguém, totalmente desabitado. Esta costa, desprovida de baías e ancoradouros, não favorecia o povoamento, retardando a colonização litorânea que estacionava ao norte.

A partir de 1676, porém, reacendeu-se o velho sonho luso de colocar no estuário as divisas do Brasil, cabendo a iniciativa do empreendimento ao Príncipe Dom Pedro, que estimulado talvez pela criação do Bispado do Rio de Janeiro, cujos limites alcançavam a margem esquerda do Prata, não hesitou em determinar se fundasse no Prata uma colônia portuguesa.

A — FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Dom Manuel Lôbo, Governador da Repartição do Sul, dando cumprimento às ordens recebidas, desembarcou na margem esquerda do estuário, em um ponto fronteiro à Ilha de São Gabriel, e lançou as bases de um Forte que denominou Nova Colônia do Santíssimo Sacramento (1 de janeiro de 1680) o qual, estruturado sob a forma de uma praça regular de quatro baluartes, era circundado por um fôss profundo e tinha acomodações para uma guarnição de 700 homens.

Iniciadas sem tardança as obras de fortificação, os rudimentares bastiões da cidadela foram artilhados com 22 peças de diferentes calibres, recebendo desde logo a praça forte uma guarnição de 360 soldados e cêrca de 30 famílias.

Mas a reativação da política expansionista portuguesa para o sul, trazia em si, como não poderia deixar de ser, o germe de contendas e dissídios que iniciados nesse mesmo ano se desenvolveriam por quase dois séculos.

Nesta longa série de lutas, duas etapas distintas devem ser consideradas: a primeira em que, tanto as ações militares como as demarches diplomáticas, giram em tórno da posse da cidadela, corresponde ao período de quase isolamento geográfico em que o acesso à Colônia se fazia apenas pela via marítima e fluvial e vai de 1680 até o assédio de 1735-37.

Durante êste longo período o isolamento em que se encontrava a praça forte lusitana, fê-la sucumbir a cada investimento militar tentado pelos castelhanos.

A paz de Utrecht e consequentes acórdos entre a Espanha e Portugal, segue-se um período de grande prosperidade para a Colônia, durante o qual tem início a humanização da faixa costeira que, da Laguna, demanda a Colônia.

O assédio de 1735 reflete o ciúme de Buenos Aires face à vigorosa expansão luso-brasileira que procura firmar-se no estuário platino, para onde a atraíam as possibilidades econômicas em ascensão e o volume de um tráfico que não cessava de crescer.

O Tratado de Madri (1750) vem reforçar a posição de Portugal no Continente de São Pedro, ao mesmo tempo que desperta na Espanha violento despeito.

Quando se abre a segunda etapa das lutas pela Colônia, após a Guerra Guaranítica, o "pampa" já está bastante povoado e a Colônia deixou de constituir um baluarte isolado.

Cevallos, o grande general espanhol, compreendendo isso perfeitamente lança-se, não apenas ao assalto do bastião luso, mas à conquista de todo o Continente de São Pedro. (Campanha de 1672-1777).

Isolada face ao inimigo, a Colônia não poderia subsistir e sucumbe, finalmente, a 6 de julho de 1777. Mas, das duas pontas de lança corajosamente lançadas — Colônia e Laguna — parte a conquista do Continente de São Pedro que os tropeiros paulistas já vinham percorrendo desde os fins do II século.

A fundação da Colônia assinala, pois, para o Rio Grande do Sul que durante 52 anos pertencera à capitania doada aos Corrêa de Sá, a fase preparatória do povoamento, mercê do conhecimento mais exato da região e das vantagens decorrentes de sua situação privilegiada. A imensa vastidão de seus campos, nos quais o gado se reproduzia em condições ótimas, despertaram no governo da metrópole o desejo de consolidar o domínio que pretendia exercer até o Rio da Prata.

B — SOROCABA, LAGUNA E A IRRADIAÇÃO PARA O SUL

Fundada a Colônia, na realidade um entreposto de comércio e contrabando, começam as incursões de aventureiros, que, de Laguna, passaram a demandar o Prata.

Polarizada por êstes dois núcleos demográficos, malgrado a imensa distância que os separava um do outro, a atração se faz sentir e surgem os caminhos.

O primeiro, aberto por Domingos Filgueira é de 1703, e liga o Rio de Janeiro à Colônia passando por Laguna.

O objetivo era a prêa ao gado cuja procura crescente, dado o incremento da mineração nos chapadões centrais, intensifica as correrias dos paulistas rumo ao Prata.

Só um traficante — Cristóvão Pereira — sobe para São Paulo em 1732 conduzindo uma tropa de 3.000 cavalgadas, com destino a Sorocaba, o grandê centro distribuidor.

E o comércio é tão importante que Cristóvão Pereira — o mais notável desses fabulosos tropeiros — goza de proteção oficial proporcionada pelo Conde de Serzedas.

Mas, seja pelas dificuldades da travessia ou por outra qualquer causa, só em 1715 fizeram os lagunistas, por ordem do Governador de São Paulo e Francisco de Britto Peixoto, Capitão-mor de Laguna, a penetração no litoral rio-grandense, indo até às paragens do Maldonado, Montevidéu e Colônia do Sacramento, então abandonadas.

Dessa empreitada trouxeram gado bovino e cavalos e, embora nenhuma povoação tivesse sido iniciada, ficou o conhecimento mais minucioso da zona e das vantagens que ofereciam os campos que atravessaram.

Iniciada a partir de Laguna, a penetração abrangeu de começo a magra faixa costeira entre as lagoas e o oceano. Mas, a atração dos campos férteis, foi dilatando a nossa área de conquista no sentido do oeste e do sudoeste e as incursões de prêa ao gado passaram a ser praticadas, também, na zona mais fértil situada a ocidente da Lagoa Mirim. Por aí os tropeiros alongaram suas incursões até as vizinhanças de Maldonado, através o vale do Cebelati.

Pouco a pouco, o constante incremento da movimentação dos rebanhos, impõe o segundo caminho pela serra que, aproveitando as chapadas onde se intercalam as matas e as clareiras campinosas, oferecem melhores recursos para as boiadas em viagem. Dessa forma, a partir de 1720, os caminhos que irradiam de Sorocaba, peneiram no Rio Grande não só pelo litoral, mas também por três pontos do planalto: Passo Fundo, Vacaria e Nonoai.

Dá por diante são comuns os “arranchamentos” dos tropeiros sorocabanos e lagunenses, numa ampla faixa que vai do Rio Pelotas nos Campos do Viamão. E foram eles que, estabelecidos em “pousos” — estâncias — aí se demoraram na faina de reunir o gado “caçado” ou aquêles que negociavam com os charruas e minuanos.

O povoamento inicial do extremo sul foi, portanto, uma decorrência natural das atividades dos tropeiros sorocabanos e lagunenses que, em seu desdobramento sobre o “pampa”, vão se fixando à terra e evoluindo de simples tropeiros para invernadores e, finalmente, criadores.

C — OCUPAÇÃO DA MARGEM NORTE DO CANAL

A importância crescente do comércio de gado, a par da auspiciosa conquista do continente que já se esboçava, vieram demonstrar a necessidade de se implantar um ponto intermediário de ligação entre Laguna e a Colônia cuja maior vantagem seria a de estender, para o Sul, a confirmação da posse portuguesa sempre ameaçada pelo pernicioso Tratado de Tordesilhas.

Com este propósito Rodrigo César determinou ao Capitão-mor de Laguna, Francisco de Britto Peixoto, que reconhecesse o Rio Grande

de São Pedro (Canal) e ali estabelecesse um pôsto capaz de evitar a penetração de espanhóis e de índios.

Surge, assim, fundado por João de Magalhães, à margem norte do Canal, o primeiro núcleo estável criado pelos lusos em terras do Rio Grande (novembro de 1725). (Localização aproximada da atual São José do Norte).

Mercê da segurança proporcionada pelo pôsto de João de Magalhães, rapidamente se estenderam as estâncias pelos campos até ao Rio Grande (Canal), e mesmo o ultrapassaram em fins de 1735.

Já se esboçava, pois, por iniciativa privada, a colonização do extremo sul quando Portugal, tardiamente, tentou firmar a posse de todo o litoral até a Colônia do Sacramento lançando, para êsse fim, a mal organizada e pior dirigida expedição a Montevideú (1724).

Esta iniciativa redundou em mais do que fracasso, pois estimulou os brios dos governantes espanhóis no Prata, e trouxe a fundação nesse ponto, por Espanha, de forte centro que com a guarda de São João bloqueava a atalaia portuguesa.

D — FUNDAÇÃO DO PRESIDIO DO RIO GRANDE

No decorrer do assédio à Colônia do Sacramento iniciado em 1735, ficou resolvido pelo governo de Portugal não só o livramento da Colônia, como também a tomada de Montevideú e a fundação de um pôsto militar no Rio Grande de São Pedro.

Grande expedição foi aprestada no Rio de Janeiro, que fêz levantar o bloqueio marítimo da Colônia do Sacramento e, depois de fracassar em suas idéias de ataque a Montevideú, veio fundar na margem Sul do Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1737, o Presídio Jesus-Maria-José, origem da atual cidade do Rio Grande.

José da Silva Paes, comandante das forças de terra, que seguiam para o Prata com a tríplice missão, ao chegar à Ilha de Santa Catarina a 3 de julho de 1736, incumbiu o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu de precedê-lo na região do Canal e tomar medidas preparatórias.

Cristóvão Pereira de Abreu, grande conhecedor da zona que trilhava havia mais de 15 anos, conduzindo tropas de gado dos campos de Montevideú, Maldonado e Colônia do Sacramento para Laguna e São Paulo, organizou uma força de 160 homens, atravessou o Canal e foi postar-se na margem sul do Rio Grande (Canal) na península fronteira à posição escolhida para a travessia.

Escolhido o local nêle mandou levantar um fortim quadrangular, montando nos ângulos quatro peças de pequeno calibre e ampliou a defesa da posição estendendo-a até ao arroio distante duas léguas, onde montou uma guarda de um tenente e 12 praças.

Mais ao sul, nas margens do arroio São Miguel, instalou outra guarda composta de 60 homens e um capitão.

A escolha dêsses pontos, todos mais tarde confirmados por Silva Paes, indicam bem o quanto Cristóvão Pereira de Abreu era conhecedor da região.

Fracassada a expedição a Montevideu, veio Silva Paes para o Rio Grande de São Pedro para tentar a última parte de sua missão.

Partindo de Maldonado por volta de 10 de fevereiro com seis embarcações chegou à barra do Rio Grande a 15 e desembarcou a 19 na margem direita do Canal; examinou tôdas as posições tomadas por Cristóvão Pereira de Abreu, assentou as medidas de segurança e levantou a fortaleza sob a invocação de Jesus-Maria-José, construída de forma regular com quartéis para sua guarnição. No local fêz erguer um templo que dedicou a Sant'Anna.

Estava, pois, iniciado o segundo núcleo de povoação no Rio Grande, onde Silva Paes permaneceu até 11 de dezembro, quando passou a direção ao Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho e recolheu-se ao Rio de Janeiro.

A partir de 1742, recebeu a comandância militar do Rio Grande de São Pedro as primeiras levas de colonos açorianos que, localizando-se ao solo lhe deram o início de seu desenvolvimento agrícola e mais tarde, por seus descendentes, poderosos braços para a defesa do território.

Com o Presídio do Rio Grande, fundado com o objetivo de organizar um sistema de guardas avançadas na fronteira sul e assegurar à Colônia apoio eficiente, começa a colonização militar do Continente.

Conjugando objetivos estratégicos e econômicos, foi o Presídio o ponto inicial de nossa arrancada em força sobre o Rio Grande e Silva Paes o primeiro conquistador oficial.

De tal alcance foi a fundação do Presídio que, em 1763, considerável área de nossa expansão já alcançava Rio Pardo e, para o sul, ultrapassava o Chui e chegava à Angustura de Castilhos, totalizando umas cem léguas de latifúndios que tinham, como centro de dispersão e ponto de apoio, o pequeno núcleo militar de Silva Paes.

E — O CICLO AÇORIANO

No Brasil a conquista militar precedeu sempre a radicação efetiva do homem à terra.

Assim também ocorreu no Rio Grande onde a metrópole, sentindo firme o domínio político do território, cogitou imediatamente de ocupá-lo.

A iniciativa partiu do próprio Silva Paes e os primeiros casais de açorianos, emigrados de Santa Catarina em 1742, instalam-se em Viamão e Porto dos Casais.

Embora legítimos agricultores, os ilhéus não resistiram, no Rio Grande, ao atrativo das estâncias e, com o incremento dessa corrente imigratória cujas últimas levas chegaram já em começos do século XIX,

foram sendo povoadas de fazendas as duas margens da Lagoa dos Patos, a faixa litorânea até a fronteira uruguaia e os baixos vales dos formadores do Guaíba.

A campanha propriamente dita só começará a ser trilhada quando Gomes Freire e Ituriaga concentrarem suas forças na Fazenda de São Miguel das Missões, onde o índio Sepé Tiaraju os irá enfrentar.

F — O ELEMENTO HUMANO

Produto dos velhos troncos lagunenses e paulista, aos quais se associa o açoriano desde meados do século XVIII, vai surgindo enxertado na fertilidade das cunhãs indígenas, a figura humana do continentino, filho semibárbaro do "pampa".

Criado no fogão do minuano, que o paulista tornou amigo da raça branca, representa ele um produto especialíssimo do meio onde o gado, elemento principal da vida, exerce função sócio-econômica de relêvo e imprime ao homem uma feição tôda singular, que o distingue de todos os seus irmãos da vasta colônia portuguesa.

Por outro lado, nos acampamentos das tropas espanholas que bloqueavam por terra a Colônia do Sacramento, plasmava-se um outro tipo regional: o oriental, mistura de castelhano e índias missioneiras que acompanhavam os exércitos guaranis aos teatros de operações.

Tanto um como outro constituem o clássico gaúcho, fruto dos mesmos fatores e produtos da mesma civilização semibárbara — a civilização do couro — baseada no cavalo, no gado alçado e nas campinas infinitas. Um e outro, oriundos de um tronco branco afim — o ibérico — larga e indiscriminadamente enxertado na prolífica estirpe vermelha, o gaúcho — quer sul-rio-grandense, quer platino, quer argentino — não se distingue nos primeiros tempos da colonização senão pela língua que utiliza.

No resto é idêntico tanto nos caracteres somáticos, como nos hábitos de vida, usos e costumes.

O tempo é que, progressivamente, irá fixar uma ou outra característica peculiar a cada nacionalidade.

São eles — continentinos e orientais — que daqui para adiante arcarão com os maiores ônus da guerra: desde os melhores cavalos de suas estâncias, o feijão, o arroz e o trigo de seus paióis até o sangue dos seus filhos; eles, em números sempre crescentes, estarão permanentemente na primeira linha de combate porque enquanto os demais lutam para manter uma conquista, estes batem-se pela própria terra e sacrificam-se para mantê-la integrada na nacionalidade a que pertencem pelo sangue e pela cultura.

E enquanto, a pata de cavalo e golpes de espada, consolidam-se na vastidão indefinida das coxilhas as lindes uruguaio-brasileiras, continentinos e orientais evoluem no pragmatismo cultural luso-brasileiro e hispano-americano de forma a integrar-se, o primeiro, na comunidade brasileira e constituir-se, no segundo, no cerne da nação uruguaia.

(Continua no próximo número).

IMPORTÂNCIA DA INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA

Capitão LUIS ANÍBAL SÁNCHEZ C. (Revista Militar, Equador, março-maio de 1964).

Trad. do Major RUBENS MÁRIO JOBIM,
Oficial de Estado-Maior

Apesar de nos encontrarmos na era das armas nucleares, bombas de hidrogênio, projéteis teleguiados e cápsulas espaciais, é indispensável e fundamental adestrarmos nossos soldados para o emprêgo na selva. Exércitos modernos, como os dos EE. UU., França, Japão, URSS, Alemanha, Inglaterra e o do Brasil que, em data recente, criou uma escola dessa natureza, — mantêm em constante atividade as suas escolas de treinamento de guerra na selva. Os próprios astronautas recebem essa classe de Instrução no famoso Centro de Fort Sherman (Zona do Canal). Nessa escola em constante evolução, que recebe em seu seio milhares de alunos de tôdas as repúblicas americanas, procura-se estudar e compreender tôdas as técnicas, experiências e ensinamentos colhidos em tôdas as partes do mundo.

Como aproximadamente uma terça parte da superfície da terra compõe-se de áreas tropicais ou selvas, torna-se evidente que poderemos ser forçados, em guerras futuras, a combater em zonas de selva. Se assim fôr, devemos estar em boas condições, físicas e mentais, para enfrentar o inimigo, de várias formas, nessas áreas.

A Segunda Guerra Mundial demonstrou sobejamente, em particular nos teatros da Malásia e Filipinas, como era importante preparar, especificamente, certo tipo de tropas para o emprêgo na selva. Foram amargas as experiências vividas e contundentes os desastres sofridos pelos exércitos que não estavam para isso preparados em relação àqueles que, de certo modo, podiam considerar-se, nessa ocasião, os mestres da guerra em zona tropical. Foram duras, cruentas e pesadas as exigências de última hora, que, como é lógico, não se podiam sanar de imediato, enquanto não se dispusesse de tropas especializadas adestradas.

O interesse em áreas tropicais aumentou consideravelmente, em consequência dos acontecimentos dos últimos anos. A Segunda Guerra Mundial, em grande parte, desenrolou-se nas selvas do Pacífico Sul e Central e nas selvas das Filipinas, Nova Guiné, Malásia, China, Birmânia, Índia e Indochina. Vários dos Exércitos comunistas do mundo

encontram-se atualmente em áreas tropicais: o Vietminh, no Viet-Nam do Norte, o Pathet Lao, próximo ao Laos, e, da mesma forma, o dos "Barbudos" de Fidel Castro. As áreas tropicais não só foram importantes no passado; atualmente também o são e devem ser consideradas como um fator potencial para o futuro. Se fitamos retrospectivamente a acontecimentos militares no Equador, — e consideramos sua imensa área de selva, a saber, na Costa, Província de "El Oro" e Oriente —, se recordamos os acontecimentos de 1941 e a maior parte dos acontecimentos políticos de nossa vida nacional e, ainda mais, que em data recente os elementos amorfos e filocomunistas da extrema esquerda quiseram destruir nossa pátria com seus treinamentos em Santo Domingo de Los Colorados, chegaremos à conclusão que a ameaça de combate terrestre, para o Equador, provém de áreas selváticas, e que a aptidão para combater em tais áreas faz-se obrigatória para todos os membros das forças de combate terrestre.

A selva não é amiga nem inimiga, é neutra. O grau em que a selva o ajudará ou o atrapalhará, quando opere ou viva em seu seio, depende dos conhecimentos técnicos e dos hábitos adquiridos na instrução, e também da sua engenhosidade, determinação e tenacidade. Para uma existência satisfatória e cômoda na selva, há necessidade de hábitos sólidos de higiene pessoal e profilaxia. A sobrevivência nessa manta formosa, imensa e verde chamada "selva", constitui a parte mais importante da fase inicial do adestramento de um soldado em um curso de selva.

Nenhum obstáculo é inacessível ao soldado adestrado para combater na selva, sejam penhascos, rios, matas densas ou pântanos, se conhece as técnicas para vencê-los, — ainda que só com esforço venha a poder ultrapassá-los.

Algumas pessoas têm um medo inato aos répteis e aos animais da selva. Mas a recíproca também é verdadeira. Quase sem exceção, os habitantes da selva retrocedem ao encontrar o homem. Os animais, em geral, não atacam o homem. Todavia, se molestados ou provocados, defendem-se da única maneira de que são capazes... morrendo ou destroçando com suas garras. Os habitantes da selva proporcionam-nos alimento em bundância. É sabido que se pode matar, cozer e comer com confiança todo o animal de pele.

O bom êxito do adestramento no combate em clima tropical depende do emprêgo adequado das informações relativas à aclimação, — desordens causadas pelo calor e regras básicas que podem ser aplicadas para resistir a seus efeitos.

As Unidades grandes não poderão subsistir na selva, servindo-se da produção natural da terra. Grupos pequenos, porém, de três, quatro, cinco e dez homens viverão adequadamente nessas áreas. Encontraremos, contudo, alimentos aproveitáveis pelo homem, para a sua sobrevivência, em grande quantidade e variedade. O Oriente Equatoriano é rico nêles. Podemos perfeitamente sobreviver se soubermos como distingui-los e utilizá-los.

A rapidez e a precisão em reagir aos acontecimentos inesperados são necessárias ao combatente, se quer sobreviver para destruir o inimigo. As técnicas básicas da Infantaria podem ser aplicadas com êxito, desde que respeitadas certas peculiaridades e obstáculos que a selva apresenta. O inimigo é raramente visto, exceto num encontro de surpresa. O perigo de uma emboscada, mesmo para pequenos grupos, é uma ameaça constante. A selva requer resistência física, mas também firmeza e habilidade para resolver os problemas que se apresentam e que, obviamente, podem também surgir no emprego contra o inimigo.

Apesar das servidões que a selva impõe ao alcance do assalto, as armas de combate a curta distância têm aplicação. A espingarda, por sua própria natureza, presta-se para emprego, como arma ofensiva individual, ou para defesa a curta distância. As principais vantagens oferecidas pela espingarda, como arma de combate a curta distância na selva, são: ampla cobertura da área objetivo; grande choque produzido pelos projéteis, grandes e múltiplos, da carga do cartucho; rápido emprego da arma, permitido por seu leve peso, tamanho e desnecessidade de apontar com precisão.

No Curso de Selva reveste-se de importância, como matéria, a guerra de guerrilhas na selva, que é tão antiga quanto a história, já que, por exemplo, Espártaco, o escravo, que desafiou e combateu o Exército Romano nos anos de 75-71 a.C. teve êxito porque aplicou as técnicas de emprego de tropas na selva, em guerrilhas. As guerrilhas contribuíram para a queda de Napoleão; líderes guerrilheiros também surgiram durante a Guerra Civil Norte-Americana, tais como o General Nathan, e, em época mais recente, na guerra civil espanhola e na guerra russo-alemã. A magnitude deste problema cresce quando consideramos a Segunda Guerra Mundial. Grécia, 1946-49; Malásia, 1950; Indochina, 1954, e Cuba, atualmente; e não esqueçamos a China, que ainda mantém o esforço principal no aumentar seu potencial para a guerra de guerrilhas. *Evasão e fuga* é outro exercício da maior valia. Requer uma grande devoção ao serviço, tal como o formulado num código de conduta; requer determinação, resolução e coragem. Os princípios inerentes às técnicas de evasão e fuga são similares aos da exploração e do patrulhamento; e a selva, por sua própria natureza, favorece o evasor e o fugitivo.

Convém recordar ser um dever continuar resistindo ao inimigo, em caso de captura. Todas as normas estabelecidas da organização militar — autoridade hierárquica, lealdade aos companheiros — devem continuar a ser rigorosamente cumpridas. Tudo quanto possa contribuir para estorvar, molestar e combater o inimigo deve ser pôsto em prática. A palavra chave dessa situação é: FUGA.

Ao salientarmos vários aspectos do adestramento em foco, logo surge a importância da *camuflagem*. Durante a Segunda Guerra Mundial, sua aplicação acertada pelos japoneses contribuiu material-

mente para o êxito dos mesmos como combatentes na selva. Revelando grande habilidade nas técnicas de camuflagem, os japoneses colocavam atiradores emboscados nas áreas por onde as forças dos EE. UU. avançavam, com a missão de aniquilar os chefes americanos. Era um de seus ardis favoritos. Os resultados dispensam comentário.

A incursão, noturna ou diurna, é outro dos exercícios grandemente praticados. A incursão é característica do emprego de tropas na selva, pois que estas se adentram em território inimigo com a finalidade de cumprir uma missão específica, sem intenção de ocupar o terreno. A campanha de Burma, na Segunda Guerra Mundial, mostrou sua eficiência.

A selva apresenta grandes dificuldades às comunicações, pela vegetação densa, clima úmido e irregularidades do terreno. A capacidade do equipamento disponível é grandemente reduzida. Os problemas relativos à sua manutenção são maiores. Apesar disso, pode-se manter comunicações eficientes, se se leva a efeito uma ação positiva, um planejamento apropriado e completo, assegurando o máximo rendimento do equipamento disponível.

Uma arma de vital importância, como vimos, é a espingarda, já empregada em guerras anteriores. Na Primeira Guerra Mundial, a espingarda calibre 12 com grãos de chumbo foi usada com verdadeiro êxito na guerra das trincheiras. Em realidade, foi tão eficiente seu emprego pelas forças dos Estados Unidos, que os alemães o classificaram de "barbárie" dos americanos. Na Malásia, durante nove anos de luta na selva, os ingleses empregaram, amplamente e com êxito, a espingarda contra os terroristas comunistas. O parágrafo seguinte foi extraído do Informe Oficial do Alto Comando Operacional da Federação Malaia, intitulado: "A conduta de operação antiterrorista na Malásia", que diz: "A cada Batalhão da Mancomunidade distribuiu-se 50 espingardas com carregador de 5 cartuchos; estas armas, que cobrem uma área objetivo e são letais a curta distância, serão a arma principal nas emboscadas noturnas; leves e fáceis de transportar, são apropriadas para emprego pelos elementos avançados de uma patrulha".

Todos sabemos que não podemos alcançar a vida civilizada isoladamente. Mas a reunião em povos somente se pode realizar com indivíduos que tenham os meios econômicos para viver permanentemente agrupados; êsses meios, no início dos aglomerados humanos, são o pequeno comércio e os ofícios artesanais.

Todo o pessoal da força terrestre do Equador está obrigado a prestar serviços na Região Oriental. E, pois, seu dever conhecer os problemas étnicos da região onde vai servir e que tanto necessita de sua ajuda. Mas, não se trata de abranger toda a Etnologia, que é a ciência que estuda as raças e povos humanos atuais e pré-históricos, em todos seus aspectos e relações mútuas: origem, distribuição geográfica, explicação causal, manifestação de sua cultura material, social

e espiritual. No treinamento de guerra na selva, que se tem levado a efeito no Equador, em cursos para oficiais, estudou-se já etnolôgicamente os povos do Oriente: as comunas indígenas do Pindo, do Tena, Índios Siona, Aucas, Tetetes, Centro Agrícola de Macuma, Jíbaros e Cofanes, pois é o Oficial ou Classe quem deve adaptar-se ao meio no qual se encontra e não o meio a êle.

Da mesma forma, há necessidade de conhecer as estradas que se constroem ou se projetam. É preciso ter uma idéia geral das dificuldades e meios econômicos de que dispuseram as Companhias de construção ou organismos encarregados dessas obras. O Oriente Equatoriano, vasta superfície triangular, encravado nas origens da bacia amazônica, é uma das pedras angulares do desenvolvimento, não só do Equador, mas também da América Latina. Torna-se imperativo utilizar em proveito dessa região os meios que a civilização moderna oferece.

Penso ter demonstrado, ainda que brevemente, a importância de adestrarmos, de maneira particular, nossos oficiais e tropas para o emprêgo na selva. Em data próxima, a Escola de Selva preparará nossos homens armados, de modo brilhante, para o bem profissional dêles, da Região Oriental e da Pátria.



NOSSO APÊLO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-nos-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

A ESTRATÉGIA NUCLEAR DOS ESTADOS UNIDOS

Transcrito da "Revista Militar, n. 7, Julho de 1964, Portugal.
(Traduzido da "Revue de Defense Nationale" — Junho de 1964)

Desde 1945, limiar da era nuclear, que o aparecimento de gerações sucessivas de novas armas, sempre mais temíveis, tem suscitado uma evolução no pensamento militar. As concepções estratégicas são modeladas sobre situações cambiantes das forças respectivas de cada um dos dois adversários: Estados Unidos e URSS. Várias fases principais assim aparecem: o primeiro período é assinalado pelo monopólio americano da arma atômica. No decorrer do segundo período, os soviéticos conseguiram, progressivamente, constituir a sua própria força de dissuasão, cobrindo assim uma parte da distância que os separava dos seus adversários. Um novo elemento de instabilidade perturbou o sistema das forças estratégicas, logo que, em 1957, os soviéticos lançaram os seus primeiros mísseis intercontinentais e o seu primeiro satélite espacial, o "Spoutnik"; foi um período que os americanos designaram pela fórmula de "missile gap". E, enfim, desde 1960, os Estados Unidos têm empreendido um esforço considerável para consolidar e aumentar a sua vantagem; eles calculam que tenham atingido o seu objetivo e que o desequilíbrio, na hora atual, joga, nitidamente, a seu favor.

I — A MANOBRA ESTRATÉGICA

a) Conceção geral

A política de defesa do governo americano é fundada sobre a hipótese permanente, válida em cada uma das fases estratégicas, da superioridade das forças nucleares americanas. No que respeita a esta hipótese, o esforço dos Estados Unidos em matérias de armamento é, pois, função do esforço dos soviéticos. Deverá sempre permitir a manutenção de uma margem de segurança suficiente, tendo em conta os erros devidos à imprecisão das informações. Seja qual for a forma inicial do desencadeamento das hostilidades, esta margem é destinada a permitir aos EUA meios de comando e reservas estratégicas, que lhes permitam, no caso citado, ganhar, finalmente, a guerra.

Segundo Mac Namara, as forças estratégicas americanas são destinadas a dominar a dos soviéticos, sobre toda a superfície do globo. "A sua zona de ação é mundial".

Todavia, o mundo divide-se em zonas geográficas naturais, cuja compartimentação permitiria a limitação de certos conflitos, a uma ou a algumas dentre elas, sem extensão obrigatória às outras. As forças estratégicas não interviriam diretamente em tais conflitos, mas pesariam sobre o seu desenvolvimento, "só pela ameaça da sua utilização".

Os americanos batizam os compartimentos assim definidos com o nome "Teatros de guerra limitados". A zona europeia da OTAN é um deles; a África, o Sudeste Asiático, certas zonas marítimas ou espaciais, são outros.

O jogo estratégico americano consiste em manobrar sobre estes diferentes compartimentos, por pressões graduadas (dissuasão), ou pelo emprego (defesa) dos meios militares em cada um deles e o grosso das forças nucleares constituindo uma reserva maciça para utilizar em última instância.

Por motivo das enormes destruições que o emprego destas forças provocaria, os dois adversários têm interesse em evitar servir-se delas. Entretanto, a superioridade estratégica americana atingirá o seu pleno efeito se os russos pesarem que os americanos tomarão, em certos casos, a iniciativa da guerra termonuclear. Para que esta ameaça seja eficaz, deverá pois, antes de tudo, ser plausível no espírito dos russos. Não é necessário que o seu domínio de aplicação lhes seja revelado claramente. A ameaça, mantendo-se vaga, deixar-lhes-á, para resolver, um problema de investigação das verdadeiras intenções dos americanos: a incerteza da sua solução será a natureza a torná-los circunspectos.

Entretanto, uma ameaça insuficientemente definida tem o inconveniente de deixar a porta aberta a perigosos erros de apreciação. Foi o que aconteceu, segundo parece, ao lado soviético no Outono de 1962, em Cuba.

Em presença do dispositivo estratégico assim estabelecido, os soviéticos serão obrigados, para manter uma vantagem num teatro determinado, a transpor os limiares sucessivos de dissuasão e defesa, constituídos pelos meios militares locais ou para lá transportados.

Os obstáculos assim opostos serão mínimos ao princípio, mas a sua amplitude irá aumentando sem cessar e o mecanismo, uma vez pôsto em ação, exprimirá, para os soviéticos, uma ameaça cada vez mais grave. Se eles estiverem persuadidos da determinação americana, serão inclinados para ceder, antes que o conflito transborde dos limites do teatro em causa.

Esta estratégia americana abandona ao adversário a iniciativa de decidir quanto ao nível em que as operações militares devem ser sustadas, para evitar o pior. O mais fraco dispõe, assim, duma latitude de que o mais forte se desapossa. Se bem que possuindo a superioridade estratégica, os americanos não terão de escolher, depois de cada "escalão", senão entre operações militares compreendidas entre dois limites: estes deverão ser bastante fortes para ser tecnicamente válidos,

mas suficientemente moderados para não desencadear um ataque "pre-emptivo" ou um desfecho incontrolável. Além disso, as precauções deverão ser tomadas com a determinação das ações a escolher, para evitar modificações da natureza de "jogada", pondo em causa elementos novos, por exemplo certos interesses vitais.

Para as reservas acima indicadas, o mais forte guardará a iniciativa do conjunto. Sucederá sempre de forma a deixar aq mais fraco uma porta de saída e oferecendo-lhe, por um viés político, a possibilidade de escapar ao impacto militar.

Conservando, assim, o contato político com o adversário, o governo americano conta no decorrer duma crise, manter em constante relação a ameaça que pesa sobre o seu inimigo e as saídas que lhe permitem recuar. Ele evita de o forçar a uma ação desesperada. Os contatos mantidos para esse efeito são de diferentes espécies: podem ter lugar na ONU, em conferências de desarmamento e, diretamente, entre Chefes de Estado.

Na aplicação desta estratégia, os peritos americanos são levados a pesar, com uma precisão extrema, tôdas as conseqüências das decisões que eles propõem. Conservam, em cada momento, o maior número possível de opções e orientam, com precaução, o adversário para uma solução evitando todo o agravamento inútil, livre de aceitar um compromisso, para evitar os riscos.

b) Conduta da manobra

A condução medida e precisa de tais manobras estratégicas, exclui qualquer perturbação que se arrisque a afetar a segurança do seu controle. O emprego inoportuno das armas nucleares táticas sobre teatros de operações limitadas, assim como o uso, mesmo seletivo, de armas estratégicas, constituem fontes de perturbações que a Secretaria da Defesa procura eliminar. A sua política consiste em aumentar ou aperfeiçoar, tanto quanto possível, o controle centralizado das armas nucleares, assim como as estratégicas e táticas, quer estejam à disposição de unidades americanas ou confiadas a aliadas da NATO ou puramente nacionais.

Impede, também, na medida do possível, a instalação de novas armas. Sobre o teatro do SHAPE, tem assim conseguido adiar a implantação dum sistema MRBM (Mediu Range Balistic Missile) cuja necessidade técnica é dificilmente discutível, pois que se trata de contrabater, diretamente e por armas equivalentes, os MRBM soviéticos, já em ação. Da mesma forma, tem provocado o levantamento dos "Júpiter" e dos "Thor", cujas bases estavam na Inglaterra, na Itália e na Turquia, não somente porque estas armas não protegidas e apresentando longas demora de entrada em fogo, eram geradoras de efeitos "preemptivos", mas, sobretudo, porque a sua situação, em território estrangeiro, as submetia a hipotéticas políticas prejudiciais ao conjunto da manobra estratégica americana.

Estes breves traços mostram a que ponto a centralização da manobra estratégica é uma noção imperativa, aos olhos de Mac Namara. Esta manobra, qualquer que seja o nível do seu desenvolvimento, deve, em cada momento, manter-se sob o controle, direto e centralizado, da mais alta autoridade americana: o Presidente dos Estados Unidos.

c) Dispositivo de Comando

Para poder assegurar esta missão, o Presidente utilizará um dispositivo de "comando e de controle" centralizado, seguro e capaz de funcionar instantaneamente. Está já pronto. Os meios de transmissão e de comando, consideráveis, estão em operação permanente. Outros são mantidos em reservas e prestes a ser completados ou duplicados, em caso de alerta ou de guerra. O dispositivo compreende, em tempo normal, uma sala de operações político-militares, onde afluem as informações de todas as espécies, provenientes do mundo inteiro. Esta sala está em comunicação permanente (por televisão, rádio, telefone) com o Presidente que, assistido dos principais membros do "National Security Council", pode assim ouvir opiniões e tomar decisões.

Todos os acontecimentos políticos ou militares que se produzem através do mundo, são objeto de imediata observação e ponderação e são estudados e confrontados, em permanência pelos mesmos peritos que seriam consultados em momento de crise.

Em face da importância do empenhamento e dos efeitos instantâneos e terríveis das armas estratégicas, considera-se que os incidentes da guerra fria, por mínimos que pareçam, têm a sua importância. Eles são reveladores das intenções dos soviéticos que, também, trabalham numa forma centralizada. Os incidentes dos acessos terrestres e aéreos a Berlim, os acontecimentos do Laos, a situação no Vietnam, as variações dos dispositivos aéreos, marítimos ou militares, soviéticos, os índices de evolução ou de crises políticas, o desarmamento em Genebra, são seguidos por estes especialistas, com uma extrema atenção. Ultimamente, uma linha direta entre a Casa Branca e o Kremlin, foi acrescentada a este sistema de informação e de ação, completando, por esta ligação política, o dispositivo militar.

A estratégia nacional americana de "dissuasão escalonada" e de "defesa flexível", cuja complexidade está na medida dos estragos a esperar da guerra nuclear, tem a vantagem de respeitar a economia das forças. Ela necessita, em contrapartida, "uma grande mobilidade estratégica", para permitir intervenções rápidas e variadas, sobre os diferentes teatros. Isto explica a insistência posta pelos peritos e o governo americano, para o reforço da qualidade e o aperfeiçoamento da flexibilidade logística das forças convencionais. Na opinião de Mac Namara, se a superioridade nuclear for mantida, esta estratégia permitirá aos Estados Unidos conservar a iniciativa geral em todas as circunstâncias e dispor de um número suficiente de variantes. Tem o inconveniente, como já se observou, de deixar ao adversário a iniciativa de

interromper, antes que eles se tornem incontroláveis, os desenvolvimentos que possam conduzir à guerra nuclear e, em certos casos, permitir-lhe orientar o conflito para soluções políticas à sua escolha. Cada um dos adversários, tendo interesse em evitar um emprêgo catastrófico dos fogos nucleares e, tendo em conta que será o menos forte que sofrerá os efeitos mais desastrosos, em caso de contenda nuclear, esta estratégia é, entretanto, geradora de estabilidade, deixando a vantagem ao mais forte. Cada um toma precauções para eliminar os riscos de erro, de má interpretação e de espiralização técnica. O que dispõe da superioridade estratégica conserva sempre mais liberdade. Para que a sua estratégia tenha o seu pleno efeito é preciso não somente que o nível de escalada, seja capaz de conduzir uma batalha de dissuasão e de defesa, graças a meios convencionais aperfeiçoados, móveis e flexíveis, mas ainda que os seus fogos nucleares sejam muito manobráveis.

Na manobra dos fogos nucleares, cada um dos adversários procurará sempre encontrar zonas de aplicação dos seus fogos onde possa ter vantagem. É sobre esta última noção que repousa a estratégia da contra-fôrça.

II — A ESTRATÉGIA DA “CONTRAFÔRÇA”

A estratégia da contrafôrça diz respeito aos princípios estratégicos gerais que já foram expostos. É mundial e consiste, para os americanos, em conduzir, inicialmente, uma manobra, à base de dissuasão escalonada e de defesa flexível, sobre um ou mais teatros de conflitos limitados. Toma o seu caráter de contrafôrça, a partir do momento em que os fogos atômicos entram em jogo, pela ameaça que eles exercem ou pelas destruições que eles operam.

A estratégia de contrafôrça consiste em empregar as forças nucleares, em prioridade, contra os objetivos estratégicos, ao contrário da estratégia “contracitada” que consiste em os empregar, em prioridade, contra as cidades. Para os americanos, a estratégia da “contrafôrça” aplicar-se-ia, “normalmente”, sob a forma de uma “resposta” a um primeiro ataque soviético (contrafôrça de segundo choque). Entretanto, mantém-se a possibilidade de um ataque preventivo americano. As declarações dos membros do governo americano são cuidadosamente estudadas para deixar a dúvida no espírito dos soviéticos, sem contudo marcar uma atitude ofensiva, contrária à política geral dos Estados Unidos.

Esta dúvida tem a vantagem de dissuadir os soviéticos de criar situações perigosas, cuja determinação do nível crítico fica ao seu inteiro critério. Essa ameaça velada pode servir de apoio a uma política estrangeira ativa, comportando iniciativas, todavia limitadas por motivo do conhecimento insuficiente das intenções do adversário.

Sob estas reservas, a estratégia da contrafôrça consiste, essencialmente, em dissuadir os soviéticos de executar um ataque em grande escala, contra os Estados Unidos, convencendo-os de que a resposta lhes seria fatal. No caso em que a dissuasão falhe, diferentes opções

são mantidos em reserva, comportando, de princípio, a destruição progressiva ou total dos objetivos estratégicos e depois, ou simultaneamente, destruições afetando o sistema industrial e social do adversário, para o levar, finalmente, ao dilema da capitulação ou do aniquilamento.

Como o fez notar Mac Namara, não seria racional que o mais fraco (atualmente os soviéticos) tomasse a iniciativa de uma ofensiva conduzida por surpresa. Entretanto, no caso em que isso acontecesse, seria preciso, sem dúvida, esperar um ataque contra as cidades.

Todavia, os maiores riscos do desencadeamento de uma ofensiva nuclear, provêm de faltas de cálculo, de erros de apreciação ou de escaladas técnicas mal controladas que não podem, além disso, ter verdadeiramente efeito se a estrutura do sistema nuclear é, ela própria, instável. É neste caso que a estratégia da contraforça, se ela for um dia utilizada, terá mais probabilidade de se exercer. Ela tem, segundo os seus autores, o mérito de reunir um princípio tradicional da estratégia convencional: uma vez desencadeada a batalha procurar-se-á destruir as forças militares do adversário, antes de tentar atingir os objetivos políticos.

A estratégia da contraforça, mais ainda do que a das represálias, necessita de uma centralização total, de planos homogêneos e de uma execução coerente. É preciso poder pôr em ação sistema de armamentos diferentes (aviões, mísseis, ICMB (Internacional Continental Ballistic Missile), Poláris, etc., mais independentes, cujo emprêgo deve satisfazer não somente às condições estratégicas, mas também deve ter em conta, para a escolha dos objetivos, a situação tática da batalha. É muito difícil prever a duração desta (horas ou semanas), das suas fases (mudanças maciças ou espasmódicas) e dos seus efeitos (materiais ou psicológicos). Em permanência, o seu Chefe, o Presidente dos EUA, assistido dos seus conselheiros, deve manter-se no comando, seguindo, em cada minuto, a situação e transmitindo, com segurança, as suas ordens.

Estes imperativos explicam a atitude intransigente de Mac Namara, para quem as necessidades técnicas ultrapassam certas considerações políticas.

III — ESTRATÉGIA NUCLEAR ATUAL

Em presença da ameaça representada pela URSS, os americanos dispunham, na Primavera de 1963, de uma força estratégica compreendendo 650 bombardeiros, a 15 minutos de alerta no solo, mais de 200 mísseis "Atlas", "Titan" e "Minutemen", prontos a ser lançados, e cerca de 144 mísseis "Polaris" montados em submarinos. Esta força aumentava à cadência de dois "Minutemen" em cada três dias e de um submarino "Polaris" (16 mísseis todos os meses).

Na opinião de Mac Namara e dos peritos americanos, este dispositivo de "contraforça", oferece os meios de conduzir uma estratégia de resposta destinada — mesmo depois de ter sofrido um ataque de

surpresa — a destruir o conjunto dos objetivos estratégicos, permitindo ainda acumular reservas suficientes para ganhar, finalmente, a guerra.

Esta estratégia seria de caráter essencialmente técnico. Tratar-se-ia de conhecer bem os objetivos (armas ofensivas, sistemas de alerta, defesa, etc.) e de estar assegurada a destruição das armas defensivas, antes de empregar os meios vulneráveis (aviões, por exemplo) e de conservar as reservas suficientes para fazer face a qualquer situação imprevista. Os impactos psicológicos seriam relativamente reduzidos, por que as possibilidades de contra-resposta dos russos seriam, se as hipóteses são exatas, limitadas a ações mais ou menos esporádicas.

Os abrigos para as populações têm uma grande importância na estratégia de contraforça. Com efeito, as cidades não sendo, em princípio, escolhidas, no começo, como objetivos, as populações estão expostas sobretudo nos ataques contra os quais os abrigos representam uma defesa eficaz. Os Russos têm, segundo certos autores, feito um grande esforço na construção de abrigos; o Presidente e o Secretário da Defesa americanos têm, desde o último ano, iniciado uma política de construção de abrigos. Parece que os dois antagonistas atribuem um interesse crescente na realização de abrigos, mas uma pressa muito visível poderia ser interpretada, (pelo opositor, como um indício de intenções ofensivas. Um dos adversários que dispusesse de abrigos em quantidade muito mais considerável do que o outro, poderia, com efeito, subtrair à ameaça nuclear muitas populações "reféns" e tirar dêste fato certas vantagens para manobrar.

A estratégia da contraforça é considerada nos Estados Unidos, como válida até aos meados desta década. Pela sua superioridade estratégica, os americanos ameaçam, em permanência, as forças nucleares soviéticas. A sua contraforça, utilizada pela sua ameaça de primeiro choque, oferecer-lhes-ia o meio de conduzir uma política estrangeira, ativa e orientada para objetivos precisos. Entretanto, os peritos consideram que os soviéticos poderiam, em razão da própria vulnerabilidade das suas forças, ser tentados em as utilizar. Isto explica a moderação de que tem dado provas o governo americano, como o demonstrou na crise de Cuba.

IV — ASPECTOS MILITARES DA ESTRATÉGIA NUCLEAR PARA UM FUTURO PREVISÍVEL; NOÇÃO DAS FASES ESTRATÉGICAS

O programa americano atualmente previsto e cujo período de aplicação se estende, pelo menos, até 1968, compreenderá como estrutura estratégica de base: 850 "Minutemen", repartidos sobre cinco Estados da União e 656 "Polaris", montados sobre 41 submarinos. Será possível, se for necessário, aumentar a fabricação em série dos "Minutemen" e dos "Polaris" e têm sido tomadas disposições nesse sentido. Na opinião do Secretário da Defesa, êstes armamentos são suficientes para assegurar a superioridade da estratégia americana durante aquele período com a condição de serem completados por um reforço de meios convencionais, destinados a ser utilizados sobre teatros de guerra limitados.

Estes meios darão o seu máximo rendimento, graças a uma melhoria de mobilidade estratégica que permitirá manobrar mais eficazmente, de um teatro para outro, e uma melhor utilização das reservas, cuja logística e material serão aperfeiçoados.

As capacidades estratégicas defensivas serão aumentadas pelo melhoramento da luta anti-submarina, do controle espacial e da defesa anti-míssil. Mas o mais fraco, aproveitando-se de vantagens passageiras, poderá provocar provas de forças nos domínios que lhe parecerem mais favoráveis ou menos perigosos: espaço, zonas marítimas, objetivos mi-contrafôrça.

Todavia, qualquer dos dois antagonistas não pode, neste prazo, prever, desde já, os planos estratégicos completos e detalhados, fornecendo as variantes correspondentes a um conjunto de situações plausíveis, relativamente fáceis de imaginar, como é o caso atual da estratégia de contrafôrça.

Assim, no domínio da defensiva, os peritos americanos consideram que os Estados Unidos têm a liberdade de fixar, desde agora até o fim desta década, diferentes projetos mais ou menos ambiciosos. Pode não se defender senão todo ou parte dos objetivos militares estratégicos.

É possível prever uma defesa um pouco mais ampla, que obrigará as forças atacantes a aceitar uma certa percentagem de perdas, se as cidades forem tomadas como objetivo. Mais ambiciosamente, pode prever-se uma defesa implicando muito grandes perdas para todos os engenhos inimigos que penetrem no território americano. Mais ambiciosamente ainda, pode admitir-se a instalação de uma defesa generalizada contra os aviões e os mísseis, tanto por armas antiaéreas e antimísseis como por proteção de armas estratégicas e construção de abrigos para as populações.

Também no domínio da ofensiva, é possível basear numerosas variantes, seja só sobre os mísseis, seja sobre uma combinação de aviões tático-estratégicos e de mísseis à qual se poderá juntar os IRBM ou os engenhos espaciais. Pode também aumentar-se a defesa, por um aumento da potência da resposta ofensiva.

São encaradas possibilidades variadas e cada uma delas oferece aos soviéticos problemas diferentes. A estratégia de Mac Namara, para um prazo ultrapassando a fase em curso, consiste, pois, em procurar o maior número possível de "opções", para complicar a escolha que o adversário tem a fazer. A grande maleabilidade da indústria americana, que pode adaptar-se rapidamente não importa a que mudança de fabricação, dá uma vantagem concreta ao campo ocidental, compensada parcialmente pelo segredo do campo oriental.

Nesta fase, a estratégia consiste, pois, principalmente, em estudar os parâmetros e em reservar as opções.

Mac Namara emprega, para este trabalho, métodos de análise matemática. A investigação operacional, tal como ele a utiliza, serve-lhe, além

disso, mais para sondar e penetrar os problemas complexos da estratégia futura, do que para estabelecer planos que, no seu parecer, seriam prematuros.

A estratégia a longo prazo é um prolongamento e uma generalização desta estratégia de fases. Ela faz intervir novos fatores, dos quais o principal é o da economia.

V — ESTRATÉGIA A LONGO PRAZO

Duas espécies de razões tornam necessária a definição de estratégia a longo prazo: por um lado, a importância atribuída aos fatores econômicos e políticos tem por efeito ampliar o campo de visão do pensamento militar; trata-se, com efeito, de prever soluções fundadas sobre uma análise de todos os dados do problema, entre os quais o fator tempo tem um importante lugar. Por outro lado, como o objetivo a atingir não consiste simplesmente em replicar as iniciativas militares do adversário, é preciso sobrepor-lhe uma competição, renovada sem cessar, mesmo na ausência de um conflito; este deslocamento de oposição entre os dois campos, o caráter global do seu afrontamento, têm por efeito substituir a investigação de vantagens imediatas, a vontade de abalar o adversário, em consequência de um longo período de pressões calculadas.

A elaboração de uma estratégia a longo prazo tem levado os serviços americanos a estudar os dados e as condições da superioridade dos Estados Unidos sobre a União Soviética, numa perspectiva tão vasta e tão longínqua quanto possível.

É, com efeito, a evolução da relação das forças e dos recursos afetados à defesa, num e noutro campo, que determina o caminho das iniciativas possíveis. A comparação do potencial dos dois países é, por agora, favorável aos Estados Unidos, na proporção de dois para um; longe de encarar o futuro com pessimismo, Washington calcula que essa proporção deverá ainda aumentar, pondo em prova um jogo que imponha ao regime soviético taxas muito pesadas e faça assim refrear o desenvolvimento econômico da URSS.

Com este fim, os peritos americanos esforçam-se por determinar o maior número possível de opções, tanto nos programas de armamento como nas concepções da defesa. Espera-se, assim, esgotar e desorganizar o adversário, obrigando-o a fazer face a ameaças variadas e móveis; este será, finalmente, enfraquecido pela dispersão e orientações contraditórias dos seus esforços.

Pela sua própria natureza, o domínio de aplicação privilegiada da estratégia a longo prazo é, pois, o da economia. A pressão militar vale pelas funções que ela exerce sobre os recursos e pelos fluxos que determina; a longo espaço, o ponto de impacto da estratégia nuclear situa-se menos nas forças militares da União Soviética do que no potencial que serve para as manter.

Um dos princípios essenciais desta estratégia a longo prazo consiste, na hora atual, em ter, para os fatores positivos, as réplicas que a União Soviética se esforça por deduzir das ameaças criadas pelos programas de armamento das forças americanas. Trata-se de um paradoxo que já está presente no domínio puramente militar; o próprio Secretário da Defesa declarou que a construção de bases subterrâneas de foguetões na URSS e a elaboração, por este país, de uma estratégia de contraforça, constituiriam uma contribuição para a estabilidade nuclear. O problema põe-se, certamente, de maneira muito diferente no domínio da estratégia a longo prazo; o método apresenta, todavia, numerosas analogias com o caso precedente.

Fazendo pesar sobre a União Soviética ameaças numerosas e variadas, os Estados Unidos procuram levar o seu adversário a fazer despesas, a orientar para fins não produtivos os seus recursos industriais e a efetuar, em proveito dos programas de defesa, antecipações importantes sobre o pessoal científico e técnico de que dispõe. Por outro lado, logo que as circunstâncias assim se prestem, o governo americano, que se esforça por reservar, como já vimos, o maior número possível de opções, pode tornar mais eficazes as pressões exercidas sobre o potencial soviético, por mudanças bruscas no desenvolvimento das fabricações previstas de armamento, por programas desdobrados em vários anos e que, pela sua própria amplitude, se prestam a ajustamentos.

Esta teoria suscita, todavia, mesmo nos Estados Unidos, numerosas críticas. Por um lado, nota-se que os soviéticos, por mais apressados que sejam pelas circunstâncias, estabelecem programas que, no fim de contas, reforçam consideravelmente o potencial militar da URSS; mesmo que não seja senão de uma sequência de reações, a política militar russa não será assim necessariamente tão má como parece. Por outro lado, o segredo com que o governo de Moscou toma as suas decisões, permite-lhe realizar economia de meios. A mobilidade superior dos fatores de produção dos Estados Unidos arrisca-se a ser neutralizada ou compensada pelo fato dos soviéticos conhecerem perfeitamente, pelas múltiplas indicações que são constantemente patentes ao público, do lado americano, as forças e fraquezas destes últimos.

Mas estas críticas não fazem senão reforçar, nas suas convicções, os partidários da estratégia a longo prazo, de Mac Namara. Eles contestam que, a despeito da regulamentação respeitante aos dados chamados "classificados" os soviéticos disporão sempre, sobre uma sociedade aberta como é a dos Estados Unidos, de informações precisas e bastante completas; isto é, na verdade, um estado de fato. Nestas condições, não é preciso deixar a União Soviética tomar, sem razão, a iniciativa, servindo-se do único trunfo do segredo no qual ela trabalha. Convém, pelo contrário, que os Estados Unidos tirem partido da superioridade das suas armas, quer dizer da sua superioridade em matéria de potencial industrial, para impor a sua vontade a adversários menos possantes e menos móveis. A estratégia a longo prazo, que visa a antecipar sobre os recursos soviéticos uma parte crescente para as neces-

sidades de defesa e que, por conseqüência, enfraquece a empresa da doutrina comunista, retardando o progresso econômico da URSS, corresponde a este fim.

Além disso, tudo se passa aos olhos dos americanos, como se a União Soviética esteja já ultrapassada pelo ritmo da competição que a si própria lançou. Eles atribuem tal benefício às tensões que mantêm no regime comunista as ameaças, renovadas sem cessar, da política de defesa e de dissuasão dos Estados Unidos. Estes esperam que a União Soviética, impelida pela necessidade, acabará por discutir, com verdadeira vontade, as suas propostas sobre desarmamento ou, pelo menos, sobre o controle dos armamentos. A estratégia a longo prazo, conduzida pelos militares americanos indicará, pois, em certos aspectos, aos políticos deste país, o cuidado de impor ao adversário comunista o que Dean Acheson qualificou "de negociação, a partir de uma posição de força".

CONCLUSÃO

A estratégia dos Estados Unidos, no momento atual marca, principalmente com a aparição da doutrina da contraforça, um regresso a certos princípios de estratégia clássica.

Em primeiro lugar, os "objetivos militares" retomam — tanto pela evolução dos sistemas de armamento como pelos planos que regem o emprego dos tipos de armas — o seu valor tradicional de alvo prioritário. A mudança é, neste aspecto, considerável em relação à fase militar precedente, no decorrer da qual as forças estratégicas de dissuasão e de defesa eram chamadas a intervir de forma global, sem distinção entre as populações e os objetivos militares.

Em segundo lugar, a nova estratégia tende a dar uma maior importância ao princípio igualmente clássico, da "economia das forças". Somente, com efeito, as forças indispensáveis devem ser postas em ação, seja sobre os teatros de operações, seja ao nível estratégico, para fazer face a uma ameaça de escalamento e para controlar. Os meios assim tornados disponíveis poderão ser empenhados tanto mais facilmente quanto seja "maior" a sua "mobilidade", é por isto que os americanos se fixam na idéia de melhorar a logística das suas forças convencionais.

No que diz respeito às forças nucleares estratégicas e táticas, a concentração dos fogos e a flexibilidade da manobra devem facilitar a utilização das forças, no maior número de circunstâncias. Na estratégia nuclear, da mesma forma que na estratégia clássica, a aplicação do princípio da economia das forças deve, pois, permitir, conservar o máximo de meios não empenhados no conflito e empregá-los, quando a situação o exigir, no destino e no momento em que a sua eficácia seja maior.

A estratégia nuclear reúne igualmente os princípios tradicionais no domínio vizinho da "liberdade de manobra". Os americanos procuram

reservar o maior número de opções possível, tanto para a posse de forças mais numerosas e mais diversas que as do adversários, como para a utilização de um mínimo de meios indispensáveis para alimentar a batalha.

Enfim, a estratégia nuclear atual dá uma importância fundamental ao princípio da "centralização" do comando e do controle das operações. E teremos assim, por um lado, por razões negativas de natureza política, a dispersão da autoridade, apresentando riscos e hipóteses que diminuem a eficácia da manobra tática e estratégica; por outro lado, por razões técnicas, teremos a centralização dos fogos nucleares que se torna indispensável, sob pena de perda do controle das operações e do risco de reações em cadeia.

Se ela se aproxima de numerosos aspectos da estratégia clássica das forças convencionais, a nova estratégia nuclear americana comporta germes de sensível perturbação dos princípios e das estruturas militares criadas no decurso da fase militar precedente.

Em primeiro lugar, a aplicação rígida do princípio da centralização tem consequências sobre a organização dos comandos e sobre a repartição das armas; convém evitar uma diluição das responsabilidades e uma dispersão das armas atômicas táticas, facilmente utilizáveis pelas pequenas unidades; também certos destes tipos de armas têm sido retirados, em parte, dos teatros de operações.

A entrada em ação da nova estratégia, implica mudanças a um nível mais elevado. Ela exige senão a eliminação, pelo menos a redução do número de MRBM, qualquer que seja, ao nível das operações militares, o interesse de dispor dos fogos nucleares necessários para contrabater — como é o caso no centro da Europa — os do adversário soviético.

Em compensação, aumentando ainda a potência e a maleabilidade dos seus meios nucleares, estratégicos e táticos, os americanos reservam-se, numa decisão que só a eles pertence, para todas as possibilidades de intervenção atômica, no momento mais favorável para os interesses nacionais dos Estados Unidos.

A doutrina estratégica americana tem, pois, por fim afastar uma réplica parcial ou mal coordenada do Ocidente, contra um ameaça exercida pelos soviéticos. Os Estados Unidos calculam que uma reação desencadeada por um dos membros da OTAN, em tais condições, podia ser fatal aos interesses de todos os outros.

Esta estratégia, inspirada por uma inquietação de aperfeiçoamento científico, é o produto de uma escola de pensamento ou corresponde aos dados da técnica e do emprego das armas nucleares? Os críticos e os partidários de Mac Namara estão divididos neste ponto. Sem entrar na

discussão dos argumentos apresentados duma parte e de outra, parece possível constatar que o pensamento estratégico atingiu — começando pela primeira vez a exprimir-se numa concepção lógica do conjunto dos fatores do conflito nuclear — um princípio de cristalização. Depois da perturbação causada no imediato pós-guerra, pela aparição brutal das armas de destruição maciça, os americanos têm mantido o sentimento de que é possível dominar os dados de emprêgo da arma nuclear. As leis da guerra atômica começam assim a ser definidas no próprio momento em que se decide a medir com exatidão os efeitos, mesmo que se trate dos mais devastadores.

No caso de confronto real entre os Estados Unidos e a URSS, os peritos americanos começam, pois, a discernir como, pelo jôgo normal do ataque e da defesa, as estratégias dos dois adversários dariam lugar a uma série de trocas nucleares independentes.

Em contrapartida, no domínio da dissuasão, a oposição das estratégias, americana e soviética, que aparentam desacôrdo, seria melhor definida. Cada um dos dois adversários, com efeito, desejoso de dar a sua plena eficácia ao jôgo sùtil da dissuasão, escolherá a estratégia que corresponde melhor aos meios reais ou supostos com mais ou menos credulidade, que cada um terá na sua posse. O livro recentemente publicado, sob a direção do general Sokolovoscki, sob o título "Estratégia militar", reflete, segundo se pensa, esta disparidade entre as doutrinas de dissuasão dos Estados Unidos e da União Soviética. Esta obra redigida para responder a fins bem precisos, traduz, incontestavelmente, certas realidades psicológicas. Portanto, em caso de conflito, não se alcança como as estratégias realmente aplicadas poderiam, no campo de batalha, não se reatar. O conflito atômico real eliminaria, portanto, rapidamente as imagens falsas ou verdadeiras da dissuasão.

Na realidade de um conflito nuclear, todavia, as ações de defesa e de dissuasão suceder-se-iam amplas ou limitadas, violentas ou espasmódicas, entrecortadas de pausas. A determinação de cada um dos adversários desempenharia um papel essencial. O conflito poderia, com efeito, mudar de aspecto, se um dêles, movido pelo receio, desse, num certo momento, a falsa impressão de que estaria prestes a renunciar definitivamente, para evitar um acréscimo do risco ou das suas perdas. O outro seria então tentado a efetuar um nôvo ataque a fim de o destruir.

A conduta, para os Estados Unidos, das operações de um conflito nuclear, depende, assim, diretamente do Presidente, que tem a responsabilidade do emprêgo da arma nuclear e que dirige o jôgo da dissuasão e da defesa. A estratégia atômica é, com efeito, um instrumento que nunca está inteiramente nas mãos daqueles que a conceberam, com vista a utilizá-la de certa maneira. São, em última análise, o espírito de decisão, o caráter, as preocupações de política geral do Presidente dos Estados Unidos que farão o sucesso ou o revés desta estratégia elaborada da maneira mais científica.



A arte da guerra, como tôdas as outras artes, tem sua teoria, seus princípios, ou então não seria uma arte.

Foch.



A guerra não tem princípios, nem obedece a leis; não se assenta muito menos em formas geométricas.

Clausewitz.



LIDDELL HART

1º Ten JOHN W. WALDEN, da Marinha dos Estados Unidos
"Military Riview"

Dos sangrentos campos de batalha da Primeira Grande Guerra surgiu um soldado britânico que um dia conquistaria grande renome e seria considerado por muitos como o maior de todos os modernos pensadores militares; um homem que seria relacionado entre as grandes inteligências militares de todos os tempos e considerado o "Clausewitz do Século XX". Referimo-nos a Basil Henry Liddell Hart, capitão de infantaria reformado. A despeito de seu modesto posto, alcançou grande reputação e tem exercido larga influência sobre a cultura militar — conforme atestam grandes estadistas, soldados e cientistas do mundo.

O Cap Liddell Hart, graças aos seus antecedentes, experiência pessoal e vários anos de intenso estudo de história militar, pôde lançar nova luz sobre a guerra moderna, em suas múltiplas obras. Ao examinarmos os trabalhos de Liddell Hart, não vemos refletido nêles o velho doutrinador militar que só se preocupava em pesquisar novos e mais eficazes métodos de destruição e morte. Ao contrário, suas obras refletem um homem que conhece a futilidade e a exaustão da guerra e que, em suas exortações, procura tornar sua prática mais inteligente — conferindo-lhe mais razão e lógica, através dos ensinamentos históricos — ao mesmo tempo que luta pela completa abolição da guerra.

Em suas obras, transparece o produto de um filósofo e de um cientista militar. Ele próprio afirma: "compartilho da repugnância do idealista pela guerra, mas sou também contrário a sua freqüente ignorância da realidade. Creio que nenhum alvo poderá ser alcançado mediante a disseminação de conceitos falsos".

Esta última frase caracteriza a pedra fundamental de seus trabalhos — a verdade. Em todos êles, nota-se a objetividade do historiador, combinada com a sede de conhecimento e verdade do filósofo e do cientista. Considera um dever moral examinar a história da guerra e dela tirar o quadro verdadeiro do pensamento e das ações humanas através dos séculos. Seu objetivo é projetar o filme das guerras passadas sobre a tela da história contemporânea, de modo a resolver os problemas atuais com as verdades de outrora.

Ao discutirmos os conceitos e as teorias do Capitão Liddell Hart, poderíamos apontá-los como produtos de um "grande pensador" ou "gênio militar", mas o próprio Capitão aconselha-nos mais sobriedade no emprêgo desses termos. Diz êle: — "Seja mais moderado! Quanto a mim tem sido uma questão de perceber a evidência dos fatos mais fácil e rapidamente do que os outros, pois conservo minha visão livre da poeira e das teias de aranha das convenções e dos preconceitos".

Não precisamos encará-lo como um "grande pensador", nem considerar os seus trabalhos como oriundos de um gênio criador. Ao contrário, devemos ter em mente que as obras de Liddell Hart baseiam-se sobretudo na história da guerra, exposta por um homem dotado de aptidão invulgar para raciocinar claramente e tirar ensinamentos das lições do passado, aplicando-os imparcialmente e segundo as condições atuais.

ANTECEDENTES

Para podermos apreciar o valor das opiniões e trabalhos do Capitão Liddell Hart, devemos primeiro conhecer algo de sua experiência e examinar como alcançou tão elevada posição no campo militar.

Nasceu a 31 de outubro de 1895; estudou na Escola de São Paulo e na Universidade de Corpus Christi, onde iniciou seus estudos de história. Em 1914, foi designado para servir na Infantaria Leve de Yorkshire, tendo seguido para a França no ano seguinte. Como comandante de companhia — e eventualmente como comandante de batalhão — tomou parte nas batalhas de Ypres e do Somme. Ferido gravemente em 1916, foi enviado para um hospital, onde aproveitou a convalescença para escrever um livro sobre a recente ofensiva do Somme. Esse livro chamou a atenção de alguns oficiais superiores britânicos e Liddell Hart foi subsequêntemente convidado para servir numa secção histórica, que estava em organização.

Em 1917, escreveu um estudo sobre o emprêgo da infantaria — fruto de sua experiência na guerra. Mais tarde, em 1920, recebeu um chamado oficial para elaborar o *Manual de Instrução da Infantaria* de pós-guerra e pôde, assim, incluir nêle muitas de suas teorias, inclusive seu famoso *Battle Drill*. Dessa maneira, com a idade de 25 anos, o Capitão Liddell Hart já havia alcançado renome no meio militar.

Após a guerra, ainda se encontrava incapacitado, devido aos ferimentos, tendo sido considerado inapto para servir na infantaria ou blindados. Todavia, conseguiu permanecer no Exército, graças ao seu benfeitor — General Sir Ivor Maxse — que o colocou na Diretoria de Ensino do Exército. Assim mesmo, continuou a dedicar-se, sobretudo, à instrução e à tática.

Sua saúde prejudicou definitivamente sua carreira militar e, em 1924, foi julgado incapaz, percebendo metade dos vencimentos, e mais

tarde foi reformado. Como civil, decidiu dedicar sua vida ao estudo da ciência e história militar. Aceitou o cargo de correspondente militar do *Daily Telegraph* de Londres. Durante o tempo em que trabalhou nesse jornal, foi também editor dos Departamentos Militar e de História Militar da *Enciclopédia Britânica*. Permaneceu com o *Daily Telegraph* até 1935, quando se tornou correspondente militar e assessor do *Times* de Londres, nos assuntos militares.

Durante o período até agora descrito, Liddell Hart estava adquirindo crescente renome no setor militar, por intermédio de seus livros e artigos sobre guerra. Vários de seus trabalhos tratavam especialmente da mecanização dos exércitos e do futuro das forças armadas. Tornara-se grande amigo do General J. F. C. Fuller, o famoso paladino da guerra mecanizada, e as idéias de ambos muitas vezes eram coincidentes. Devemos assinalar que várias teorias de Liddell Hart sobre a guerra mecanizada tiveram grande influência na ampliação do Exército Alemão. Liddell Hart tornou-se conhecido também nos Estados Unidos e, em 1930, o General Hunter Liggett — comandante do I Ex Norte-Americano na Primeira Grande Guerra declarou que Hart demonstrou um “conhecimento da arte da guerra que poucos homens possuem e nenhum supera”.

Em 1937, tornou-se assessor particular do novo Ministro da Guerra, Hore-Belisha, e iniciou um programa de reformas no Exército. Muitas delas encontraram oposição, especialmente por parte do EM Imperial e do Tesouro. Em 1939, entretanto, muitas de suas reformas originais haviam sido adotadas, com grande proveito para o Exército.

Em 1939, o Capitão Liddell Hart encontrava-se em estado de esgotamento e foi forçado a retirar-se para o este da Inglaterra. Sua doença resultou do esforço despendido no término de seu livro *A Defesa da Inglaterra*, a respeito do qual disse o seguinte: “tentei apressar sua publicação, para servir de advertência ao nosso povo contra linhas de ação que me pareciam suicidas diante da situação do armamento britânico e francês”.

Durante o decênio 1930-1940, Liddell Hart desenvolveu uma constante campanha para alertar o país contra os perigos da guerra, ressaltando a necessidade de uma preparação.

Tendo recuperado a saúde em 1941, aquiesceu em escrever alguns comentários sobre a guerra, para o *Daily Mail*, dedicando-se simultaneamente a outros trabalhos. Depois da guerra, Liddell Hart dedicou todo o seu tempo à coleta de documentos e à preparação de estudos preliminares para uma história militar. Dois desses estudos são: *Falam os Generais Alemães* — um relatório de suas entrevistas com os chefes alemães prisioneiros — e *A Defesa do Ocidente* — que examina os atuais problemas militares. Devemos observar que esses e muitos outros trabalhos foram lidos em todo o mundo e traduzidos em várias línguas — ao todo, 20 idiomas diferentes. Em 1947, iniciou um relato

oficial do *Corpo Blindado Britânico* (1915—1945), e o papel que este desempenhou na evolução da guerra blindada.

Se examinarmos outros empreendimentos seus, verificaremos que foi conferencista de ciência militar na Universidade de Trinity, em Cambridge (1932-1933); em 1934, pertenceu à Sociedade de Pesquisas Leverhume; foi membro da Delegação Britânica à Conferência Internacional de Estudos, em 1935; foi assessor da Comissão Executiva da Liga das Nações; participou do Conselho da Sociedade de Pesquisas Históricas do Exército; e, no mundo literário, pertenceu à Associação para a Liberdade Intelectual.

Agora que conhecemos o Cap Liddell Hart, seus antecedentes e sua carreira, podemos examinar detidamente suas opiniões, verificar a lógica e a sabedoria que elas contêm e analisar a influência de suas obras na moderna cultura militar.

Ao encarmos as obras de Liddell Hart como tentativas nobres para incorporar a razão e a lógica ao estudo da guerra e, ao mesmo tempo, para indicar o caminho da paz permanente, devemos observar que esse homem sabe reconhecer suas próprias limitações, conforme atestam suas palavras :

A história da humanidade é a história do pensamento — da progressiva ascendência do intelecto sobre a matéria: do predomínio da inteligência sobre a força bruta. Por este motivo a guerra, sendo inseparável da força e, hoje em dia, da própria força bruta, jamais poderá ser uma prática inteligente.

No entretanto, embora nunca possamos alcançar o objetivo final, poderemos fazer muito para tornar a guerra uma prática mais inteligente.

Para conseguir isso, o Capitão Liddell Hart começa abandonando a velha máxima "Se quiserem paz, prepara-te para a guerra", para adotar esta outra: "Se quiseres paz, compreende a guerra". Explorando tal alteração, ele reflete o verdadeiro alicerce de sua obra :

A História evidencia amplamente quantas vezes um movimento para preservar ou restabelecer a paz tem sido realizado pelas chamadas "razões militares" que, em outras palavras, significam a racionalização de impulsos irrefletidos. Por isso, devemos compreender não só as causas mas também a conduta da guerra. Tal compreensão só poderá ser alcançada, se estudarmos a guerra sob o aspecto puramente científico, com nossas mentes livres de tendências militaristas ou antimilitaristas, que possam obscurecer nosso julgamento e, por conseguinte, invalidar nossas deduções.

As idéias do Cap Liddell Hart seriam melhor expostas e sua aplicação melhor demonstrada, se iniciássemos o seu exame a partir do

escalão mais elevado, no âmbito da grande estratégia. Esta constitui um importante plano para o estudo da guerra, pois está relacionada com o objetivo nacional ou com a "política de guerra" do país. Nesse campo é que se iniciam as guerras.

Em primeiro lugar, Liddell Hart declara que :

"A guerra é um assunto demasiadamente sério para os destinos das nações e não deve ser controlada por meros estrategistas. Há necessidade de se adotar o horizonte mais amplo da grande estratégia, que transcende a própria guerra, para englobar também a paz". A grande estratégia não se preocupa apenas em ganhar a guerra, mas também em ganhar a paz. Daí se deduz que o objetivo primordial de qualquer guerra é conseguir uma paz melhor. É essencial, portanto, que a guerra seja conduzida, sem perder de vista a paz desejada. Em outras palavras, devemos empregar a razão e a lógica no mais alto grau, quando defrontarmos um conflito internacional. Os países não devem precipitar-se numa guerra que possa resultar em completa exaustão ou extermínio de ambos os contendores — é preciso ponderar sobre os prováveis frutos da vitória. "A vitória, em seu verdadeiro sentido, significa um estado de paz para o povo melhor do que o existente antes da guerra. É mais acertado correr o risco de uma guerra para preservar a paz, do que correr o risco de exaustão na guerra, para obter a vitória final..."

A história mostra-nos as terríveis conseqüências da guerra e como a paz é, muitas vezes, pouco remuneradora, deixando de compensar a exaustão sofrida pelas nações que lutaram por seus objetivos. Melhor exemplo não poderíamos encontrar do que a triste situação de muitos países europeus depois da Segunda Grande Guerra.

Devemos concluir, portanto, que o objetivo de qualquer país na guerra não deve ser outro senão o de garantir para o seu povo uma "existência mais digna, próspera e segura" e que tal objetivo deve ser mantido constantemente em vista.

Quais são os objetivos da guerra, para Liddell Hart? Sua maneira de focalizar este assunto empresta-lhe nova lógica e sentido. Em princípio, Liddell Hart não concorda com o conceito de "guerra absoluta" adotado por Napoleão e por Clausewitz. Sua maneira de encarar o problema transcende o conceito estreito de que o objetivo nacional na guerra só pode ser obtido pela destruição em massa. Ao invés disso, procura os verdadeiros objetivos da guerra, raciocina ponderadamente sobre os acontecimentos históricos e estabelece que meios devem ser usados para a obtenção de determinados propósitos na guerra. Primeiro, suponhamos que num momento de crise foi tomada a decisão de travar a guerra. Qual será, na opinião do cidadão comum de uma democracia, o objetivo nacional nessa guerra? Conforme vimos antes, ele provavelmente diria: "Garantir o reinício e a continuação progressiva do que se pode chamar de política de tempo

de paz, com a mais curta e menos dispendiosa interrupção para a vida normal do país". Portanto, ao procurarmos o objetivo, chegamos à conclusão de que devemos subjugar a vontade do inimigo, com o mínimo de perdas humanas e econômicas, o que está de acordo com a definição de Clausewitz de que "a guerra é a continuação da política por outros meios". Temos, assim, nosso primeiro objetivo verdadeiro.

Seguindo essa lógica, Liddell Hart procura depois encontrar o método mais eficiente para subjugar a resistência do inimigo e, ao mesmo tempo, assegurar a maior economia possível em material e vidas humanas.

Clausewitz, a despeito de sua doutrina de que "O sangue é o preço da vitória", admitia a existência de outros objetivos além das forças armadas inimigas. Seus três objetivos gerais eram: o poderio militar, o território e a vontade do inimigo — com predominância do primeiro. Mas Liddell Hart argumenta que Clausewitz equivocou-se na ordem de importância desses objetivos. Hart declara que a "destruição das forças armadas inimigas é apenas um meio — nem sempre obrigatório ou infalível — para atingirmos nosso objetivo". Em sua opinião, devemos perseguir primeiramente o objetivo moral. Isto significa exercer a maior pressão possível sobre a mente do povo inimigo, sobre suas tropas e, acima de tudo, sobre seus comandantes.

MÉTODO INDIRETO

A esta altura, podemos examinar a "estratégia do método indireto" do Cap Liddell Hart, que constitui uma das chaves para compreendermos a tendência geral do seu pensamento, e seus pontos básicos encontram-se no âmbito estratégico e tático, no qual acabamos de penetrar.

Este método não é um sistema radicalmente novo, mas um processo de lidar com todos os problemas humanos, e que se baseia na aplicação da razão e da lógica às lições da história. É a chave para compreendermos o modo de pensar de Liddell Hart, não só como militar, mas também como filósofo. Nêle pode perceber-se o esforço do cientista em busca da verdade e o emprêgo da lógica pelo filósofo, para adquirir conhecimentos. Todavia, por mais amplo que seja esse método indireto, devemos restringir-nos aos seus aspectos militares, pois é nesse setor que tem sido mais recomendado pelo Capitão Liddell Hart.

No início de sua carreira, Liddell Hart — ao estudar uma série de campanhas militares — descobriu esse conceito e compreendeu sua superioridade sobre o método direto na estratégia militar. As conclusões gerais a que chegou em seus estudos foram as seguintes:

Cada vez se torna mais evidente que o emprêgo do método direto, para a conquista de um objetivo mental ou físico, seguindo o curso

natural esperado pelo inimigo, conduz geralmente a resultados negativos. A razão disso está claramente evidenciada na sentença de Napoleão: "o moral está para o físico, assim como 3 está para 1". Isto pode ser expresso cientificamente, dizendo-se que, embora a força de um país inimigo dependa aparentemente de seus efetivos e recursos, estes baseiam-se sobretudo na estabilidade ou equilíbrio do comando, do moral e dos suprimentos.

Um estudo das principais campanhas militares demonstra que, à exceção de Alexandre, os mais famosos capitães poucas vezes lançaram um ataque frontal sobre um inimigo instalado numa forte posição. Quando as circunstâncias não permitiram outra alternativa, seus ataques frontais fracassaram. A história também demonstrou que os mais hábeis comandantes muitas vezes adotavam recursos extremos para evitar um ataque frontal — preferindo enfrentar condições desfavoráveis para não correr o risco de um impasse ou a completa exaustão de um ataque frontal. Exemplos históricos em que "o emprêgo do método indireto significaria a decisão do problema" vão desde as sações de Lisandro no mar Egeu, no ano 405 a. C., até os enganos e fracassos de Hitler na Segunda Grande Guerra e incluem certas campanhas norte-americanas, como as de Grant, em Vicksburg, e Sherman, em Atlanta.

Daí, a seguinte conclusão histórica: A investida frontal contra o objetivo — físico ou mental — caso siga o curso natural esperado pelo inimigo, só logrará resultados negativos.

Assim, seguindo o raciocínio de Liddell Hart, passaremos a considerar o emprêgo do método indireto para subjugar a vontade do inimigo. Para isso, devemos consultar as páginas da história e verificar o disparate e a inutilidade do sistema napoleônico, para compreendermos que existem outros meios para alcançarmos os nossos propósitos, além do embate frontal de forças antagônicas, com a destruição e o extermínio. Ao contrário, "torna-se evidente que nosso objetivo na guerra só pode ser atingido pelo domínio da vontade do adversário". O método de ação indireta exige, naturalmente, que enfrentemos o inimigo no campo de batalha, mas também que empreguemos o bloqueio, a diplomacia, o ataque contra os centros populosos e industriais — em outras palavras, perseguimos o objetivo moral, atacando a mente do inimigo.

O Capitão Liddell Hart condensa essa doutrina numa série de sentenças, que, segundo diz "parecem tão universais e fundamentais, que podem ser denominadas axiomas". Em sua maioria, aplicam-se tanto à tática como à estratégia:

1. "Ajuste seu fim aos seus meios". Ao escolher o objetivo, é extremamente importante que "a clareza de visão e a frieza de cálculo prevaleçam" e que a confiança não seja desperdiçada em vãos esforços.

2. *"Mantenha seu objetivo sempre em mente"*, enquanto estiver adaptando seus planos às circunstâncias". É preciso compreender que todo objetivo pode ser alcançado por mais de um método, mas é também importante que cada objetivo parcial contribua para o final.

3. *"Escolha a linha (ou curso) menos esperado pelo inimigo"*. Ponha-se no lugar do comandante adversário e procure ver exatamente o que teria menos probabilidade de ser previsto.

4. *"Explore a linha de menor resistência..."* (Na tática esta máxima se aplica ao emprêgo de sua reserva; e na estratégia, à exploração de qualquer sucesso tático)".

5. *"Adote uma linha de ação que ofereça objetivos alternativos"*. Isto coloca o inimigo num dilema "o que contribui para oferecer a oportunidade de alcançar-se pelo menos um objetivo,... e, pode permitir que se conquiste um objetivo após outro".

6. *"Assegure flexibilidade tanto ao plano como ao dispositivo — adaptando-os às circunstâncias"*. Os planos devem conter previsões para o caso de êxito, fracasso ou êxito parcial.

7. *"Não empenhe toda sua força num só golpe, enquanto o oponente estiver em guarda — enquanto estiver bem colocado para apará-lo"*.

8. *"Não renove, nos mesmos moldes, um ataque que já tenha fracassado anteriormente"*. O fato de se ter recebido reforço não é suficiente, porque o inimigo também pode ter sido reforçado e ter adquirido vigor moral com o sucesso precedente.

Liddell Hart acrescenta que dessas máximas emerge uma verdade essencial: "para o êxito, dois problemas principais devem ser resolvidos — o do deslocamento e o da exploração".

O General G. M. Chassin, antigo comandante das Forças Aéreas Francesas no Extremo Oriente, afirma o seguinte :

Um minucioso estudo da história militar indica que as idéias de Liddell Hart são, em geral, corretas, e sem sombra de dúvida, os chefes militares norte-americanos teriam agido bem, se as tivessem pôsto em prática. Quanto a nós, certamente teríamos evitado os erros estratégicos que nos reduziram a um estado tão lastimável.

Para exemplificar quando foi pôsto em prática o método indireto e quando tais "erros estratégicos" foram evitados, citaremos o trecho de uma carta do Gen-Div E. E. Dorman-Smith (Subchefe do EM, Oriente Médio, em 1942), endereçada ao Capitão Liddell Hart. O General, numa homenagem ao gênio do Capitão Liddell Hart, escreve :

Afirmiei anteriormente que vossas idéias haviam influído a nosso favor no curso dos acontecimentos no Egito, em duas ocasiões cru-

ciais, entre 1940 e 1942. O plano de ataque que provocou a aniquilação do Exército de Graziani, em Sidi Barrani, e repeliu a primeira invasão do Egito em 1940, foi um exemplo perfeito da vossa estratégia da ação indireta, enquanto a estratégia e a tática defensiva que frustraram a invasão de Rommel em El Alamein, em julho de 1942, foram mais diretamente inspiradas por ela.

Prosseguindo no campo da tática e da estratégia, verificamos que, entre as obras mais importantes de Liddell Hart, estava o seu programa de reforma do exército, conduzido sob a administração de Hore-Belisha, em 1937. Conforme indicamos acima, este programa foi objeto de muita crítica e oposição, particularmente por parte do próprio Exército. Foi muito difícil persuadir o Estado-Maior a aceitar muitas de suas sugestões. O próprio Gabinete também demonstrou certa oposição. Não obstante embora muitas de suas idéias originais tivessem sido modificadas, quase todas foram postas em vigor — para o bem do Exército. Essas medidas referiam-se principalmente aos seguintes aspectos :

ESTRATÉGICO

1. Criação de Reservas Estratégicas Regionais no Médio e Extremo Oriente, e desenvolvimento de fontes locais para suprimento de material.

2. Adoção do princípio de que as reservas estratégicas, tanto no país como no exterior, deviam consistir, sobretudo, de unidades mecanizadas.

3. Organização de duas divisões blindadas do Exército Regular, com previsão de uma terceira; e de duas outras no Exército Territorial.

4. Completa motorização das divisões de infantaria.

5. A duplicação do efetivo das forças antiaéreas e centralização da defesa antiaérea da Grã-Bretanha sob um único comando.

TÁTICO

1. Reorganização das divisões de infantaria com efetivos menores, alterando a relação entre a potência de fogo e os efetivos e tornando-as mais manobráveis.

2. Dotar parte da infantaria de veículos blindados de transporte de pessoal.

3. Organização de unidades antiaéreas leves para a defesa contra aviões em vôo baixo.

4. Estabelecimento de uma seção de pesquisas no Estado-Maior — para realizar o planejamento futuro.

PESSOAL

1. Grande número de medidas para melhorar as condições do serviço e as vantagens individuais — inclusive a promoção de oficiais na base da antiguidade; abolição do meio-soldo; melhores vencimentos e vantagens para os oficiais e praças ...

2. Medidas para melhorar a eficiência profissional — redução do limite de idade dos generais; curso para oficiais superiores; ampliação da Escola de Estado-Maior ...

É desnecessário mencionar que essas reformas muito contribuíram para a modernização de um exército que estava tenazmente apegado aos métodos de 1914, e auxiliaram grandemente a prepará-lo para o conflito que se aproximava.

Resumindo alguns dos pontos mais importantes analisados até agora, verificamos que o Capitão Liddell Hart considera a grande estratégia como um nível superior da estratégia, abrangendo todos os recursos militares, econômicos e morais de uma nação e orientando-os não só com o objetivo de ganhar a guerra, mas também de "ganhar a paz".

No campo estratégico e tático, enunciou sua doutrina da "ação indireta" como um dos mais importantes princípios de guerra, ressaltando a questão do equilíbrio — manter nosso próprio equilíbrio e perturbar o do inimigo. Descreve como verdadeiro alvo na guerra não só as tropas, como também a mente do comandante inimigo, e ressalta que não devemos visar apenas a destruição, mas sobretudo o entorpecimento do inimigo. Examinamos também algumas de suas atividades como assessor do Exército, propondo um programa de reformas.

Entre múltiplos princípios estratégicos e táticos que deixamos de analisar, encontra-se o seu "método da torrente que se expande", que foi adotado com grande sucesso pelos exércitos alemães, e sua teoria sobre o "luar artificial", que também foi empregada com êxito pelos britânicos. Observamos que estes e vários outros conceitos de Liddell Hart baseiam-se numa forma ardilosa de combate, que é uma combinação de ofensiva e defensiva ou, uma defesa elástica, com represálias.

Ao traçarmos nossas conclusões sobre a posição de Liddell Hart na esfera militar e sobre a sabedoria de sua doutrina, não devemos esquecer que um dos pontos básicos focalizados em suas obras tem sido a importância da qualidade sobre a quantidade. Isto originou uma de suas maiores cruzadas e algumas de suas notáveis teorias, com as quais adquiriu renome e reconhecimento internacional.

A cruzada a que nos referimos foi em prol da mobilidade na guerra moderna, por meio da blindagem e da mecanização. Foi enun-

ciada com veemência em muitos de seus livros, tais como *The Remaking of Modern Armies, When Britain Goes to War, The Future of Infantry* e outros.

Com muita razão, Liddell Hart concluiu que sem mobilidade os exércitos modernos não eram capazes de realizar uma ofensiva, transformando-se portanto em "inúteis fontes de despesa". "Sem mobilidade, um exército é apenas um cadáver — aguardando entérro nas trincheiras". Adota como lema a máxima de Napoleão: "A força de um exército, como a intensidade de movimento na Mecânica, é calculada pela massa multiplicada pela velocidade".

Já em 1919, Liddell Hart escrevia sobre a mecanização nas guerras futuras, e desde então, apoiado pelo General J. F. C. Fuller, foi o expoente máximo da campanha em prol de forças blindadas eminentemente móveis para a Grã-Bretanha.

Também a esse respeito, suas idéias não eram radicalmente novas, pois eram extraídas dos ensinamentos da história — numa tentativa para aplicar a conduta das guerras passadas às práticas modernas. Os êxitos passados dos velozes cavaleiros de Ghengis Khan e Sherman foram aplicados aos modernos veículos motorizados, e as antigas couraças e capacetes foram transformados em carros de combate. O emprêgo de tais comparações diminuiu de certo modo a oposição a suas idéias, que pareciam novas e revolucionárias.

Em seus argumentos favoráveis à guerra mecanizada e blindada, Liddell Hart e Fuller concordavam quanto aos pontos fundamentais, mas em seguida seus conceitos tomavam rumos diferentes. Fuller seguiu a tendência da "blindagem absoluta", considerando os carros como uma força independente, separada da infantaria. Para Fuller a infantaria era simplesmente uma força destinada a ocupar e proteger as áreas já conquistadas pelos carros. Encarava a guerra blindada como se fôra uma guerra naval em terra, com frotas de carros operando de uma cadeia de bases em progressão e mantidas pela infantaria. "A infantaria atuaria de maneira estática, como um suplemento, e não como um complemento, das operações blindadas".

Liddell Hart encarava o problema da futura guerra mecanizada sob um ângulo diferente. Embora tivesse chegado à mesma conclusão de Fuller, de que as forças blindadas tornar-se-iam um fator dominante nas guerras terrestres do futuro, procurou conceber, por meio da "imaginação fundada na razão", o emprêgo conjunto da infantaria e dos blindados. Em 1919, em seu trabalho "O Futuro Desenvolvimento da Unidade de Combate", advogou a organização de unidades combinadas de infantaria e blindados. A instrução seria conjunta, como se fôssem elementos da mesma unidade, permitindo-se, ao mesmo tempo, que os carros fôssem grupados em unidades separadas, quando as circunstâncias o exigissem. Continuou advogando vigorosamente suas teorias sobre a mecanização, recomendando a criação de uma "infantaria blindada" ou "fuzileiros navais blindados".

dados". Infelizmente, as várias forças mecanizadas experimentais, que foram organizadas na Inglaterra, nunca atenderam às especificações de Liddell Hart e, portanto, nunca conseguiram alcançar o êxito esperado.

A APLICAÇÃO ALEMÃ

Os alemães, entretanto, demonstraram uma compreensão melhor das teorias de Liddell Hart e organizaram suas forças mecanizadas, respeitando uma certa relação entre os infantess e os blindados. De fato, as divisões *Panzer* germânicas foram organizadas nos moldes da divisão blindada sugerida por Liddell Hart, combinando os carros com a infantaria mecanizada. Seu êxito nas campanhas "blitzkrieg" da Polônia e França, em 1939 e 1940, atesta a eficiência dessa organização.

Mais tarde, os norte-americanos foram ainda mais além e desenvolveram os veículos blindados de transporte de pessoal. Finalmente, quase ao terminar a guerra, a idéia da "infantaria blindada" ou dos "fuzileiros blindados" havia sido firmemente aceita — embora o Exército Britânico, no qual se originou, ainda se achasse atrasado em sua aplicação. Rommel afirmou que "Os britânicos teriam podido evitar a maior de suas derrotas se tivessem dado maior atenção às modernas teorias expostas antes da guerra por Liddell Hart e pelo Gen Fuller".

Notamos que Guderian, o criador dos blindados alemães, considerava-se um discípulo de Liddell Hart e dedicou suas memórias, *Erinnerungen Eines Soldaten* (1950) "Ao Capitão Liddell Hart, meu primeiro mestre na tática e estratégia de carros, para demonstrar-lhe o sucesso de suas teorias". Em agosto de 1949, o Coronel Khandyeff — num relatório sobre o período em que esteve adido ao Exército Alemão — comentando as atividades do General Guderian no desenvolvimento de suas forças blindadas, disse: "Seus mestres foram o General Fuller e o Capitão Liddell Hart. Considerava este último como o melhor cérebro analítico do mundo, sendo seus artigos, traduzidos, estudados e discutidos muito antes de serem examinados e disseminados pelas autoridades de Berlim..."

Talvez o melhor trabalho de Liddell Hart, a respeito dos blindados, tenha sido demonstrar os ensinamentos a serem colhidos das impetuosas campanhas da cavalaria do passado. Citou em particular as campanhas da Guerra de Secessão no oeste, onde as forças de cavalaria de Forrest haviam realizado profundas penetrações no território inimigo, cortando suas vias de transporte. Inspirado por esse fato, pelas incursões dos mongóis no Século XIII e pelas marchas de Sherman na Guerra de Secessão, Liddell Hart concebeu e recomendou ataques relâmpagos dessa natureza por modernas forças mecanizadas. Esses princípios não foram adotados pelos britânicos, mas os alemães os seguiram cuidadosamente, empregando-os com êxito em 1940, conforme atestam as penetrações realizadas pelos Generais Guderian e Von Manteuffel.

Esses princípios foram também empregados com sucesso pelo Exército Norte-Americano, na França, durante a Segunda Grande Guerra. Antes da invasão da Normandia, Liddell Hart conferenciou com o General J. S. Wood, Comandante da 4ª DB Norte-Americana e com o General George S. Patton, comandante do III Exército. Este último temia que ataques blindados, como os realizados pelos alemães em 1940, já não fossem mais possíveis, mas Liddell Hart sugeriu a aplicação dos métodos de Sherman — “avançar livre de toda impedimenta para acelerar o passo, abandonar as estradas, se necessário, e dispersar as forças, ao invés de permanecer aferrado, tentando subjugar o inimigo com um ataque frontal”. O argumento impressionou o General Patton, que, após a invasão da França, conduziu seus planos num estilo “super-Sherman”. Posteriormente, quando a 4ª DB norte-americana alcançou o Sena, Liddell Hart recebeu uma carta do General Wood, participando o êxito de seus métodos.

Dessa maneira, as idéias do Capitão Liddell Hart projetaram-se no campo da guerra blindada e um novo rumo se operou na aplicação dos ensinamentos da história, com vantagens inegáveis. Infelizmente, na última guerra foi o inimigo quem primeiro compreendeu o valor e aplicou os conceitos desse doutrinador.

CRÍTICA

Pelo que verificamos até agora das idéias do Capitão Liddell Hart, isto é, como foram concebidas e como, em muitos casos, foram eficientemente aplicadas, poderíamos concluir facilmente que seus trabalhos nunca sofreram uma verdadeira crítica adversa ou oposição. Isto, entretanto, seria uma conclusão errônea. Algumas vezes suas teorias têm sido objeto de críticas severas e grandes controvérsias; muitas de suas idéias têm sido alvo de *grande* impopularidade, em vários círculos militares. A esse respeito, já assinalamos a atitude assumida em seu próprio país em relação a suas idéias sobre a guerra mecanizada e a seu programa de reforma do Exército. Estes são, porém, exemplos insignificantes quando comparados com as múltiplas reações desfavoráveis levantadas contra suas teorias, pouco antes da Segunda Grande Guerra e durante o conflito. Mais ou menos nessa época, seus críticos surgiram em grande número, originando-se uma violenta controvérsia sobre os seus trabalhos, que se referiam principalmente à estratégia a ser adotada contra o agressor alemão.

Com o advento de Hitler, e o rápido rearmamento da Alemanha, a Guerra tornou-se inevitável, projetando sua sombra sobre a Europa. Liddell Hart não tardou em compreender o grande papel que seu país iria desempenhar na guerra, nem os grandes perigos que teria de enfrentar, juntamente com a França e as demais nações européias, na luta contra a máquina bélica alemã. Muito antes de iniciar-se a guerra, aconselhou o desenvolvimento das forças armadas britânicas.

A medida que a guerra se aproximava, idealizou e advogou uma forma definida de estratégia militar, a ser adotada pelos aliados, de modo a conter a agressão alemã.

Sua estratégia, entretanto, parecia ser inadequadamente defensiva ou passiva; uma estratégia de responsabilidades limitadas e incerta, que nada poderia ganhar, mas tudo perder. Alguns a compreenderam, mas outros, que só viam nela "defesa" e "passividade", recusaram-se a considerá-la. Mais tarde, depois da queda da França e da retirada de Dunkerque, muitos apontaram suas teorias como responsáveis pelos desastres militares sofridos pelas nações aliadas.

Em seu próprio país, a "doutrina defensiva" de Liddell Hart foi criticada sobretudo por V. H. Germaines e pelo General H. Rowan-Robinson — dois conhecidos especialistas militares da época. A publicação militar britânica, *The Army Quarterly*, também manifestou-se violentamente contra as idéias de Liddell Hart. Germaines afirmava que a guerra só podia ser ganha mediante o ataque e destruição do inimigo e, por conseguinte, recomendava uma guerra total no continente, para o que seria necessário organizar uma força expedicionária britânica de 60 divisões. Estava, assim, em completa contradição com as idéias de Liddell Hart. Rowan-Robinson, que por muito tempo esteve de acordo com Hart, rejeitou suas teorias defensivas, passando a advogar a ação ofensiva.

REAÇÃO NORTE-AMERICANA

Nos Estados Unidos, Hanson Baldwin, do *The New York Times*, examinou e se opôs aos métodos defensivos preconizados no livro *A Defesa da Inglaterra*, "na realidade, em todas" as obras de Liddell Hart. Também nos Estados Unidos, o Major R. E. Dupuy, numa apreciação do mesmo livro, condenou sua "crença de que a defensiva é melhor do que a ofensiva".

Mais tarde, depois das unidades *Panzer* de Guderian terem rompido as defesas francesas, o *Time* e outras publicações norte-americanas opinaram que a estratégia franco-britânica tinha sido influenciada pelas teorias de Liddell Hart, atribuindo-lhe, portanto, a maior parte da responsabilidade pelo fracasso.

Hanson Baldwin deu a entender que a estratégia do Capitão Liddell Hart era responsável pelas derrotas. Em seu livro, *Os Mestres da Moderna Estratégia*, que se destina a proporcionar uma "compreensão mais ampla da guerra e da paz", incluindo um capítulo sobre as teorias defensivas de Liddell Hart, Baldwin novamente o condena, insinuando que sua estratégia "passiva" foi responsável por Dunkerque. Declara também em seu livro que Liddell Hart era de opinião que a aspereza do terreno e a densidade das florestas das Ardenas tornariam essa região imprópria para as operações em larga escala", atribuindo à influência de Liddell Hart a responsabilidade pela ruptura alemã naquele setor.

Mas quais eram as teorias de Liddell Hart? Teria ele realmente advogado um tipo passivo de guerra, em que as forças britânicas não fossem engajadas na batalha? Suas idéias tiveram influência nos primeiros desastres militares na França? Em princípio, podemos responder que as idéias de Liddell Hart eram de natureza defensiva e poderiam ser assim interpretadas. Entretanto, podemos também adiantar que sua "doutrina defensiva" era muito mais do que a simples definição do termo pode indicar.

Suas teorias eram realmente de natureza mais profunda e ampla — um conjunto de conceitos firmados na razão e na lógica, e baseados na história. Na verdade, ele *não* advogou uma estratégia passiva. Sua influência *não* foi a causa da penetração alemã nas Ardenas e da retirada forçada de Dunkerque.

PREPARAÇÃO MILITAR

Com respeito à preparação militar, o Capitão Liddell Hart defendeu constantemente o desenvolvimento do poder aéreo e marítimo, e quanto às forças terrestres, o predomínio da qualidade sobre a quantidade. Recomendou que se acabasse com a conscrição e que a Grã-Bretanha organizasse suas forças terrestres nos moldes de um pequeno e bem treinado exército, dotado de equipamento moderno. Desejava, portanto, abandonar o clássico exército baseado na massa, que pouco efeito teria numa guerra moderna, preferindo um tipo menor, altamente móvel, capaz de enfrentar o inimigo em qualquer região. Não é preciso dizer que o poder aéreo e o marítimo nunca alcançaram o desenvolvimento por ele esperado e que as divisões altamente mecanizadas e treinadas, como idealizara, nunca foram completamente organizadas.

Tôdas as suas medidas de preparação resultavam de seus conceitos estratégicos, que se baseavam na relação entre o ataque e a defesa na guerra moderna; nos sucessos alcançados no passado pela tradicional forma de guerra britânica; e nas legítimas aspirações de uma democracia em qualquer guerra contra uma nação agressora. Os principais pontos referentes à relação entre o ataque e a defesa, ressaltados nas obras de pré-guerra de Liddell Hart, foram os seguintes:

1. Capacidade da defesa moderna para resistir aos ataques frontais no velho estilo.
2. Necessidade de desenvolvermos novos métodos — mobilidade blindada, ataques noturnos e ações indiretas — se desejarmos dar à ofensiva uma oportunidade de vencer a defensiva.
3. Necessidade de desenvolvermos nova técnica defensiva — defesa móvel e contra-ataques por forças blindadas — para contrabalançar a vantagem ofensiva que o agressor indubitavelmente gozará no início do conflito; para conter sua *blitzkrieg*.

Outro ponto básico, enunciado constantemente por Liddell Hart, era que os exércitos modernos deveriam possuir uma vantagem de 3 para 1 em unidades blindadas, se quisessem executar uma ofensiva vitoriosa. Tal conceito baseava-se em exemplos históricos, tais como a ofensiva germânica na Primeira Grande Guerra e a campanha da Abissínia. Mais tarde, as forças *Panzer* alemãs, que invadiram a França, comprovaram esse conceito.

Liddell Hart declarou que "sempre argumentou contra a defesa estática ou passiva, sendo a favor de uma estratégia *ofensiva-defensiva*. Isto implica, na esfera militar, numa defesa ativa e móvel, na qual o efeito da resistência direta é ampliado por contra-ataques, tanto estratégicos como táticos, bem como por continuas ações de desgastes".

Seu argumento a favor da ofensiva está muito bem resumido em seu livro *A Defesa da Inglaterra*:

O argumento em favor da ofensiva é tão evidente que pode ser expresso resumidamente. Na verdade, pode ser expresso numa única frase — só por meio da ofensiva poder-se-á ocupar uma posição ou o país inimigo e forçá-lo à rendição. E, portanto, o único meio pelo qual uma guerra, ou uma batalha, pode ser ganha no sentido exato da palavra. Ademais, a ofensiva possui grandes vantagens psicológicas — porque mantém a iniciativa sobre o comandante inimigo e atua como um tônico para nossas próprias forças, enquanto produzir resultados proporcionais aos esforços despendidos.

Mas, o que é a vitória? Como vimos anteriormente, o objetivo de uma nação deve ser alcançar uma paz melhor, e a verdadeira vitória só poderá ser considerada como tal se "... a situação de paz de nosso povo for melhor depois da guerra do que antes". Para alcançarmos a verdadeira vitória e o nosso objetivo principal, devemos observar que:

... a vantagem que a defesa possui na guerra moderna é acentuada pela diferença de objetivos entre o agressor e o defensor. Para ter êxito, aquele só precisa conquistar. Para que o defensor tenha êxito, só precisa convencer o adversário de que não pode conquistar e que seus esforços continuados acarretarão mais ruína do que benefício. A defesa pode assim empreender uma guerra muito menos exaustiva.

Não podemos deixar de perceber uma grande lógica nas declarações acima.

Argumentando contra os embates de vultosos exércitos nos campos de batalha, o Capitão Liddell Hart referiu-se à duvidosa vitória alcançada, com tal estratégia, na Primeira Grande Guerra. Mos-

trou também os êxitos obtidos no passado pela tradicional forma de guerra britânica, em que os riscos eram limitados: emprêgo do poder marítimo para a conduta do bloqueio e estrangulamento econômico do adversário; emprêgo de "fôrças expedicionárias relativamente pequenas, para golpear os flancos vulneráveis do inimigo ou para ampliar qualquer concentração promissora de fôrças aliadas". De fato, a Inglaterra havia ganho muitas vitórias ofensivas — Crecy e Poitiers, contra os franceses — mas sempre precedidas de uma ação defensiva, por meio da qual se desgastavam os suprimentos e o potencial humano do adversário.

Visando desenvolver essa forma de estratégia ofensiva-defensiva na guerra contra a Alemanha, o Capitão Liddell Hart sugeriu que fôssem utilizados amplamente o bloqueio e a guerra econômica, transformando-se a Marinha na principal arma ofensiva. Uma pequena fôrça expedicionária britânica, composta de três divisões blindadas, deveria ser enviada para a França logo no início, porém mantida como reserva estratégica, para ser empregada no ponto mais ameaçado.

Essa forma de "risco limitado" foi muito criticada nas publicações militares britânicas e norte-americanas, embora, por incrível que pareça, a *Revue Militaire Française* tenha apoiado tal doutrina. Os ingleses, conforme mencionados anteriormente, nunca treinaram ou equiparam tais divisões mecanizadas para apoiar essa estratégia, e, quanto às fôrças enviadas para a França, afirmou-se o seguinte:

O Estado-Maior Francês nunca achou conveniente confiar-lhes uma posição importante na linha de batalha, como a ala esquerda, por exemplo. Entregou-lhes apenas uma faixa estreita entre os exércitos de Blanchard e Giraud, de Wavre a Louvain, dentro do plano de manobra do Rio Dyle.

Embora as fôrças blindadas disponíveis não tivessem seguido os conceitos estratégicos de Liddell Hart, o inimigo os adotou integralmente, provando sua eficiência. Nos Estados Unidos, "A vitoriosa aplicação de minhas idéias por Guderian, para uma nova técnica ofensiva, foi considerada como uma prova de meus erros, e não perceberam que os chefes franceses e britânicos foram tão surdos ao remédio que lhes aconselhei — as contramedidas defensivas apropriadas — quanto o haviam sido em relação a minha nova teoria ofensiva". Mas na Europa, "tal crítica quase não existia, pois compreendiam melhor as realidades. Na França e na Suíça, por exemplo, os acontecimentos de 1940 constituíram uma reparação para os meus argumentos".

Conforme dissemos acima, a penetração alemã nas Ardenas fôra atribuída, por alguns, à influência de Liddell Hart, que considerava êsse setor como uma barreira inexpugnável. Na realidade, seus críticos estavam mal informados. Liddell Hart conhecia bem essa região, tendo-a visitado em 1928 e novamente em 1938. Por isso, dis-

cordava da opinião generalizada de que as Ardenas constituíam uma "barreira impenetrável". Sua teoria foi mencionada em muitos de seus livros, como *As Guerras Decisivas da História* (1929), *A Verdadeira Guerra* (1930) e *Foch* (1931). Em *A Defesa da Inglaterra* (1939), dedicou várias páginas a esse assunto, afirmando que as Ardenas não constituíam uma barreira natural intransponível, mas antes, uma região dotada de excelentes possibilidades defensivas — com o desdobramento e emprêgo adequado de forças defensivas, um exército muitíssimo superior poderia facilmente ser contido.

Infelizmente, o EM francês não só continuou aferrado à ilusão de 1918 sobre a invulnerabilidade das Ardenas, mas ainda repetiu os erros de 1914, deixando de enviar tropas suficientes para manter os desfiladeiros. Pior ainda, não foi feita nenhuma tentativa séria para bombardeá-los com a aviação. Pelos relatórios alemães, percebe-se claramente que o sucesso de sua progressão foi devido a essas omissões. Mesmo sem nenhuma interferência, as forças que avançavam enfrentaram sérias dificuldades na transposição do Semois.

Desta maneira, respondemos a nossas próprias perguntas e a alguns críticos do Capitão Liddell Hart. Provamos que ele não advogou uma guerra passiva, mas, ao contrário, recomendou um tipo de estratégia extremamente lógica de ofensiva-defensiva, com métodos "indiretos" para subjugar o inimigo.

A esta altura, poderíamos perguntar que diria a história militar a respeito da Segunda Grande Guerra, se as doutrinas de Liddell Hart tivessem sido inteiramente observadas e qual seria, atualmente, a situação militar e econômica da Europa e do resto do mundo.

Em nosso estudo sobre Liddell Hart, examinamos sua vida, seus pensamentos, sua influência, seus críticos e talvez agora possamos considerá-lo merecedor do título de "Clausewitz do Século XX". Mas tal denominação deverá ser usada em sentido limitado. De fato, a importância de seus trabalhos, sua influência, a filosofia que aplica ao estudo da guerra poderiam ser comparadas às de Clausewitz, mas as conclusões finais desses homens divergem grandemente. As idéias do primeiro acham-se num plano muito diferente. Liddell Hart assinalou a inconsistência da "guerra absoluta" de Clausewitz e do morticínio e destruição em massa que ela acarreta. Com base na experiência e na investigação científica, percebeu a inútil exaustão que a guerra provoca e procurou superar esse estado de coisas com a razão e a lógica. Sua campanha desenvolveu-se desde o conceito da grande estratégia até o âmbito estratégico e tático. Temos que concordar com o seu conceito de que a "política de guerra" deve ser objeto da grande estratégia e não podemos deixar de reconhecer a lógica de sua "estratégia da ação indireta". Seus conceitos são superiores aos de Clausewitz, cujas idéias baseiam-se na máxima: "o sangue é o preço da vitória".

As obras de Liddell Hart já conquistaram um lugar na história militar. Lloyd George considerava-o como "a maior e mais completa autoridade em assuntos de guerra moderna". Seus conceitos serviram de guia para Guderian, Rommel, e muitos outros chefes famosos. O General Chassin expressou-se da seguinte maneira a seu respeito: "... seja qual fôr o futuro, a reputação de Liddell Hart como escritor militar está assegurada... temos de curvar-nos diante de sua cultura histórica, de sua ampla e universal visão estratégica e da sábia e lúcida expressão que deu aos princípios de guerra..."



Você não acha que a biblioteca da sua unidade lucraria com uma assinatura de A DEFESA NACIONAL? Dê essa idéia ao responsável por aquela dependência.

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **A Cav Hipomóvel Brasileira na Época Atual** — Gen Almério de Castro Neves.
- **As Fôrças Armadas da República Federal Alemã** — Ten-Cel Osny Vasconcellos.
- **Vamos Reorganizar o Serviço de Material Bélico?** — Ten-Cel Togo Lobato.
- **Televisão Educativa** — Gen Ref Taunay Drummond Coelho Reis.
- **Fundamentos de História Militar Aplicada** — Maj José Murillo Beurem Ramalho.
- **Auxiliares dentais e cadeiras múltiplas como fator de aumento de eficiência no Serviço Odontológico** — Cap Dr. Luiz Carlos Hipólito da Silva.
- **Espansionismo meridional Lus o-Brasileiro (conclusão)** — Cel Moacyr Ribeiro Coelho.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras:

- "J. L. News" — Dinamarca (N. 54, outubro de 1964)
- "Manual de Informaciones" — Argentina (Ns. 1 e 2 de 1964)
- "Guion" — Espanha (N. 267, agosto, n. 268, setembro de 1964)
- "Ejército" — Espanha (N. 295, agosto, n. 296, setembro de 1964)
- "El Caballo" — Argentina (N. 238, setembro, e 239, outubro de 1964)
- "Revue de Défense Nationale" — França (outubro e novembro de 1964)
- "Military Review" (Edição Brasileira) — EUA — (Janeiro e fevereiro de 1964)
- "TAM" (Terre — Air — Mer) — França (Ns. 53 e 54 de 1964)
- "Revista Militar" — Portugal (N. 10, outubro de 1964)
- "Revue Militaire D'Information" — França (Ns. 361, junho, 362, julho-agosto, e 363, setembro de 1964).

Nacionais:

- "Carta Mensal da CNC" — SESC (setembro de 1964)
- "Boletim do Clube Naval" — (N. 179, 3º trimestre, 1964)

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Maj Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga

Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1964)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Confucio Pamplona

Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal

Capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho

SUPLENTE

Tenente-Coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis

Major José Murillo Beurem Ramalho

Major Diógenes Vieira da Silva

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acordo com julgamento da Redação.



Preço dêste exemplar

Cr\$ 150,00

SMG
IMPrensa DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1964